LUCIANA DADICO

**ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM ORGANIZAÇÕES NÃO-
GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Escolar.

Orientadora: Marilene Proença Rebello de Souza

SÃO PAULO

2003

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM ORGANIZAÇÕES NÃO-
GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

LUCIANA DADICO

BANCA EXAMINADORA

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____

Aos
que resistem e aos que
não puderam seguir.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Marilene Proença, por sua imprescindível contribuição na estruturação deste estudo.

A Maria Helena Patto, por sua leitura atenta e exemplo inspirador. A Paulo de Salles Oliveira, cuja participação e trabalhos foram fundamentais no encaminhamento desta pesquisa.

Àqueles que muito gentilmente aceitaram dispor de seu tempo e reflexão para colaborar na realização das entrevistas.

Aos que se dispuseram a debater e a refletir comigo sobre este trabalho, especialmente ao Frederico e a meus colegas de orientação e grupo de estudos.

A Elisa, pelo cuidadoso trabalho de revisão do texto. A Ludimila, por sua generosidade em realizar as traduções necessárias.

À minha mãe Donina, por seu carinho e apoio constantes, sem os quais este trabalho não seria possível.

A meu pai Osvaldo, por ensinar-me a importância do trabalho árduo. À minha irmã Cláudia, por iniciar-me no saboroso caminho das letras. Aos queridos irmãos João, César e Osvaldinho, pelo incentivo e torcida. Aos tios Lino e Isabel. À amada sobrinha Marina.

A Cíntia, mais que amiga, meu anjo da guarda.

Às amigas e aos amigos, que nesta minha prolongada ausência trouxeram carinho, companhia, compreensão, conselhos e estímulo: Lúcia, Claudinha, Menna, Roberto, Sol,

Zézim, Cris, Alexandre Márcio, Chen, Cintinha, Rosângela, Montanha, Mônica, Raimundo, Carol, João Galvão, Alexandre Lara, Milena, Eliany.

Ao Nilson, mestre das primeiras perguntas, ator de contínuas e saborosas histórias.

A Elza, por seu fundamental apoio e atenção.

A Cida, que ordenava a casa para que eu pudesse pôr as idéias em ordem.

Aos companheiros de gabinete, Enio, Jair, Inalda, Val, Palácio, Gomide, Juliana, por entenderem e aceitarem minha dedicação parcial.

Aos colegas de trabalho da CET, que solícitos me substituíam no serviço enquanto eu cursava as disciplinas.

Aos amigos e companheiros do Diretório de Perdizes, do Setorial de Transportes, da Prefeitura de Guarulhos e do PTLM que, em diferentes momentos, colaboraram, possibilitando a continuação deste trabalho.

Àqueles que de alguma maneira tangenciaram meu destino, direcionando-me para estas praias.

Àqueles que se foram, deixando a falta, a memória e a certeza de que devemos seguir teimosos e com coragem.

RESUMO

DADICO, Luciana. *A atuação de psicólogos em organizações não-governamentais na área da educação*. São Paulo, 2003. P. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Este trabalho se faz presente em um contexto de transformações nos discursos e práticas educacionais, que acompanham a globalização e a crise econômica dos Estados nacionais, atribuindo a novos personagens, as *organizações não-governamentais*, a tarefa de promover melhoria no atendimento escolar. Esses discursos vêm promovendo, no país, o incremento na quantidade de organizações não-governamentais e no seu papel político. O objetivo principal da presente pesquisa é conhecer o trabalho de psicólogos que atuam em organizações não-governamentais no campo educacional, com ênfase nas especificidades deste trabalho, bem como nas principais questões relacionadas à atuação dos profissionais. Assim, constituíram informações importantes para a pesquisa as características das organizações não-governamentais que afirmam ter como missão atuar na área educacional, as características do trabalho realizado pelos psicólogos que atuam nessas instituições e as questões que os psicólogos destacaram enquanto constituintes do trabalho realizado na área da educação. Para a realização deste estudo, baseou-se principalmente nos conceitos de sociedade civil de Gramsci e nos princípios que norteiam uma educação libertadora e uma Psicologia comprometida com o oprimido. Espera-se, como resultado desta tarefa, contribuir para a reflexão que vêm se operando no terreno em que confluem a atuação das ONGs, a educação pública e a prática profissional em Psicologia no país, fornecendo subsídios, de modo mais direto, aos estudiosos e profissionais que atuam nestas áreas. Trata-se de um estudo que visa propiciar aos psicólogos que irão atuar ou vêm atuando em organizações não governamentais, em particular na área da educação, um estímulo à reflexão acerca de sua *práxis*.

ABSTRACT

DADICO, Luciana. *The work of psychologists in non-governmental organizations in the educational field*. São Paulo, 2003. P. Master Thesis. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

This paper is presented in a context of transformation in discourses and educational practices, as they try to keep up with globalization and the economic crisis in national states, assigning to new agents, the non-governmental organizations, the task of enhancing school service. Such discourses have been producing in this country an increase in the number of non-governmental organizations and the growth of its political role. The main objective of the research is to study the work of psychologists in non-governmental organizations in the educational field, focusing on the specificity of this work, as well as on the principal issues related to their work in this area. Therefore, important information for the research was found in the characteristics of the non-governmental organizations that state their mission as working in the educational area, the characteristics of the work carried out by the psychologists who work in these institutions, and the issues pointed out by the psychologists as constituent parts of the work in the educational field. The present work was based mainly on Gramsci's concept of civil society and on the principles that guide a liberating education and a psychology which is committed to the oppressed. As a result of this task, we expect to contribute to the discussion that has been taking place on the ground where the work of NGO's, public education and the professional psychological practice meet in Brazil, providing resources to scholars and professionals who work in this field. This research aims to foster the debate on the *praxis* of psychologists who intend to or have been working in non-governmental organizations, particularly in the educational field.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO.....	iii
<i>ABSTRACT</i>	iv
INTRODUÇÃO.....	4
1. ONGS: NOTAS SOBRE A ESCOLHA DO TERMO.....	24
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E <i>PRÁXIS</i> NA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO	37
3. SOBRE A PESQUISA: OBJETIVOS E MÉTODO	45
4. ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS NA ÁREA EDUCACIONAL	59
Método de trabalho	60
Prêmios	63
Oficinas educativas	66
A formação de professores	70
Publicações	71
Intervenções na escola	73
Atividades educacionais exclusivas.....	75
Concepções de educação.....	78
Concepções sobre o público atendido.....	86
Relações com outras organizações não-governamentais	93
Projetos políticos das ONGs	95

5. ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NAS ORGANIZAÇÕES NÃO- GOVERNAMENTAIS.....	101
Apresentação dos entrevistados	102
Funções exercidas e trabalhos realizados por psicólogos	109
Contratos de trabalho nas organizações não-governamentais	118
Relações de trabalho e militância	124
6. REFLEXÕES FINAIS.....	131
 ANEXO A – Entrevista com Paula.....	150
ANEXO B – Tabela “Relações com outras organizações não- governamentais”	174
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177

“Você diz que me dá casa e comida,
boa vida e dinheiro prá gastar.
O que é que há, minha gente,
o que é que há?
Tanta bondade, que me faz desconfiar...

Laranja madura
na beira da estrada
tá bichada, Zé,
ou tem marimbondo no pé.

Santo que vê muita esmola
na sua sacola,
desconfia,
e não faz milagre, não.
Gosto de Maria Rosa,
mas quem me dá bola
é Rosa Maria
vejam só que confusão.”

Ataulfo Alves, Laranja Madura, samba, 1967

INTRODUÇÃO

Mas essa visão educacional precisa ser, de fato, uma *visão educacional*. Ainda existe muita gente que, com permissão da censura, vive sonhando com turmas de paladinos muitíssimo medievais, por sinal, que saiam pelo Brasil afora fazendo discursos e alfabetizando – com eles, naturalmente, – este ingênuo, este bonito, este maravilhoso Brasil...

Cecília Meireles, *Crônicas de educação*.

Desde o início do período histórico contemporâneo, com o surgimento dos ideais democrático-burgueses, coube ao Estado a manutenção e a promoção de um sistema escolar que atendesse às expectativas da sociedade de assegurar a “igualdade de oportunidades” de ascensão econômica e social à população e, ainda, de democratizar e distribuir o acesso ao conhecimento. Se nos países desenvolvidos as lutas sociais, sobretudo após a Revolução de 1917, levaram os governos a assumir fortemente a tarefa da escolarização (mesmo que oferecendo predominantemente uma educação básica e técnica, favorecida pela própria força de suas economias), é fato que, no caso brasileiro, o Estado até hoje não cumpriu seu papel no estabelecimento de uma rede escolar que garanta o acesso universal da população ao ensino.

O reconhecimento do fracasso estatal na promoção de um sistema educacional que atenda às demandas populares, porém, longe de desmontar as imposições do

neoliberalismo enquanto ditame de políticas sociais e econômicas infrutíferas, confirma a tese primeira de um modelo de (não) desenvolvimento, que resulta na afirmação da incapacidade do governo em prover o direito universal de acesso à escola. Dessa forma perversa, justifica-se, de um lado, o estabelecimento de uma “agenda do possível”, atendendo apenas a uma parcela da demanda por escolarização, e, de outro, a privatização do ensino, de modo prioritário nos níveis e áreas postos fora da agenda educacional determinada¹.

Com a franquia do endividamento e da crise econômica nacional e internacional, e tomando-se a falência do *Welfare State* como paradigma, fez-se estabelecer no campo da educação a política de priorização do ensino fundamental imposta pelo Banco Mundial, em detrimento dos ensinos superior e médio, da educação especial e de jovens e adultos. O argumento da justiça social vai sendo utilizado para surrupiar direitos dos economicamente inviáveis e cristalizar a dependência científica e tecnológica do país.

O aumento da presença de crianças na escola, alcançado “a bico de pena”, ou “no *bureau*”, como diria Florestan Fernandes (*apud* PATTO, 2000), e alardeado como a grande conquista dos governos neoliberais na área educacional, transformou-se em sinônimo de sucesso escolar, não importando sob quais condições. O limiar de exclusão escolar passou, então, de ser definido não apenas pelo que ela deixa de oferecer às crianças expulsas de seus bancos, mas, cada vez mais, pela insuficiência qualitativa do que consegue oferecer aos que os ocupam (PATTO, 2000). Dessa forma, veremos que a escolarização de má qualidade oferecida às classes populares tornará inútil o esforço do

¹ Em alguns níveis de ensino, como no caso do ensino superior, a privatização já atingia, em 1998, 68,2% das matrículas em estabelecimentos educacionais, segundo dados do Ministério da Educação. (conforme

aluno em galgar os degraus da escola, exibindo, assim, a face oculta de uma “democratização” falaciosa do ensino. Como observou Pierre BOURDIEU (1998) em sua análise, premiados com um diploma que desde o início já vem carimbado pelo desprestígio, aqueles que, diferentemente das classes abastadas, são obrigados a delegar à instituição escolar a escolha de seu investimento em educação, estão destinados a “errar a hora e o lugar no investimento de seu reduzido capital cultural” (op. cit., p. 485).

Instituídos os novos limiares de exclusão, a “alfabetização” – ou a verificação curricular dos anos de escolarização – como critério tradicional de investigação da eficiência, transforma-se em “alfabetização funcional”, ou a demonstração prática das habilidades adquiridas pela pessoa em sua história escolar e profissional. A nova definição parte da UNESCO, que em 1958 entendia como alfabetizada “uma pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples”, e que, vinte anos depois, consideraria *alfabetizado funcional* “toda pessoa capaz de utilizar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar suas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida”². Segundo esse novo critério, o Brasil teria 9% de analfabetos absolutos, como mostra pesquisa realizada pela ONG Ação Educativa, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro³. Entre os alfabetizados, 31% da população estaria no considerado nível 1 de alfabetismo (consegue retirar uma informação explícita apenas em textos muito curtos), 34% no nível 2 (consegue também localizar uma informação não explícita em textos de maior extensão) e apenas 26% no nível 3 de alfabetismo (é capaz de ler textos mais longos, localizar mais de uma

base de dados em <http://www.inep.gov.br>, consultada em abril de 2002). Informação contemporânea a esta demonstrava a existência de 15,2 milhões de analfabetos no país.

² Conforme base de dados em http://www.ipm.org.br/analf_indicador.htm, consultada em abril de 2002.

informação e estabelecer relações entre diversos elementos do texto). Ao mesmo passo que encontramos, através da pesquisa, informações que nos propiciam visualizar o grau da exclusão ocultada nas estatísticas oficiais, constatamos, porém, que as dimensões da exclusão escolar no Brasil agravam-se sobremaneira na medida em que os descaminhos da política educacional brasileira nos põem às voltas com problemas ainda mais básicos:

Na entrada dos anos noventa, dois terços das crianças e adolescentes brasileiros entre 7 e 14 anos não estavam sendo beneficiadas pela escola, vítimas que eram das três modalidades de exclusão escolar: a impossibilidade de acesso; a exclusão precoce; a inclusão, sem usufruto do ensino que a escola deve oferecer, que se transformará, mais cedo ou mais tarde, em alguma forma de expulsão (PATTO, 2000, p.191).

A peculiaridade da exclusão escolar no Brasil pode ser caracterizada, então, como “exclusão brutal”, distante ainda da “exclusão-inclusão” verificada na França de Bourdieu, uma vez que nossas crianças são afastadas solenemente da escola ainda nos primeiros níveis de escolarização (PATTO, 2000).

O problema atual decerto não é novo, construído que foi desde o início da história brasileira. A luta pela democratização do ensino vai se fazendo, então, em constante relação com os papéis que a educação, enquanto direito estritamente ligado às

³ *Idem.*

conquistas de cidadania e à conformação das instituições públicas, tem assumido e alcançado na sociedade brasileira.

A inserção do Brasil no contexto mundial acontece, desde a separação da metrópole, como um país dependente, em que pesa sua condição de ex-colônia de exploração, subordinado ainda às grandes potências mundiais, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista político. Já nos primórdios da consolidação capitalista e do surgimento dos primeiros ideais democráticos, o Brasil verá sua integração política e econômica acontecer de modo diferenciado.

Apesar do surgimento do liberalismo na Inglaterra, e dos princípios divulgados pelas Revoluções Francesa e Americana – grandes alicerces da democracia contemporânea – percebemos que a chegada desses ideais ao Brasil não acontece de maneira direta e imediata. Desde o Império, a trajetória das idéias no Brasil, em esmagadora proporção, vai estar ligada aos interesses das classes dominantes locais. As idéias que fluíam nos meios intelectuais brasileiros não eram nativas de uma terra de poucas escolas e nenhum curso superior. Eram idéias importadas pelos filhos da elite, que chegavam da Europa reproduzindo com muito entusiasmo e pouquíssimo senso crítico as novidades que encontravam no exterior. Aqui aportadas, entretanto, essas idéias mesclavam-se à realidade nacional, produzindo falas adaptadas aos interesses e à realidade da vida social e política brasileira.

O liberalismo, e posteriormente as teorias raciais, chegaram ao Brasil não como fruto exclusivo da imitação européia: adquiriram aqui contornos específicos e assumiram diferentes funções dentro do pensamento dominante da época. Nos próprios meios científicos, doutrinas contraditórias entre si – como o evolucionismo e o

darwinismo social – passaram a operar conjuntamente na lógica racial em vigor (SCHWARCZ, 1995), prestando-se a justificar a segregação ao mesmo tempo em que defendiam um futuro otimista para o nosso país mestiço.

Segundo Emília Viotti da COSTA (1998) não havia no Brasil do século XIX uma burguesia forte, interessada em combater os privilégios da nobreza, ampliar mercados e encontrar expressão política em governos até então controlados pelo monarca absoluto. Existia, sim, uma oligarquia composta de grandes latifundiários e mercadores de exportação e importação (de escravos, principalmente), ansiosos por desvencilhar-se dos rígidos controles impostos pela metrópole portuguesa. Ou seja, o interesse dessas elites não estava na mudança radical do regime político, mas apenas no rompimento do Pacto Colonial. A escravidão havia de ser mantida, e com ela, um governo centralizador, capaz de deter levantes populares e revoluções que pudessem se voltar contra seu domínio. Ou seja, o liberalismo chega ao Brasil num momento em que não interessava às elites promover grandes mudanças no poder local, nem tampouco modificar a organização econômica e política baseada no escravismo. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade trazidos pela Revolução Francesa assumiram aqui coloridos outros em que a prática não havia de, necessariamente, conciliar-se com a teoria. Nenhum problema, portanto, em defender a liberdade e conviver com o trabalho escravo – contradição maior daquilo a que esses ideais poderiam servir.

Ora, se as idéias liberais operam no cerne de um modelo político democrático, não é difícil compreender porque a democracia brasileira encontrará problemas já em seu nascimento. Nas palavras de Sérgio Buarque de HOLANDA (1995, p. 160):

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.

A impessoalidade exigida frente às instituições comuns não encontrava lugar diante do poderio praticamente ilimitado dos senhores de engenho. Seus valores particularistas e antipolíticos e a estrutura de seu quadro familiar se faziam estender por toda a vida social e transportavam-se às cidades, delegando postos de poder a seus entes e sobrepondo-se às entidades comuns: “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.” (HOLANDA, *idem, ibidem*, p. 82)

Assim, a noção de direitos no Brasil vai se configurando pelos caminhos de uma cidadania outorgada, em que direitos políticos, sociais e civis não acontecem de maneira simultânea, mas, intencionalmente, de modo a anularem-se uns aos outros (CARVALHO, 2002). Nos dias de hoje, os direitos políticos seguem na dianteira puxados pelo voto obrigatório, ao passo que os direitos civis vão sendo, dia após dia, corroídos pela violência e por uma justiça excludente, herdeira da burocracia e o do autoritarismo, historicamente presentes na conformação brasileira destas instituições.

Da escravidão, recentemente abolida, ainda nos restam as marcas do preconceito e da truculência empregados à serviço de uma divisão social que não podia encontrar justificativa teórica em meio às propostas liberais, ou que, pouco mais tarde, ainda buscava sua racionalidade através da difusão de teorias raciais que não encontravam

comprovação definitiva nem mesmo em relação a seus próprios métodos empíricos. As vozes discordantes, surgidas em meio à população de ex-escravos, soldados, trabalhadores e pensadores que, no início do século XX, começavam a ser influenciados pelo marxismo e pelo anarquismo, foram largamente reprimidas, de maneira brutal. Na área da educação, há o caso exemplar das Escolas Moderna 1 e Moderna 2, criadas por imigrantes anarquistas em 1912 e mantidas com contribuições da população, que foram fechadas pelo governo paulista alguns anos depois – ato que irá marcar: de um lado, a perseguição sistemática aos libertários, e de outro, a atitude do Estado de chamar a si a tarefa da instrução pública, valendo-se, para tanto (não ocasionalmente) de instituições de reclusão e detenção (PASSETTI, 2000).

Ao longo da história brasileira, a violência irá perpetuar-se como pilar de nossa pretensa democracia. Os direitos mínimos do ser humano – os Direitos Humanos – estão, ainda hoje, muito distantes da vida de milhões de brasileiros. A lei que inexiste (HOLANDA, *op. cit.*, p.182) permanece, contudo, sendo apregoada, operando não como garantia de cidadania, e sim como um instrumento a mais a favor da exploração das classes subalternas pela elite, composta em sua maioria, não por coincidência, por pessoas de cor branca. Na escola, como consequência deste modelo, veremos reproduzidas a opressão e a exclusão da população pobre.

Embora a retórica governamental afirme a intenção de se democratizar e melhorar a qualidade do ensino, o modo como funciona a escola vai, de maneira oposta ao anunciado, mas de modo bastante coerente ao pretendido, produzir o fracasso escolar das crianças oriundas das classes populares, perpetuando assim a exclusão, que ao

mesmo passo investe os próprios aprendizes das razões deste fracasso e justifica o sucesso meritocrático da minoria incluída (PATTO, 1993).

Se o liberalismo propõe, então, uma educação que garanta a igualdade de oportunidades – que sabemos falaciosa enquanto possibilidade concreta – e a social-democracia se propõe garanti-la por meio de um forte Estado de Bem-Estar, criticado enquanto aparelho burocrático, massificador e incapaz de assegurá-la plenamente, um novo discurso irá dizer que, é a partir da promoção positiva de iniciativas individuais e coletivizadas que será possível garantir a igualdade de oportunidades. Isto, sem retirar do indivíduo aquilo que lhe é particular, e propondo ainda uma divisão de poderes que promova autonomia, conciliação duradoura entre igualdade e liberdade. A nova teoria sócio-política pretende uma solução capaz de conciliar os modelos capitalista e socialista num sistema que aproveite o que há de melhor em cada um deles, a saber, a concorrência e a iniciativa do indivíduo, com a preservação de sua autonomia, e a garantia de igualdade.

Nesse novo modelo, a igualdade, ponto de discordância entre socialismo e liberalismo, não será entendida como igualdade *per se*, ou seja, não vai representar a igualdade econômica e de propriedade dos meios de produção, estendida ao plano das necessidades humanas, como defende o socialismo (CARONE, 1998). Também não pretende uma igualdade de oportunidades que se dê apenas no plano das leis de mercado.

Segundo os teóricos da terceira via política, difundida pela sociologia inglesa na era pós-Thatcher e defendida com vigor nos meios políticos brasileiros⁴, “cabe à educação a tarefa de proporcionar aos cidadãos oportunidades participativas iguais” (HELD, 1997). A igualdade possível não estaria então restrita ao plano econômico, mas envolveria também os aspectos político e cultural. Palavra de ordem no atual discurso democrático, a *autonomia* se apresentaria ao mesmo tempo como utopia e condição ao pleno exercício da cidadania em nosso sistema político. A tarefa educacional aparece, assim, investida de relevante e renovada importância.

Segundo Nicolau SEVCENKO (2000, p.40), o lema propalado por Tony Blair, “educação, educação, educação”, seria uma proposta clara e tocante, uma vez que a nova realidade oferece oportunidades apenas ao trabalho qualificado. Além disso, a vertiginosa corrida tecnológica impõe uma necessária autonomia científica às nações que queiram garantir sua soberania.

Entretanto, o veneno da maçã proibida já havia se infiltrado nas veias dos novos líderes. A idéia não era mais garantir um bom emprego para todos, conforme a tradição socialista, mas disseminar o espírito da concorrência agressiva por intermédio de uma nova agenda educacional, de modo que, num mercado cada vez mais concentrado, somente os mais aguerridos, os mais individualistas e os mais experientes prevalecessem, em detrimento dos desfavorecidos em todos

⁴ Destacamos a presença do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em fóruns de líderes da terceira via, como a Cúpula de Florença (ver Chauí, 1999).

os quadrantes do planeta. E aqui se insere o conceito ampliado de destino manifesto, traduzido no novo dogma chamado “eficiência”.

As novas idéias chegam num momento em que se agrava a cada dia o quadro social legado pelo neoliberalismo econômico, ao passo que, nos países europeus, o Estado de Bem-Estar – pedra fundamental da social-democracia – também vai mostrando sinais de desgaste. A Terceira Via pretende, em verdade, tornar arcaicas as discussões entre os ideais cindidos do comunismo e do liberalismo. Mais uma vez, diria Marilena CHAUI (1999), visto que esse mesmo ideal conciliatório entre os diferentes modelos político-econômicos já foi tentado, sem sucesso, pela própria social-democracia e também pelo fascismo.

A tarefa educacional não caberá mais exclusivamente ao Estado, que deixa de ser o único agente na promoção dos direitos fundamentais. As responsabilidades sociais são compartilhadas e passam a estender-se à sociedade como um todo, que, organizada em ONGs, associações, etc., passa a ter uma capacidade maior de atuação. Espera-se, então, que o “terceiro setor” assuma parte das tarefas que antes eram de competência do poder público na garantia dos direitos fundamentais. Espera-se agora do terceiro setor iniciativas que preencham os vazios deixados pelo Estado, que venham substituir os projetos estatais ineficientes na realização de políticas públicas voltadas aos mais diversos campos sociais e segmentos da população. Segundo Anthony GIDDENS (1997), um dos expoentes teóricos da terceira via, o governo não deve mais se deter na ação negativa, ou seja, no combate às mazelas geradas pelo sistema capitalista; deve,

sim, atuar de maneira positiva, fornecendo aos indivíduos e suas organizações a possibilidade de desenvolver seus próprios projetos de atuação social. Em sua lógica, *descentraliza-se o poder, incrementando a democracia* (HELD, 1997).

Ao estabelecer-se uma rede de solidariedade social, o investimento nas áreas sociais não será mais direto, intervindo nos setores onde a desigualdade é gerada, mas acontecerá, sobretudo, de modo indireto, deslocando-se para os agentes – a saber, o terceiro setor – capazes de desenvolver essas políticas de modo mais *eficiente*. A busca, aqui, se faz pelo desenvolvimento do “capital humano”, pela geração de riqueza. O Estado deixa de ser um instrumento para a correção das desigualdades geradas pelo capitalismo para ser um fomentador de iniciativas geradas em seu contexto. Deixa de “gastar”, passa a “investir”. Pretende-se, dessa forma, valorizar a espontaneidade, a criatividade – características de uma sociedade de mercado – e eliminar o desperdício, a corrupção, a lentidão e a acomodação, presentes nos programas estatais.

O ideal postulado pela Terceira Via vem sendo oferecido como um grande modelo, capaz de dar conta de problemas para os quais o *neoliberalismo* não tem conseguido apontar soluções. É necessário, entretanto, que nos perguntemos em que condições essas novas idéias têm penetrado o Brasil, dadas as nossas características históricas, sociais e econômicas, e a quais interesses elas têm servido, principalmente em relação às políticas sociais – dentre as quais a política educacional merece destaque e reflexão. Afinal, o contra-senso de uma escolarização defendida e ao mesmo tempo negada às classes populares vai assumindo, no arcabouço hegemônico, as fórmulas repetidas da ideologia, em que tanto a realidade quanto seu contrário surgem para nutrir a afirmação do discurso (CHAUÍ, 1997).

Veremos então que, com o novo modelo, os países do Primeiro Mundo produzem uma lógica que permite justificar e cristalizar o protagonismo desses e de seus conglomerados econômicos nas relações comerciais, culturais e políticas estabelecidas junto a outros países com o advento da globalização (FURTADO, 1998), ao mesmo tempo em que tentam se mostrar capazes de fazer florescer, no interior do sistema em que o lucro permanece inalterado enquanto valor preponderante, as fórmulas consideradas inalcançáveis de uma solidariedade verdadeira.

O discurso da terceira via, em sua tentativa de homogeneização, faz parecer que a redistribuição das responsabilidades na execução das políticas sociais pelo terceiro setor, além de obter um ganho de *qualidade*, aproxima a sociedade das decisões, de modo que os cidadãos se coloquem num patamar de real igualdade de direitos. O pressuposto do qual parte o discurso da terceira via é de que a liberdade alcançada no capitalismo não pode ser perpetuada em nenhum modelo onde a igualdade seja um valor preponderante. Daí, a conclusão consoante à lógica econômica atual, de que não existe socialismo possível.

A fala gira em torno da descentralização do poder e da democratização da sociedade. Não se fala mais em democratização do Estado, em Estado de Bem-Estar (CHAUI, 1999, p.9). Nos países do Terceiro Mundo, portanto, os valores tornados positivos de uma competição aguerrida em busca de vantagens econômicas operam no Estado que se reduz, e legitimarão o fosso de divisão social que vai propiciar às elites nacionais o consumo e o diálogo com um moderno, industrializado, sofisticado e tecnologicamente avançado Primeiro Mundo, às expensas da grande maioria da população que, absolutamente excluída de seus produtos e benefícios, contribui para

sustentá-lo sobre suas cabeças desde os primórdios da consolidação de nossa República (FURTADO, 1961; OLIVEIRA, 1975). No contexto dos anos noventa, então, há uma demanda por cidadania e solidariedade no momento em que nossas elites convencem-se da “desnecessidade do público” diante de um Estado em crise e da ilusão de que são politicamente auto-suficientes (PAOLI, 2002).

No bojo da nova retórica, chegam também referenciais para se pensar as práticas pedagógicas e o papel a ser assumido pela educação. Almeja-se que o indivíduo tenha amplo acesso à cultura erudita, e, sobretudo, aos conhecimentos técnicos – que lhe permitirão acompanhar e fazer uso do rápido desenvolvimento tecnológico do mundo globalizado – enquanto defende-se o combate à barbárie através da absorção crítica das informações veiculadas pelos meios de comunicação de massa. É o que Anthony GIDDENS (1997) vai chamar de *modernização reflexiva*. Esta se coloca também em um terceiro plano, uma alternativa à cultura moderna e à cultura tradicional.

Segundo esse referencial, a capacidade crítica do indivíduo deverá manifestar-se tanto em relação ao novo quanto em relação aos hábitos e comportamentos arraigados nos grupos aos quais pertence, adaptando-os a sua própria realidade e modo de pensar. Não se faz a crítica da cultura tecnocrática e de seus aspectos ideológicos e elitizantes. O combate à barbárie deverá ser travado pelo indivíduo, que assim teria a capacidade de desvencilhar-se das mazelas impostas pelo elogio da técnica e pela indústria cultural de massas de modo mais conveniente.

Os poderes legados aos indivíduos “mais” preparados seriam tão grandes que os tornariam capazes de se autodeterminar tanto em relação à indústria cultural de massa quanto em relação às tradições dos grupos a que pertencem. Ora, se os indivíduos,

graças a uma capacidade crítica – ainda que embotada pela ideologia – não estão passivamente entregues aos poderes da mídia (OLIVEIRA, 1998, p.287), da indústria cultural e de tantas outras fábricas de discursos, também é certo que não estão descolados, descontextualizados, nem são, como talvez gostaríamos, senhores absolutos de seu próprio destino. A história ainda não acabou.

Inserido num modelo político democrático, o projeto postulado pelos idealizadores da terceira via destaca a autonomia como valor preponderante. Assim, *cabe à educação a tarefa de proporcionar aos cidadãos oportunidades participativas iguais*. Todos os indivíduos devem estar igualmente preparados para assumir o governo, para avaliar decisões políticas e, ainda, aptos a determinar, econômica e socialmente, as condições de sua própria existência. Um dos principais instrumentos para esta tarefa é a educação, livre e universal. Nesse sentido, a educação assume no discurso um lugar sumamente importante, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político. Caberá a ela garantir ao indivíduo o livre acesso ao mercado de trabalho através da possibilidade real de exercer escolhas profissionais e, ainda, incrementar continuamente seu direito de expressão e escolha política. O indivíduo deve ter pleno acesso à *informação* e à *formação*, nutrindo assim sua capacidade de autodeterminar-se. Segundo David HELD (1997), deve-se almejar a distribuição de poderes como única forma de chegar à verdadeira autonomia.

Cabe, então, a pergunta: mas de que *autonomia*, afinal, está se falando? E que instrumentos nos permitiriam alcançá-la? – já que a desigualdade persiste, pois cabe aos cidadãos de uma outra classe o desenvolvimento de políticas reparadoras, como se elas

pudessem de fato reparar uma desigualdade que é intrínseca a seu funcionamento, e gerada na esfera do trabalho.

Trabalho esse que se flexibiliza, terceiriza, mas não se compartilha. Não é por acaso, como muito apropriadamente nos mostra Marilena CHAUI (1999), que a questão do trabalho permanece omitida no discurso dos teóricos da terceira via.

Em consonância com o discurso hegemônico, e encontrando amplo espaço para a implementação de políticas sociais, vêm crescendo no país o número de organizações criadas e geridas pela sociedade civil destinadas a atuar nas áreas sociais – fenômeno que acompanha a instituição de um novo modelo no relacionamento entre o Estado e a infância carente no Brasil, que Edson PASSETTI (2000) denomina a *nova filantropia*.

Segundo o autor, os momentos do atendimento à infância pobre que antecedem esse novo modelo na história do país alternam-se entre a filantropia privada, com seus orfanatos, e as instituições públicas de reclusão e educação. Houve uma presença maior do Estado, porém, a partir da Proclamação da República, e de maneira mais incisiva nos períodos ditatoriais que se seguiram, até a Ditadura Militar.

O que a *nova filantropia* vem trazer, então, respaldada pela legislação de amparo à infância em vigor, como o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, é a redução da atuação governamental no atendimento social direto, de modo que ao governo passa a caber a supervisão e a orientação das ações sociais. A nova política vem acompanhada de um conjunto de subvenções tributárias facilitadoras do investimento empresarial, associada à diminuição do investimento estatal na área (que mantém sob sua responsabilidade o atendimento por meio da FEBEM) e ao redimensionamento dos custos sociais, em acordo com as novas diretrizes globais. Assim,

Não se faz mais filantropia como antigamente, ao custo do próprio bolso, da caridade religiosa, nem como, até recentemente, às custas do Estado. Agora o empresariado faz filantropia, na maioria das vezes, graças ao que deixa de pagar para o Estado. É o terceiro ciclo da filantropia que se inaugura na República brasileira, seguindo o da filantropia privada e depois o da filantropia estatal (PASSETTI, 2000, p.368).

Tais “ciclos”, longe de trazerem benefícios à população oprimida, tão somente recompõem o “sistema de crueldades” que dá continuidade às burocracias pública e privada “por meio de programas de atendimento, avaliações e premiações” (*id.*, *ibid.*, p.370), criando e recriando o “circuito das compaixões” do qual a criança torna-se um veículo.

O atendimento direto à criança carente passa a ser implementado por organizações externas ao aparato estatal através das *organizações não-governamentais*, abrindo caminho ao retorno das instituições educacionais religiosas e gerando espaço também para organizações laicas. Ambas transformam-se num mercado para o trabalho de um grande conjunto de profissionais liberais, que vinham sendo afastados do exercício na área social quando do controle exclusivo do governo neste campo.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), coordenada pela *The Johns Hopkins University*, dos Estados Unidos, no período compreendido entre 1991 e 1995, aponta para o crescimento no Brasil da atuação profissional no chamado,

para efeitos daquela pesquisa, *setor sem fins lucrativos*⁵. Nas áreas de atuação do *setor* consideradas típicas⁶, ele vêm crescendo substancialmente em comparação às demais esferas: enquanto o *setor governamental* teve reduzida em 5% sua participação na ocupação de pessoal nestas áreas, e o *setor privado lucrativo* cresceu 1,4%, o *setor sem fins lucrativos* obteve crescimento de 3,4% no período. Em 1995, o mesmo *setor* comportava 1.120.000 pessoas ocupadas e remuneradas (1,7% da população ocupada do país).

Esses dados apontam para uma participação crescente dos profissionais liberais que atuam em áreas sociais nessas organizações. Contudo, as pesquisas disponíveis sobre a atuação dos psicólogos, em particular, não trazem dados suficientes para que verifiquemos a ocorrência de tal alteração do mercado de trabalho especificamente no campo da Psicologia.

Até 1994, um levantamento feito pelo Conselho Regional de Psicologia da 6^a Região (CRP-06)⁷ – que inclui os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo – junto aos profissionais inscritos no órgão, mostrava que 24,22% dos psicólogos atuavam em instituições de natureza governamental, e os 75,78% restantes, dos quais 62,39% agrupados sob uma classificação genérica denominada “particular”, trabalhavam em instituições de outra natureza. Dados mais recentes, obtidos por meio de um estudo amostral realizado pelo Conselho Federal de Psicologia com psicólogos de todo país no

⁵ A pesquisa incluiu na composição do setor “todas as figuras jurídicas de sociedades, ou associações sem fins lucrativos e de fundações (...), desde que instituídas por pessoas jurídicas de direito privado”, que “gozam de algum tipo de isenção fiscal” (LANDIM, 1999:15)

⁶ Para a pesquisa, foram consideradas áreas de atuação do setor sem fins lucrativos no Brasil: educação e pesquisa; saúde; assistência social; cultura e recreação; religião; ambientalismo; desenvolvimento e defesa de direitos e associações profissionais.

⁷ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6^a REGIÃO. *Psicologia: formação, atuação e mercado de trabalho*. CRP-06: São Paulo, 1995.

ano de 2001⁸, mostram que em locais de atuação possivelmente caracterizáveis como ONGs – tais como órgãos ligados à criança e ao adolescente, associações comunitárias, clubes, centros e instituições de caridade – atuavam cerca de 2,7% dos psicólogos entrevistados. Contudo, a classificação sugerida pela pesquisa, que inclui a possibilidade do entrevistado realizar múltiplas escolhas, sobrepõe características dos locais de atuação (hospitais e escolas podem ser também órgãos públicos, por exemplo). Ambas as pesquisas, assim, tornam difícil discriminar, de acordo com as classificações propostas, características mais específicas das instituições em que atuavam os psicólogos. Observamos que a discussão sobre as *organizações não-governamentais*, bem como a diferenciação entre a atuação em órgãos públicos ou privados, não se faz relevante junto aos conselhos de Psicologia.

Em relação à atuação dos psicólogos na área da educação, possuímos informações mais completas na pesquisa realizada pelo CRP-06 – dos profissionais que atuavam como psicólogos nos estados incluídos na pesquisa, 18,15% atuavam na área em 1994. Sabemos também que no país, em 2001 – segundo pesquisa realizada pelo CFP citada – 9,2% dos psicólogos atuavam na área escolar ou educacional.

Sob um outro enfoque, é interessante perceber que as organizações do *setor sem fins lucrativos* – baseando-nos ainda na denominação utilizada pelo ISER – têm mostrado uma predileção especial pela atuação na área educacional que, em 1995, respondia por 34% do total das organizações. Recentemente, um dado similar, embora mais restrito, levantado pela Associação Brasileira de Organizações Não-

⁸ Conforme base de dados do *site*: http://www.pol.org.br/atualidades/materias.cfm?id_area=300, consultada em junho de 2003.

Governamentais (ABONG) em 2002, mostra que, entre as organizações associadas à entidade, 52,04% atuavam na área educacional.

Assim, a razão primeira deste trabalho se faz em refletir sobre o modo como os psicólogos irão atuar frente ao novo momento pelo qual passa a educação em nosso país, em que discursos renovados e novos atores passam a compor o cenário educacional, particularmente no que diz respeito à educação pública, oferecida à população oprimida. Ou, tomando emprestadas as palavras de Maria Helena PATTO (2000), momento em que o *cativeiro* onde nos encontramos conhece sua nova *mutação*.

No capítulo um, que se segue, discutiremos o conceito de organização com o qual trabalharemos nesta pesquisa, tomando por base o levantamento de alguns fundamentos teóricos e históricos que trouxeram suporte à opção realizada, e trazendo algumas reflexões a respeito dos aspectos implicados na delimitação deste conceito.

1. ONG: NOTAS SOBRE A ESCOLHA DO TERMO

À medida que a complexidade da vida social cresce no modo de produção capitalista e nas formações históricas ditas ‘socialistas’, o Estado se expande em todos os setores, encarregando-se de uma parte considerável da vida humana, de tal modo que, por sua mediação, o tecido da sociedade civil torna-se cada vez mais cerrado e encerrado sobre si mesmo. A ideologia dispõe, então, de um recurso para ocultar essa presença total ou quase total do Estado na sociedade civil: o discurso da Organização.

Marilena Chauí, *Cultura e Democracia*.

Assim como o discurso que o sustenta, a conceituação de um novo setor e suas organizações não tem origem local. Se a idéia de um setor apartado do governo e da iniciativa privada encontra finalidade e expressão sob a lógica da terceira via política e do neoliberalismo, o termo *third sector* surge na Inglaterra, nos anos 1980, adequando ao novo contexto práticas de mecenato e filantropia que desde a Idade Média dão materialidade ao espírito da caridade anglicana.

Assumindo grande importância em países como os Estados Unidos, onde a prática da filantropia empresarial vai compor toda uma cultura de manutenção de status, poder e ruidosa benemerência das elites locais – sob a forma de grandes fundações empresariais e familiares anistiadas de impostos – o esforço na teorização e na disseminação do conceito de um setor surge e ganha corpo no interior das universidades

americanas, chegando ao Brasil através de pesquisadores de universidades e instituições privadas, em particular do Rio de Janeiro, no início da década de 80.

O estudo realizado pelo ISER/*The Johns Hopkins University*, que envolveu 22 países instituiu, para as finalidades daquela pesquisa, o conceito de *setor sem fins lucrativos*, termo também conhecido no Brasil; suas organizações foram chamadas *organizações sem fins lucrativos*. É possível encontrar nomenclaturas diversas para as organizações eleitas para compor o novo setor. Além de *organizações sem fins lucrativos*, são denominadas ainda *organizações da sociedade civil* e *organizações não governamentais* – esses são os três termos mais utilizados no país.

As tentativas de encontrar uma definição capaz de dar corpo às qualidades agregadas ao ‘setor’ encontrarão obstáculo, porém, na própria diversidade das organizações que se pretende abrigar sob um mesmo conjunto (TEIXEIRA, 2000). O propósito inicial de diferenciar as organizações em relação ao seu caráter público e *sem fins lucrativos* as coloca, em primeiro lugar, lado a lado com todo um conjunto de órgãos e instituições governamentais que também não têm objetivo de lucro. Por outro lado, se defender uma maior presença social do Estado não se encontra entre as intenções dos teóricos do novo setor, diferenciar essas organizações em relação ao governo, sob a alcunha de *não-governamentais*, implica em encampar um grande número de entidades privadas estritamente lucrativas.

Retomemos, ainda que brevemente, o conceito de *lucro* em Marx, como parte da *mais valia*, forma objetivada do trabalho em dinheiro que resulta da diferença entre o valor gerado na produção de mercadorias e o valor recebido pelo trabalhador como salário, menos “o fator custo dos serviços” do capital. Se consideramos o *lucro* como

forma assumida pelo processo de exploração dos trabalhadores sob o capitalismo (BOTTOMORE, 2001, p.227-230), quais organizações privadas poderíamos considerar como *não-lucrativas*?

Citando apenas um exemplo à questão que se apresenta, na medida em que a atuação de uma ONG agrega valor a determinada mercadoria, ainda que este valor relacione-se a um propósito nobre, a atuação das ONGs não contribui para a geração de lucro? Sim, alguns responderão apressados, em atenção ao discurso que reza a auto-regulação do capitalismo justamente por esta via... (FUKUYAMA, 1989; FRIEDMAN, 1985)

Procuraremos contornar os obstáculos que se apresentam para esta identificação com a separação em diversos subconjuntos de organizações, em função da intenção filantrópica ou não gerada da ação, da intenção dos grupos mantenedores, do caráter militante de seus voluntários ou profissionais, da origem externa ou nacional, entre outros. Mas também, pela inauguração de um outro aparato legal, que busca institucionalizar as relações que vem sendo construídas entre o governo e o novo setor.

Somando grandes interesses à tarefa de incorporar e dar forma ao conceito, o governo federal, a partir dos anos 1990, implementou um conjunto de ações no sentido de promover e dar sustentação jurídica e ideológica às iniciativas encampadas pelo novo ideário. Surge, então, o Programa Comunidade Solidária, e outros que o seguiram, como o Alfabetização Solidária, Universidade Solidária etc. É a lei número 9790/99, que legisla sobre a definição de *organização da sociedade civil de interesse público* – ou OSCIP – e suas relações com o governo, sobretudo do ponto de vista financeiro. O termo *organização da sociedade civil*, que vinha sendo cunhada no país para designar

um grupo específico de organizações, passou a contar também com uma definição jurídica formal.

Como aponta Paulo Eduardo ARANTES (2000, p.3), diante das novas definições, tomadas como próprias com diferentes sentidos e pelos mais diversos "interlocutores", a fala de agentes governamentais já se parece com a dos militantes de organizações não-governamentais que, por sua vez, se parece com a de empresários, e assim por diante:

Em princípio, como aliás o próprio nome indica, uma organização não governamental não pode pensar e agir como uma agência estatal. Tampouco falar a mesma língua. E no entanto parece estar ocorrendo um formidável disparate – pelo menos aos olhos de um leigo. De uns tempos para cá, autoridades governamentais desandaram a gesticular e arengar como se fossem militantes de uma ONG, de todas as ONGs, misteriosamente eleitos pela mão invisível do destino para advogar a boa causa da sociedade, ocupando, porém, graças sabe-se lá a que manobras astuciosas da razão, postos-chave no aparelho de Estado, sobretudo os concernidos por uma entelêquia cívica denominada “o social”. Ato contínuo, têm se dedicado a lançar “programas” de fortalecimento da “sociedade civil”, como se esta fosse uma área de fomento, e pelo visto, em promoção.

A universidade vem a reboque, na seara desbravada por cursos de Administração de Empresas que vêm oferecer, a módicas quantias, capacitação aos profissionais encarregados da missão de tornar “sustentável”, do ponto de vista organizacional e financeiro, o novo grupo de organizações. Um ilustrativo estudo de pós-graduação, orientado pela então primeira-dama Ruth Cardoso e publicado em livro no ano de 2000⁹, será destinado exclusivamente à definição e à apresentação do rol de vantagens contidos no “fomento” de um terceiro setor. Fundamentos acadêmicos acabaram por nortear programas em diversos órgãos de governo.

Ainda com Paulo ARANTES (2000, p.12), constatamos que “a sociedade civil acabou se revelando na apoteose do Terceiro Setor: simplesmente, sem tirar nem pôr, ela é o Terceiro Setor”.

Independente da denominação utilizada, a definição de um setor *terceiro*, *sem fins lucrativos* ou ainda *não-governamental*, procura dar a falsa idéia de que os nomes seguem-se aos bois, ou seja, que um fenômeno teria surgido antes de sua nomeação, embora organizações sociais, contando ou não com a interferência estatal, existam desde o início da era moderna.

A intenção depositada na apresentação distorcida advém de uma operação claramente ideológica, que procura mostrar o *setor* como: senão novo, em franca expansão, decorrente de uma maior mobilização social; gerador de aprofundamento e melhoria de nossa democracia e instituições políticas; e promessa de solução exequível dos graves problemas sociais enfrentados pelo país. As vantagens anunciadas no *setor*

⁹ COELHO, S. C. T. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Ed. SENAC São Paulo, 2000.

advirão, dessa forma – assim como postulado pelo discurso da terceira via – de uma poderosa combinação entre as características mercantilistas associadas à livre iniciativa e os propósitos solidários e responsáveis de uma finalidade pública. Características difíceis de conciliar simultaneamente.

A confusão frente a outras definições, de origem econômica ou sociológica, como equivalente a um setor de serviços – em contraposição ao extrativista e ao industrial – ou, simplesmente, como *sociedade civil*, longe de clarearem os significados dos termos utilizados irão contribuir para enevoar e manter em aberto o conteúdo de palavras empregadas, a critério do freguês, de acordo com o sentido e as intenções que se lhe queiram emprestar no momento.

O conceito de *sociedade civil* empregado por Antonio GRAMSCI (1929-1935/2000), que desde meados do século XX encontra-se acolhido em meio à intelectualidade brasileira, será utilizado para salvaguardar o ideário de setor transposto à versão nacional (FERNANDES, 2000). Entretanto, ao nos aproximarmos do conceito originalmente defendido pelo autor italiano, compreendemos melhor de que modo as organizações constituídas na sociedade capitalista, desde os seus primórdios, importarão na construção da hegemonia política, e de que maneira a idéia de um setor traz um falso diálogo com a teoria que supostamente lhe daria amparo.

O significado da *sociedade civil* para Gramsci, é importante esclarecer a princípio, em nada decorre de uma contraposição ao Estado. Para Gramsci, em verdade, essa distinção não faz sentido, uma vez que para ele o papel do Estado está estritamente vinculado à questão da luta de classes. A sociedade civil, bem como a sociedade política, são a expressão do Estado no nível da linguagem e da cultura (*op. cit.*, p.279). Não

caberia, portanto, dizer-se contra ou favor do Estado em si. Gramsci defendia, inclusive, uma necessária “estatolatria”, para que se dê a transição histórica da vida estatal para a vida estatal autônoma, ou o *autogoverno* – em que a vida estatal, permanecendo, não dependeria mais da máquina de governo, ou como ele denomina, do “governo dos funcionários” (*op. cit.*, p.280).

Sociedade civil seria, para esse autor, a “*hegemonia* (grifo meu) política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (*op. cit.*, p.225), exercida através de organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, a mídia, as escolas, etc. O Estado é entendido como “o equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil” (*apud* COUTINHO, 1981, p.91). Assim, em Gramsci, Estado e sociedade civil são conceitos intimamente ligados, que só fazem sentido quando analisados à luz do pensamento econômico marxista. Ou, como esclarece Carlos Nelson COUTINHO (*op. cit.*, p.92):

Nesse sentido, ambas [*sociedade política e sociedade civil, para Gramsci*] servem para conservar ou promover uma determinada base econômica de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a *direção política e o consenso*; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem

sempre uma ditadura, ou mais precisamente, uma dominação mediante a coerção.

Gramsci afirma que, em uma sociedade, nenhum indivíduo está desorganizado. Ocorre que as sociedades particulares, voluntária ou naturalmente, irão constituir o *aparelho hegemônico* de um grupo social sobre o resto da população civil (GRAMSCI, 2000, p.253). Esse conceito se acresce à formulação marxista – a *hegemonia*, central no pensamento de Gramsci, trará explicação para o aumento da influência política exercida por organismos sociais privados, os *aparelhos privados de hegemonia*: “organismos de participação política voluntários, e que não se caracterizam pelo uso da repressão” (COUTINHO, 1981, p.90). Este fenômeno, de crescente influência dos aparelhos privados de hegemonia, ligado à autonomia material destes organismos verificada nas sociedades capitalistas avançadas é que, paralelamente à ampliação da socialização da política, vêm gerar a necessidade de se estabelecer um consenso ativo e organizado para a dominação. Nas palavras de COUTINHO (*op. cit.*, p.92),

E é essa independência material – ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção.

A sociedade civil define-se, então, não em relação ao Estado, mas à sociedade política, que corresponderia ao “*domínio direto* ou de comando, que se expressa no Estado e no governo *jurídico*” (BOBBIO, 1987, p.40). Em outras palavras, enquanto na sociedade civil disputa-se o poder hegemônico, na sociedade política disputa-se o poder coercitivo.

Embora o conceito gramsciano de *sociedade civil* guarde algumas diferenças com relação ao conceito empregado na obra de Marx – diferenças que se referem sobretudo à importância conferida às organizações na manutenção do equilíbrio de forças que sustentam o Estado (*op. cit.*, p.120) – é importante destacar que para ambos a *sociedade civil* define-se no contexto da luta de classes. Para Marx, *sociedade civil* é o lugar onde se realizam as relações econômicas. A sociedade civil seria então o conflito inerente à luta de classes materializado nas relações entre os indivíduos, que com o predomínio da burguesia, acaba por representar a própria sociedade burguesa.

Assim, o “fortalecimento da sociedade civil”, para Gramsci, está diretamente relacionado à socialização da produção e à conseqüente redução da jornada de trabalho (COUTINHO, 1981, p.76), não à retirada do Estado no provimento de recursos sociais em um estágio político e econômico como o ainda atual, em que as divisões de classe, longe de se esvaírem, aprofundam-se a cada dia. Ao contrário, cabe ao Estado, compreendido como sociedade política e sociedade civil, promover a socialização da economia, de modo que possamos chegar ao ponto em que, um dia, não haja mais distinção entre classes, e a política não seja mais necessária.

Da definição gramsciana pretende-se hoje, porém, um outro recorte, fundado em pressupostos sócio-políticos bastante diversos, em que se define *sociedade civil* como

um conjunto de entidades e órgãos de atuação que excluía de seu campo a atividade privada lucrativa. Em última instância, entidades onde os conflitos postos pela organização capitalista do trabalho ficam ocultos para dar visibilidade a preocupações "mais nobres", nominadas como de ordem pública. A justificativa para o "fortalecimento" da sociedade civil, como defenderia a ex-primeira-dama da República (CARDOSO, 2000), encontra sua pertinência, então, de modo bastante contraditório, na medida justa em que a solidariedade e a busca da igualdade não constituem valores de mercado numa sociedade que, entretanto, continua a produzir exclusão em escala industrial.

De origem mais antiga, a nomenclatura *organização não-governamental* surgiu após a Segunda Guerra Mundial, amparada pelo ideário de reconstrução das nações, quando organizações de defesa dos direitos humanos e promoção social começam a aparecer em todo o mundo, particularmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos (ARANTES, 2000). Com o financiamento dos Estados Unidos, “empenhados num fogo de barragem ideológico” diante da Guerra Fria que se avizinhava, em que partilhavam interesses o Banco Mundial, o FMI e a própria ONU (ARANTES, *op. cit.*, p. 15), ganhou corpo um conjunto de iniciativas expressas até então por micro-organizações internacionais de cooperação. Algumas dessas organizações conquistaram representação formal na ONU, que, por conta de seu sistema de representações, passou a designá-las sob a alcunha de “não-governamentais” (FERNANDES, 2000), termo pelo qual ficaram conhecidas principalmente na Europa Ocidental.

Em 1981, o Banco Mundial inaugura o debate com as chamadas ONGs na conferência sobre Educação e Desenvolvimento, trazendo a idéia da criação de um

fórum permanente, o Comitê ONGs-Banco Mundial, sediado em Genebra, na Suíça. A importância alcançada pelas ONGs nesta esfera reflete-se nos números: de 1973, quando o Banco passou a financiar projetos desenvolvidos por ONGs, a participação destas na captação de recursos cresce de 6% para 33%, até 1993. Em 1994, a metade dos projetos aprovados pelo Banco já contava com o envolvimento de ONGs (ARRUDA, 1998).

Com o recrudescimento da ditadura militar, as organizações que surgiam a partir da década de 1960 no Brasil, e passavam a ser designadas como ONGs, consolidam-se também no campo militante, uma vez que se encontravam fechados canais institucionais de participação social e política como partidos e sindicatos. Exercendo certo poder de reivindicação e mobilização popular, algumas dessas organizações assumem um papel relevante na abertura política do país, junto aos movimentos urbanos das décadas de 1970 e 1980 (GOHN, 1999).

A diferença que vai se constituindo entre as ONGs e os principais movimentos políticos da época, contudo, será que as primeiras irão prescindir da conscientização política e da mobilização. Se os movimentos sociais eram bastante politizados e faziam a população carente demandar diretamente os bens públicos dos quais se via excluída:

o caminho das ONGs opta por representar as demandas populares em negociações pragmáticas, tecnicamente formuladas, com os governos, dispensando a base ampliada de participação popular. Desse modo, diferentes práticas de responsabilização e compromisso desenham um conflito potencial que diferencia internamente as múltiplas organizações que constituem a emergência daquilo que se

entende por sociedade civil no Brasil, e que tendem a se tornar critérios cada vez mais presentes no debate sobre seu sentido. (PAOLI, 2002, p.378)

No final da década de oitenta, é instituída a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), fórum de representação das ONGs fundada por representantes de 125 organizações brasileiras, por ocasião do 1º Encontro Internacional de ONGs e Agências do Sistema da Organização das Nações Unidas, no Rio de Janeiro. São filiadas hoje à ABONG cerca de 248 entidades, sendo que 52,04% delas atuam nas áreas consideradas pertinentes à esfera educacional: formação e capacitação de professores e educadores populares, educação para a cidadania, publicação de materiais educacionais, arte-educação, capacitação profissional, alfabetização, campanhas e pesquisas, dentre outros.

É a partir da década de noventa, porém, que a quantidade de organizações encontrará no país seu maior crescimento, conforme observamos no capítulo anterior. O conjunto de entidades abarcadas encontra, então, diversidade ainda maior, escapando já à rápida mudança do contexto de combate à ditadura e desenvolvimento das nações para angariar outros espaços perante a sociedade globalizada.

Se parece inadequado reunir sob uma mesma denominação organizações tão diversas, optamos, para efeitos do presente estudo, adotar a nomenclatura “organização não-governamental”, ou ONG. É preciso ressaltar que não usamos a designação para todas as organizações *não-governamentais* – o que incluiria organizações privadas de naturezas diversas. Sabemos que o fato de instituírem-se à margem dos órgãos

governamentais não é a qualidade que traz definição comum a essas organizações já que, em muitos casos, as últimas vêm mesmo coadunar-se com o poder político instituído.

A história do termo, porém, parece trazer alguma identidade a estas organizações. Ao nos aproximarmos do contexto que dá origem às ONGs, localizamos, de alguma forma, o projeto político envolvido em seu incentivo. Isso nos parece menos prejudicial do que considerá-las *não-lucrativas*, qualidade que na grande maioria dos casos estas organizações não comportam, ou como *organizações da sociedade civil*, o que acabaria por trazer ao nosso rol de análise um conjunto excessivamente amplo de organizações – fugindo, assim, dos objetivos deste estudo, além de desviar o termo de seu conceito original.

Importa destacar, então, que localizamos as organizações definidas para esta pesquisa em relação ao contexto em que surgem e aos discursos que lhes dão sustentação, assim como em relação ao que definimos aqui como sociedade civil, de modo a melhor analisarmos as conseqüências de sua atuação no âmbito educacional e para a prática profissional do psicólogo.

No capítulo seguinte teceremos algumas considerações sobre a educação como *práxis* libertadora, suas possibilidades de realização através das ONGs e sua relação com o trabalho do psicólogo escolar. Psicólogo que, acreditamos, pode encontrar férteis horizontes de atuação ao reencontrar-se com uma pedagogia do oprimido.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E PRÁXIS NA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Certas classes atribuem a si o conhecimento; e a opinião, ao povo. O limite entre a opinião sã e a demência não é traçado pelo conhecimento do concreto, mas por essas classes. A sua opinião se substitui à verdade do fato.

Ecléa Bosi, *Entre a opinião e o estereótipo*.

Quando Hannah ARENDT (1954/1992) escrevia a respeito da crise da educação no mundo moderno ela se referia a um contexto específico, em que uma grande febre levava à instauração de políticas educacionais inovadoras, a seu ver bastante equivocadas, implementadas nos Estados Unidos do período entre-guerras. No entanto, sua crítica se voltava a um ponto decerto ainda mais relevante nos dias atuais: a crise de autoridade que acompanha, ou melhor, que resulta em uma crise da educação.

Retomando e analisando a organização social e política do mundo romano, Hannah Arendt diz que a autoridade surge da responsabilidade assumida pelos anciãos, os patriarcas, pela continuidade e sobrevivência do mundo. Se nos basearmos nesta concepção, à medida em que preparamos as crianças em formação para ingressar em um mundo que pré-existe, mas que se lhes apresenta como novo, a autoridade em educação faz aumentar o mundo, como tradição, em direção ao passado. Assim:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDT, *op.cit.*, p.247).

De modo bem diverso, nos tempos modernos, em que a liberdade construída sob o sistema capitalista trará significados bastante apartados da vida *comum*, dizendo respeito tão somente ao indivíduo e suas potencialidades de ação, a autoridade resvala, com proximidade bastante incômoda, no autoritarismo. Uma autoridade que caminha ao largo da responsabilidade.

No jargão atualizado das empresas que exercem o chamado *marketing social*, ou seja, aplicam recursos em ações na área da educação, assistência social ou do meio ambiente como forma de capitalizar o saldo positivo uma ação benevolente à imagem da empresa, “responsabilidade social” é sinônimo de “investimento social”. A palavra responsabilidade desloca-se absolutamente de seu sentido original e lança-se descolada em direção ao futuro, comportando tão somente ações capazes de gerar lucros presentes.

Contra-senso ainda maior surge quando pensamos, ao lado da autora, que o exercício da bondade, pretensa intenção expressa em práticas sociais por ora responsáveis, é coisa que se opõe à *esfera pública* (ainda que seja útil como ato de solidariedade ou caridade organizada):

No instante em que uma boa obra se torna pública e conhecida, perde seu caráter específico de bondade, de não ter sido feita por outro motivo além do amor à bondade. (...) a bondade deve esconder-se de modo absoluto e evitar qualquer publicidade, pois do contrário, é destruída.
(ARENDT, 1958/2001, p.85-86)

O potencial de emancipação que a ação de organizações não-governamentais, ao apoiar-se no voluntariado e na filantropia, comporta na área social, como aponta Maria Célia PAOLI (2002), pode ser questionado então tomando-se em consideração que a solidariedade privada, de modo contraditório, retira da esfera pública e da arena política as demandas populares por cidadania e igualdade, assim como os conflitos de classe a estas associados.

Mas o mundo só pode sobreviver à medida que tenha uma presença pública. A participação no mundo acontece independentemente da vontade do homem. Inevitavelmente compartilhamos de grupos e concepções de mundo desde nossa entrada nele. Essa participação pode se dar de maneira consciente ou através da reprodução mecânica imposta por determinados grupos sociais. Reconhecer e elaborar criticamente as concepções que recebemos, fruto do processo histórico do qual somos herdeiros, é o

início do auto-conhecimento e do conhecimento do mundo, modo pelo qual passamos a nele atuar como agentes.

Reaproximamo-nos de Gramsci para dizer, então, que todos os homens são filósofos, e portanto, capazes de reflexão. E também para dizer que, se o conhecimento do mundo e do pensamento pré-existente se faz condição necessária para a transformação, só podemos inovar, superar o que nos é dado, por meio de uma atitude polêmica, crítica, volitiva, através da qual o homem é retirado do estado de coisa, “paciente” de uma vontade estranha, para assumir o papel de protagonista diante da história (GRAMSCI, 1984, p.24).

A conscientização necessária, portanto, que se faz na permanente busca pelo conhecimento e crítica das concepções sobre a realidade, torna-se *práxis* inventiva e criadora, revolucionária em seu sentido mais elevado, apenas em relação com a prática, ou seja, à medida em que se realiza. É a *práxis*, revolucionária, segundo Henri LEFÉBVRE (1979, p.40),

(...) que introduz a inteligibilidade concreta (dialética) nas relações sociais. Ela restabelece a coincidência entre as representações e a realidade, entre as instituições (superestruturas) e as forças produtivas (a base), entre formas e conteúdos.

A emancipação do homem, assim, não se faz sem a passagem da teoria à *práxis*. Da mesma maneira, podemos afirmar que a atividade prática não é *práxis* senão

enquanto motivada por uma escolha consciente do homem, “quando é *atividade humano-genérica-consciente*” (HELLER, 2000, p.32). São as escolhas que trazem maior importância do ponto de vista da moral, do compromisso, da individualidade e do risco que elevam o homem acima da heteronomia da vida cotidiana, alçando-o à esfera da *genericidade* – expressão da essência humana. Assim, rompendo “a muda coexistência entre particularidade e genericidade” (HELLER, *op. cit.*, p.24), o homem torna-se capaz de exercer conscientemente escolhas sobre a vida.

Se a escolha pode conduzir-nos a uma atitude conservadora frente à realidade, se torna, contudo, *ideologia*. Ou, como defendido pela terceira via, uma *autonomia* que diz respeito apenas ao indivíduo e seus interesses, ou, melhor dizendo, aos interesses das classes dominantes, mas não à libertação. Se, de modo oposto, decidimo-nos pela humanização, vocação mesma do homem, o papel do educador será, então, de buscar *com* o oprimido a conscientização, a inserção crítica na realidade.

A generosidade só pode existir, assim, na luta pela libertação do homem, ao seu lado, e contra as condições que o mantém prisioneiro da opressão. Perdurando a injustiça, tão somente se nutre as razões que a alimentam e a um falso amor (FREIRE, 1998, p.31). Encontramos assim os limites para a atuação emancipadora das ONGs e de seus profissionais, em seus aspectos político e pedagógico.

A Psicologia Escolar, que se constitui no atendimento a problemas escolares, tem encontrado, principalmente a partir da década de 1980¹⁰, os caminhos de uma proveitosa crítica às práticas psicológicas até então consensuadas, que propunham a aplicação de técnicas diversas de atendimento individual às crianças pobres e a suas famílias,

culpabilizadas pelo fracasso escolar produzido e reproduzido no interior das instituições educacionais.

A inauguração de uma Psicologia Crítica, capaz de confrontar essas posturas, fez-se acompanhar pela constatação da necessidade de fazê-la ouvida nos estabelecimentos de ensino superior encarregados da formação de psicólogos (PROENÇA, 1996). E também pela luta para aproximar formação e pesquisa, trazendo, sob novos enfoques, reflexões e posicionamentos à Psicologia Escolar, delimitando a partir de novos conceitos seu campo de atuação. Assim, recriando formas de atuação junto à escola e de atenção aos problemas evidenciados por ela.

É com pesar que verificamos, contudo, que a formação universitária em Psicologia nos dias de hoje é ainda predominantemente voltada à profissionalização, reduzida ao domínio técnico-científico e desvinculada da teoria (SANTOS, 2003:55), promovendo a perda do caráter histórico da Psicologia e de sua participação nos tecidos sociais, fazendo perpetuar a construção de práticas ideologizantes.

Propondo-se a refazer discursos para determinar os aptos e competentes, e impondo uma seleção que justifique as desigualdades sociais, econômicas e, portanto, escolares, a Psicologia traz ainda novidades, como a inaugurada nos Estados Unidos sob a definição de uma “inteligência emocional”, calcada em um modelo sociobiológico que, se naquele país já transformou-se na avaliação da *alfabetização emocional* (PATTO, 2000), aqui também vem, infelizmente, encontrando acolhida nas áreas em que a Psicologia, enquanto ciência, anuncia-se competente instituindo critérios de avaliação

¹⁰ Nesse aspecto, destaca-se como momento decisivo a publicação, em 1981, do livro *Psicologia e Ideologia*, de Maria Helena Souza Patto.

dos mais capazes.

O esforço em fazer a crítica deste modelo no âmbito escolar volta-nos, então, simultânea e necessariamente à crítica dos discursos educacionais e ao modo como a Psicologia, que acreditamos capaz de fugir dos caminhos da *semiformação* (ADORNO *apud* PATTO, *op.cit.*, p.173), vem se posicionar diante da exclusão produzida. Essa luta irá se travar contra as teorias que sustentam mecanismos ideológicos de reprodução da exclusão social, que por sua vez nutrem e acompanham o próprio compasso instituído pelo mercado de trabalho, continuamente a realizar pressões sobre o conhecimento produzido, a natureza do ensino que se vai oferecer e a conseqüente qualidade dos profissionais postos a atuar no campo da Psicologia. Tais pressões irão importar necessidades geradas pela abertura de novos postos de trabalho e pelas rápidas transformações ocorridas, no final do século XX, com o advento e consolidação da globalização econômica, e também pelo nova listagem de habilidades pessoais por ora exigidas, legitimadas pela Psicologia empunhada sob o conceito da adaptação (PATTO, 2000, p.179), da qual, ao mesmo tempo, o próprio psicólogo participa e acaba por tornar-se vítima.

Se estamos todos inseridos na sociedade, e somos responsáveis por ela, é preciso o engajamento, a *práxis*, reunindo subjetividade e ação a serviço do desvelamento e da transformação da realidade. Transformação que não se faz sem luta, e, sobretudo, não se faz sem o oprimido (FREIRE, 1997): o único a saber das condições e conseqüências da opressão sobre si, e o único capaz, ao lado daqueles que verdadeiramente se solidarizam com ele, de conquistar a liberdade - a sua e a dos outros.

Nem o saber, nem a libertação podem ser doados ao oprimido, diria Paulo FREIRE (1997), pois isso o manteria em seu estado de “coisa”, reproduziria a ordem opressora. Esse estado de “coisa”, como bem descreve Simone WEIL (1996) a partir de sua experiência como operária, é o homem a serviço da máquina, a serviço de outro homem, que incessantemente lhe impõem o ritmo do trabalho. E porque pensar em doação, senão por enxergarmos o oprimido, sob uma visão preconceituosa, como aquele que é incapaz de pensar e fazer o certo? Pensar assim é incorrer também na falsa generosidade, Freire afirma. A docilidade não é característica do oprimido, seu fatalismo decorre da própria situação de opressão em que se encontra. Citando Simone WEIL (1996, p.126): *“Estávamos dobrados debaixo do cabresto. Assim que o arrocho afrouxou, a cabeça se levantou. Só isso, nada mais...”*

Se é verdade que a instituição de uma Psicologia Escolar Crítica verdadeiramente comprometida com a humanização entrelaça-se a uma pedagogia do oprimido, esta pesquisa pretende aproximar-se, em parte, da questão sobre o modo como os psicólogos, ao buscar a realização de seu projeto profissional enquanto *práxis*, vão encontrar, no contexto atual, espaços de criação e atuação frente às condições sociais, institucionais e ideológicas que se lhes apresentam.

No próximo capítulo apresentamos os objetivos e a metodologia que nortearam os trabalhos desta pesquisa, que buscamos realizar, nos seus variados momentos, em consonância com os princípios expostos até aqui. Buscou-se assim, no encontro com as pessoas, trabalhadores das ONGs, por melhor compreensão e estímulo à reflexão.

3. SOBRE A PESQUISA: OBJETIVOS E MÉTODO

Como o ser humano fez um dia uma pergunta sobre si mesmo, tornou-se o mais ininteligível dos seres vivos. (...) Só poderia haver um encontro de seus mistérios se um se entregasse ao outro: a entrega de dois mundos incognoscíveis feita com a confiança com que se entregariam duas compreensões.

Clarice Lispector, *A Descoberta do Mundo*.

O objetivo principal da presente pesquisa é conhecer o trabalho de psicólogos que atuam em organizações não-governamentais no campo educacional, com ênfase nas especificidades deste trabalho, bem como nas principais questões relacionadas à sua atuação neste campo.

Assim, constituíram informações importantes: a) características das organizações não-governamentais que afirmam ter como missão atuar na área educacional; b) características do trabalho realizado pelos psicólogos que atuam nessas instituições; c) principais questões que psicólogos destacam ao atuarem na área educacional.

Espera-se como resultado desta tarefa contribuir para a reflexão que vêm operando no terreno em que confluem a atuação das ONGs, a educação pública e a prática profissional em Psicologia no país, fornecendo subsídios, de modo mais direto, aos estudiosos e profissionais que atuam nestas áreas. Com isso, espera-se propiciar aos

psicólogos que irão atuar ou vêm atuando em organizações não governamentais, em particular na área da educação, um estímulo à reflexão acerca de sua *práxis*.

Os objetivos centrais e as questões decorrentes, que direcionaram o trabalho de pesquisa e a realização das entrevistas, sofreram modificações após as discussões advindas do Exame Geral de Qualificação. As alterações aconteceram por diversas razões. Uma, de natureza ética, deveu-se à intenção de preservar os entrevistados enquanto informantes desta pesquisa. Ao manter-se a idéia original de investigação, análise e apresentação do trabalho em ONGs de destaque no cenário nacional, dificilmente seria possível proteger sua identidade, a dos entrevistados e a origem das informações prestadas – o que possivelmente acarretaria transtornos às pessoas que contribuíram para esta pesquisa. Outras razões de caráter metodológico estão relacionadas à delimitação do campo de estudo e à validade das informações e conclusões apresentadas.

Assim sendo, esta pesquisa teve como finalidade responder às seguintes questões:

- 1) Como os psicólogos entendem e analisam o papel das organizações não-governamentais na área educacional?
- 2) Qual a natureza do trabalho que os psicólogos realizam nessas organizações?

Inicialmente, embora a entrevista fosse escolhida enquanto fonte principal de informações, o foco da pesquisa não se encontrava no psicólogo enquanto trabalhador da organização mas sim na organização não-governamental em si. Procurava-se, então, obter informações acerca da atuação das ONGs escolhidas por meio das informações fornecidas por psicólogos e dirigentes que trabalhavam nelas. O desenho inicial da

pesquisa terminou por apresentar muitas desvantagens. A mais relevante delas é que se retiraria os atores do núcleo da cena, dando, de certa forma, maior relevância ao cenário que à história.

Tais reflexões permitiram que centrássemos o foco da pesquisa nos entrevistados, recuperando a centralidade destes enquanto trabalhadores destas organizações. As demandas apresentadas pela ONG aos psicólogos são claramente identificáveis nos depoimentos, tornando fácil a tarefa de pontuá-las ao longo dos discursos. Isso possibilitou compreender também as determinações institucionais que influenciam os serviços oferecidos à população – intenção inicial que levara à primeira configuração da pesquisa. Sem prejuízo aos objetivos da pesquisa, pôde-se ainda contar com uma riqueza maior dos depoimentos, que ganharam em detalhes, observações pessoais e reflexões.

Manteve-se, então, a entrevista como origem exclusiva de informações para a pesquisa, a fim de privilegiar a visão dos entrevistados sobre as questões que cercam o objeto de nosso estudo. Ao longo da pesquisa, pudemos encontrar pessoas verdadeiramente empenhadas em seu trabalho e dispostas a fazer um trabalho colaborativo com a pesquisadora. Essas pessoas se dispuseram a fazer da entrevista um espaço de pensar, interrompendo suas atividades cotidianas para efetuar uma reflexão conjunta, reconstruir olhares.

Na primeira etapa do estudo, elegeu-se as organizações segundo alguns critérios: número de projetos financiados, volume de recursos financeiros movimentados, quantidade de funcionários empregados e reconhecimento entre outras ONGs que atuavam na área da educação. Esses critérios, contudo, nos conduziram a caminhos eventualmente estreitos ao longo do estudo.

Em nenhum momento pretendeu-se alcançar por meio desta pesquisa conclusões que pudessem ser generalizadas ao conjunto de organizações governamentais em operação existentes no país, principalmente devido à natureza do estudo, e também pela dificuldade em encontrar uma amostra que representasse um conjunto tão diverso de organizações¹¹. Esperava-se, porém, encontrar nas organizações estudadas questões pertinentes e comuns, capazes de gerar reflexões que dissessem respeito à especificidade do trabalho das ONGs no cenário educacional. Isto ocorreu em alguma medida, mas não atendeu completamente às expectativas inicialmente geradas. Verificou-se, diante das primeiras entrevistas e análises realizadas, que grande parte dos temas e abordagens que se revelaram diziam respeito a organizações com características muito particulares com relação a seu tamanho, proposta e relações institucionais: Tratava-se, de grandes ONG, que movimentavam grande volume de recursos financeiros e que possuíam vínculos institucionais restritos a um segmento social, características que dificultava-nos alcançar a diversidade de projetos que as ONGs representam, empobrecendo os resultados da pesquisa.

Optou-se, então, por modificar os critérios de inclusão de organizações no estudo. Ao invés de procurar e selecionar organizações em função do impacto promovido por suas dimensões e visibilidade, priorizou-se a escolha dos entrevistados, utilizando novos critérios de inclusão das organizações. Assim, buscou-se entrevistar psicólogos que atuavam de modo mais próximo junto ao seu público, e, tomando sempre como local de trabalho dos psicólogos organizações não-governamentais que atuassem

¹¹ A diversidade de organizações não-governamentais existentes, bem como a dificuldade em encontrar nomenclatura que dê conta da diversidade de projetos em disputa aparecem descritas no trabalho de Ana Cláudia Chaves TEIXEIRA (2000).

na área da educação, decidiu-se incluir na pesquisa apenas ONGs que possuísem vínculos institucionais diferentes de ONGs que já participavam do estudo. Isto conduziu ao encontro de entidades com um outro perfil, distanciadas do setor empresarial e compromissadas com interesses de grupos diversificados.

As entrevistas foram realizadas com o auxílio de um gravador. Conforme sugere Maria Isaura Pereira de QUEIRÓZ (1983), o uso do gravador permitiu uma melhor ocupação com o diálogo em si e com as expressões da pessoa entrevistada. As anotações puderam então, referir-se mais livremente ao encadeamento da entrevista e ao registro de detalhes e situações de campo.

Única exceção ocorreu no último contato com um dos entrevistados, quando se fez necessário complementar a entrevista em um ponto específico. Um problema com o gravador utilizado exigiu que a entrevista fosse transcrita no momento em que ocorria, com prejuízo de algumas afirmações literais. O modo como foi analisado este trecho, portanto, privilegiou os conteúdos da entrevista em detrimento de sua linguagem e organização do discurso.

De acordo com QUEIRÓZ (*op. cit.*), toda entrevista gravada é necessariamente semidirigida, uma vez que a própria gravação implica em algum grau de intervenção. As entrevistas foram semidirigidas também porque optou-se pela abordagem de temas específicos, necessários a algumas das discussões que se pretendia realizar. Assim, dentro dos limites postos pela temática escolhida, pretendeu-se captar, da melhor maneira possível, as informações, a importância e os significados atribuídos pelo entrevistado à sua própria fala (OLIVEIRA, 1998), além de manter uma postura aberta

frente às novas temáticas sugeridas – afinal, é o entrevistado quem vivencia o dia-a-dia da organização.

Concordando com José BLEGER (1971) – que afirma que o transcorrer do tempo em algumas situações é capaz de propiciar um ambiente mais descontraído e livre de tensões defensivas, facilitando a comunicação entre o entrevistador e o entrevistado – procurou-se dar ao entrevistado a possibilidade de expressar-se no tempo que julgasse necessário para fazer suas colocações, cuidando apenas de ajudá-lo a programar-se, evitando interrupções. Quando necessário, foi agendado um segundo encontro para dar continuidade à conversação.

As modificações no objetivo central da pesquisa e nos critérios de inclusão de organizações resultaram em algumas diferenças de interlocução com os entrevistados. As diferenças ocorreram em função da separação posta na primeira etapa da pesquisa entre dirigentes e psicólogos, que geraram roteiros específicos de entrevista. Nos primeiros momentos, junto aos psicólogos, aproximou-se mais de temas relacionados à atuação profissional, e, junto aos dirigentes, de assuntos relacionados à ONG em que trabalhavam; no decorrer da pesquisa, ambos assuntos foram sendo abordados pelos entrevistados. Os roteiros não foram seguidos de modo estrito, oferecendo apenas sugestões de temas, a fim de que os entrevistados pudessem se expressar com maior liberdade e evitando que os entrevistados fossem tolhidos em seu discurso. Isto possibilitou-nos analisar conjuntamente as pesquisas realizadas, sem perdermos de vista, para efeito desta análise, o contexto em que as entrevistas foram produzidas.

Buscou-se, em todos os momentos da pesquisa, resguardar a integridade dos sujeitos pesquisados, respeitar seus desejos e possibilidades de envolvimento com a pesquisa.

Citando Oswaldo XIDIEH¹²:

Há uma situação em que a história pode ser contada, respeitando o contexto cultural do grupo, e isso é o que realmente importa para o pesquisador. Se ele souber se situar dentro do contexto estudado, se não recortar a fala dos entrevistados por critérios arbitrários e exteriores e, sobretudo, se não quiser corrigir os depoimentos, saberá distinguir em que momento os sujeitos estudados podem se expressar livremente.

A transcrição das fitas gravadas foi realizada pela própria pesquisadora, visando preservar, com a maior fidedignidade possível, os detalhes apreendidos durante as entrevistas: as entonações, as pausas, as ênfases e as interferências externas. Buscou-se, assim, a maior proximidade possível com os conteúdos expressos pelos entrevistados tal como foram pronunciados – o que, posteriormente, facilitou a análise do texto transcrito.

Durante a transcrição das entrevistas, algumas anotações eram realizadas ao rodapé do texto, referentes a características orais percebidas na gravação e a informações que, chamando a atenção desde os primeiros contatos com o texto produzido, propiciavam a realização de algumas considerações.

Embora tenha-se cogitado a possibilidade de não fazer uso das entrevistas

¹² *Apud* OLIVEIRA, 1998, p. 21.

realizadas com dirigentes para a análise, fez-se a opção por mantê-las e estudá-las, devido ao fato de todos os dirigentes inicialmente entrevistados serem também psicólogos. Assim, as questões comuns às demais entrevistas e pertinentes às categorias temáticas analisadas foram incluídas no estudo. Neste caso, dedicou-se especial atenção à situação em que as informações foram produzidas, sobretudo a informações eventualmente ocultadas, e à relação estabelecida com a entrevistadora, que importaram à qualidade dos conteúdos expostos.

Os diferentes contextos que geraram cada uma das entrevistas influenciaram sobremaneira a forma como se analisou as entrevistas transcritas. Buscou-se compreender cada fala de maneira fiel, considerando também o encadeamento da exposição em cada situação. Segundo Elsie ROCKWELL (1987), a contextualização diz respeito à própria validade das afirmações realizadas.

A elaboração do texto da dissertação buscou, além das considerações expostas aqui, apresentar de forma clara o processo de investigação que levou às reflexões apresentadas ao final do trabalho e propiciar uma melhor leitura aos interessados no estudo.

A necessidade em manter o sigilo acerca dos psicólogos e das organizações estudados surgiu durante a realização das primeiras entrevistas, quando mostrou-se impossível entrevistar mais de um psicólogo em cada organização sem que ao menos seus colegas de trabalho tomassem conhecimento das pessoas que integravam a pesquisa. Assim, o sigilo destinou-se à possibilidade dos entrevistados expressarem-se com maior liberdade, poupando-os do temor de verem suas afirmações, citadas em documento escrito e analisadas sob a ótica da pesquisadora, serem utilizadas de forma a

prejudicá-los pessoal ou profissionalmente, por qualquer pessoa que viesse a tomar contato com seu conteúdo. A ausência de holofotes sobre o entrevistado visou proteger sua integridade moral e o ambiente da entrevista, evitando despersonalizá-lo.

Foram consideradas, para efeito deste estudo, as entrevistas de onze psicólogos, dos quais três deles ocupavam o cargo de dirigente na instituição em que atuavam. Estes psicólogos trabalhavam em cinco organizações não-governamentais diferentes. Em um dos casos, o entrevistado trabalhava simultaneamente em duas organizações.

A escolha dos entrevistados aconteceu a partir de dois movimentos diversos, em função do momento da pesquisa em que a entrevista ocorria. Na primeira etapa da investigação, efetuou-se anteriormente a escolha das organizações que seriam estudadas, para então contatar psicólogos que trabalhassem nelas. No segundo momento, partiu-se da escolha dos profissionais e das organizações simultaneamente, e em seguida, de outros psicólogos que estivessem trabalhando nestas mesmas organizações. As entrevistas foram realizadas no período entre abril de 2002 e abril de 2003.

As cinco organizações estudadas possuíam em comum a atuação, enunciada pela própria organização, na área educacional, e a adequação ao que denominamos aqui organização não-governamental.

As organizações estudadas serão apresentadas a partir de características relevantes à análise, e identificadas aleatoriamente por letras; teremos assim “ONG A”, “ONG B”, “ONG C”, “ONG D” e “ONG E”. Os entrevistados terão seus nomes ocultados ao longo do texto, mantendo-se apenas o gênero e a relação com as ONGs em que atuam.

Uma das entrevistas transcritas aparecerá integralmente no **ANEXO A**, como exemplo de entrevista realizada. O nome da entrevistada, bem como de outras pessoas citadas durante a entrevista serão substituídos por outros nomes de mesmo gênero. Outros nomes próprios ocultados nas citações de trechos de entrevistas, ou da entrevista reproduzida no Anexo A, serão substituídos por termos genéricos, colocados em itálico. Assim, o nome de um bairro aparecerá como *Bairro*, o nome da ONG como *ONG*, de uma coordenadora da ONG em questão como *coordenadora*, e assim por diante.

Tanto as entrevistas transcritas quanto os diários de campo foram considerados como documentos, diante dos quais procurou-se manter uma postura de estranhamento, a despeito de ser conhecido o contexto em que foram produzidos, visando obter uma análise o mais refinada possível frente ao material produzido (QUEIRÓZ, 1983).

Os momentos de análise estiveram presentes em diversos estágios da investigação. Entretanto, ela encontrou sua fase mais intensa e sistemática após a pesquisa de campo, quando a grande quantidade de material produzido exigiu a avaliação e a organização em unidades de análise, correspondentes ao objeto de estudo, e em categorias de análise (ROCKWELL, 1987).

Após a leitura integral do material reunido, despontaram as primeiras unidades de análise, destacando na visão dos psicólogos os seguintes aspectos: Formato do texto, Termos mercantis, Práticas mercantis, Auto-definição da organização, Visão do trabalho, Tipo de trabalho realizado, Método de trabalho, Atuação em educação, Público-alvo, Relação com outras organizações, Concepções gerais, Relações com o governo, Visão sobre o papel das ONGs, Trabalho esperado do psicólogo, Trabalho realizado pelo psicólogo, Visões sobre a Psicologia, Trajetórias profissionais dos

psicólogos, Relação com a academia, Financiamento e Organização Interna da ONG em que atua.

As leituras que se seguiram ao estabelecimento das primeiras unidades de análise possibilitaram um rearranjo das mesmas, de forma a melhor responder aos objetivos da pesquisa. Passamos, então, a optar pelas unidades abaixo enquanto referência para a análise global do material produzido, organizando discurso nele contido em dois subgrupos. O primeiro, refere-se à atuação das organizações não-governamentais na área educacional:

Histórico da ONG	Origem, contexto, grupos fundadores, crescimento, modificações e outros acontecimentos relevantes à história da organização.
Relações com outras ONGs	Relacionamentos estabelecidos com outras organizações não-governamentais.
Visões sobre a Educação	Modo como entende o processo educativo e concepções enunciadas.
Valores institucionais	Missão organizacional, objetivos, opiniões veiculadas sobre assuntos diversos.
Organização interna	Unidades da organização (departamentos, grupos), hierarquia, cargos, funcionamento.
Atuação em Educação	Trabalhos realizados pela organização na área da Educação e características destes trabalhos.
Outros ramos e formas de atuação	Trabalhos realizados pela organização fora do âmbito educacional e modos como os realiza.

O segundo subgrupo envolve aspectos relacionados à atuação dos psicólogos nas organizações não-governamentais estudadas:

Trajetória Pessoal	Trajetória pessoal e profissional do entrevistado, razões que o levaram a atuar em uma ONG.
Atuação do psicólogo	Trabalhos que o psicólogo realiza ou para os quais é chamado a realizar na organização.
Trabalho para o psicólogo	Relações de trabalho estabelecidas no interior da organização, contratos de trabalho, motivações profissionais, satisfação do psicólogo com o trabalho, opiniões do psicólogo sobre seu trabalho.

Utilizando-se lápis de cor como marcadores, para cada uma das unidades de análise estabelecidas foi atribuída uma cor diferente, com a qual foram sendo coloridas as entrevistas transcritas no decorrer da análise, a fim de melhor visualizar o material nos momentos subseqüentes.

Uma análise transversal seguiu-se daí, primeiramente, com a elaboração de textos específicos contendo as informações literais que apareceram nas entrevistas em cada uma das unidades de análise. No terceiro momento, estes textos foram sintetizados pela pesquisadora, de modo a reunir, buscando preservar ao máximo seus conteúdos, as informações produzidas pelos entrevistados. As relações estabelecidas com a entrevistadora e a linguagem utilizada pelo entrevistado foram tomadas como critério para interpretação de cada entrevista. Assim, reagrupou-se informações que se repetiam, guardando a ênfase depositada pelos entrevistados, e relacionou-se as informações produzidas no conjunto da entrevista, reunindo e contrastando assuntos mencionados em

momentos diferentes. As informações foram, assim, sistematizadas nestes textos de síntese, reorganizando o material.

As categorias de análise foram emergindo neste processo e foram elaboradas à medida em que se mostravam capazes de responder a questionamentos importantes para a pesquisa (LÜDKE & ANDRÉ, 1986). Assim, a leitura e releitura das entrevistas permitiu-nos organizar os discursos em duas dimensões, pertinentes às questões estabelecidas. A primeira, referente à atuação das organizações não-governamentais na área da educação sob a perspectiva dos psicólogos. Esta atuação foi considerada pelos entrevistados especialmente no que tange a: a) Método de trabalho implementado pela organização na área educacional; b) Concepções de educação presentes nos trabalhos; c) Concepções sobre o público atendido; d) Relações estabelecidas com outras organizações não-governamentais; e) Projetos políticos anunciados e/ou desenvolvidos pela ONG¹³. E a segunda dimensão, relativa à atuação do psicólogo nas ONGs. Nesse sentido, os discursos destacaram: a) a apresentação dos entrevistados; b) funções exercidas e tarefas realizadas dentro da organização; c) contratos de trabalho estabelecidos nas ONGs; d) relações de trabalho e militância.

Após essa etapa, o trabalho de análise consistiu em relacionar as diversas categorias e as diferentes entrevistas, visando encontrar maior abstração e conceitualização em torno do objeto de estudo. Devido à grande quantidade de material gerado, foram elaboradas tabelas para cada uma das categorias estabelecidas, baseando-

¹³ Embora o histórico da ONG tenha sido tomado como categoria de análise, optamos por não apresentá-lo no texto, em função das considerações de natureza ética expostas no início do capítulo.

se nos textos de síntese. Desta forma, pôde-se encontrar sobre cada categoria de análise, assuntos relevantes que perpassavam o conjunto das entrevistas, que fomos comparando conforme surgiam em cada uma das organizações estudadas. Estes assuntos eram dispostos formando linhas em uma coluna à esquerda da tabela, enquanto as cinco ONGs eram dispostas formando colunas no alto da tabela. Um exemplo de tabela elaborada, referente a uma das categorias de análise, encontra-se no **ANEXO B**.

A utilização de tabelas permitiu uma melhor organização dos conteúdos das entrevistas e uma visualização clara do material. Possibilitou também melhor distinguir os níveis capazes de trazer relevância geral às conclusões apresentadas daqueles que encontramos referentes somente a realidades particulares aos casos.

À medida em que se concluíam as tabelas, elaboravam-se os textos de análise, que serão apresentados no capítulo seguinte. Dessa maneira, o texto de análise expõe as categorias de análise subdivididas em função dos assuntos agrupados nas tabelas, acrescido de detalhamentos e exemplos encontrados nos textos integrais das entrevistas.

A apresentação da análise das entrevistas foi realizada de maneira a reunir as informações pertinentes às questões colocadas, gerando dois capítulos: “Atuação das organizações não-governamentais na área educacional” e “Atuação dos psicólogos nas organizações não-governamentais”, os quais exporemos a seguir.

4. ATUAÇÃO DAS ONGs NA ÁREA EDUCACIONAL

Neste capítulo apresentaremos as principais questões apontadas pelos psicólogos entrevistados e que se referem basicamente: a) ao entendimento e à análise que estes profissionais têm e fazem do trabalho realizado pelas ONGs na área educacional e b) aos aspectos relacionados ao trabalho desenvolvido por estes profissionais na área educacional. Abordaremos, em princípio, o papel das organizações não-governamentais na área educacional na perspectiva dos psicólogos que nelas atuam.

Nesse sentido, este texto buscou responder às seguintes questões: como as ONGs estudadas têm atuado na área educacional? Que concepções educacionais dão suporte a sua atuação? Como estas ONGs se relacionam com o público atingido por meio de projetos educacionais? Que tipo de relações a ONG estabelece com outras organizações não-governamentais e como estas influenciarão seus trabalhos na área da educação? Quais os projetos políticos destas ONGs?

Cada uma dessas questões gerou um tópico específico, com informações trazidas pelos psicólogos entrevistados a respeito das organizações em que atuam. Pretendemos, então, expor elementos que nos permitam melhor refletir sobre esta atuação no campo educacional.

MÉTODO DE TRABALHO

Ao analisarmos as formas por meio das quais as organizações estudadas atuam na área da educação, identificamos como aspectos centrais duas modalidades de atendimento: direto e indireto. A forma de atendimento importa em grandes diferenças quanto ao trabalho desenvolvido pela organização, alterando de modo substancial os projetos na área da educação.

Das cinco ONGs pesquisadas, três delas atuam primordialmente de modo indireto e duas atuam diretamente junto a seu público. Isso significa que parte das ONGs que compuseram a pesquisa optou por não estar em contato direto com a população à qual seu trabalho se destina, mas por fazê-lo por intermédio de outras instituições ou grupos profissionais. No chamado atendimento indireto, as ONGs estudadas conseguiam atingir um público maior e alçavam um maior poder de ação, mas, por outro lado, parte delas acabava por manter um grande distanciamento em relação às necessidades particulares daqueles que se propunham a atender, como relatado no trecho a seguir:

É difícil entrar tão especificamente assim (sobre problemas de aprendizagem). O que eu faço em geral, e o que a gente faz em geral, é ter alguns princípios e algumas crenças aqui no programa. Às vezes, chegam alguns projetos, por exemplo, e sugerem a contratação de uma psicopedagoga, de um psicopedagogo para trabalhar com crianças-problema. E a gente negocia, fala que a gente não acredita nesse tipo de trabalho. Outros tendem, tem aparecido bastante isso, a

sugerir a inclusão de portadores de necessidades especiais na escola, através de uma estratégia ou de outra. E a gente também tem percebido que isso é muito perigoso. Está acontecendo um movimento nacional de tentativa de inclusão de portadores de necessidades especiais em escola pública e isso está muito grave, porque não tem a menor formação dos professores e da comunidade escolar para a recepção dessa pessoa. Então, a gente tem uma visão mais de fora, digamos assim.

Em três das ONGs pesquisadas, embora a atuação não se desse exclusivamente na área da educação, em todas elas os trabalhos educacionais possuíam grande destaque em relação a outros projetos, ocupando significativamente a estrutura de funcionamento da ONG.

Em um caso emblemático, o projeto inicial da ONG não era atuar em educação, esta era apenas uma tangência da temática principal escolhida, no caso (e não coincidentemente), relações de trabalho. Entretanto, a baixa quantidade de contratos e financiamentos obtidos na área em que se propunha inicialmente a agir, contribuiu para que a ONG reduzisse sua atuação nesse campo. Paralelamente, os trabalhos na área da educação foram ganhando terreno e o projeto especificamente educacional da ONG torna-se seu maior projeto em andamento.

Todas ONGs buscavam atingir com seus projetos, seja de modo direto ou indireto, exclusivamente ou não, crianças e adolescentes institucionalizados. Apenas uma das ONGs buscava abranger, além dos jovens alunos, a comunidade envolvida com

a escola – pais, professores e funcionários – e outra, tinha projetos também para trabalhadores de um modo geral.

Algumas formas de atuação na área educacional se repetiam em algumas ONGs, configurando um padrão de atendimento. Outras formas de atuação apareceram de modo exclusivo.

Das ONGs que utilizavam o modelo de atendimento indireto, chama atenção que todas elas promovam, como forma de atuação em educação, alguma espécie de prêmio, e que duas dessas ONGs tenham na formação de professores seu principal veio de trabalho.

Todas as organizações destinavam, ao menos parte de seus trabalhos, a professores.

Duas das ONGs trabalhavam com a elaboração de publicações e distribuição de materiais educativos. Três realizavam intervenções institucionais na escola. E todas elas faziam uso de oficinas educativas.

Outras formas de atuação que surgiram foram: assessoria e prestação de serviços a outras organizações, governos e empresas; elaboração e manutenção de página eletrônica com conteúdos educativos; mobilização de voluntários (pessoas ou empresas); gerenciamento e financiamento de projetos educacionais; divulgação de projetos realizados por governos e empresas (*marketing social*); esclarecimento da mídia; realização de atividades culturais; supervisão para a direção da escola; e formação de pesquisadores e técnicos.

Os prêmios

Três ONGs pesquisadas utilizavam prêmios na área da educação.

Uma característica geral dos prêmios é que eles se propõem a atingir uma grande quantidade de pessoas e entidades, públicas ou privadas. No caso das ONGs estudadas, todos eles são de caráter nacional, ou seja, são divulgados e abertos a participantes de todo território brasileiro. Pretendem, então, instituir um critério de julgamento e avaliação que balize atividades educacionais ou de assistência em todo o país.

A despeito de sua abrangência e conseqüente importância, em apenas uma das ONGs os psicólogos forneceram informações suficientes para permitir uma melhor análise do caráter, critérios e finalidades do prêmio promovido na organização em que trabalhava. Nos outros dois casos, apenas alguns aspectos dos prêmios realizados foram abordados, permitindo uma análise parcial dos mesmos, embora sejam prêmios que contam com grande divulgação na mídia impressa e televisiva¹⁴.

Característica comum aos prêmios é fazer divulgação das organizações que o realizam e, também, dos seus patrocinadores.

Os prêmios são periódicos. A cada edição estimulam iniciativas determinadas, implementadas no período que os antecederam. Dois prêmios são dirigidos a ONGs que atuam em escolas públicas, em ações complementares à escola ou em atividades de mobilização ligadas à educação; um deles é voltado diretamente a professores, principalmente da rede pública de ensino. Depreende-se daí que os dois primeiros

¹⁴ A divulgação ampla nos traz um pouco mais de informações a respeito destes prêmios que, entretanto, não abordaremos aqui, em função da metodologia adotada nesta pesquisa.

buscam estimular iniciativas desenvolvidas por outras ONGs, contribuindo, então, para o incremento de seu âmbito de ação. No último caso, de acordo com o relatado, o objetivo do prêmio é incentivar professores a trabalhar um determinado assunto em sala de aula, como a discriminação e a promoção da igualdade, de modo a influir na formação e na auto-estima das crianças:

Seria estimular experiências, iniciativas de professores que estão trabalhando com esse tema em sala de aula. A gente sabe que esse é um tema que não é estimulado, em geral, é até um tema difícil de ser trabalhado. Como eu estava falando antes, é um tema tabu, um tema que as pessoas evitam falar. É como sexo, antes da AIDS ninguém falava em sexo em sala de aula, agora, tem que falar. Mesmo assim, ainda tem muita resistência. Então, nesse sentido, de estimular que as pessoas falem, até para educar as crianças, desde o início, que isso não é o fim do mundo, que a realidade está colocada, os negros têm menos chance, são mais discriminados, mas se você trabalhar desde criancinha, a tendência é essas crianças virarem adultos menos discriminadores, menos racistas, que tenham isso como mais elaborado.

Os dois primeiros prêmios envolvem quantias significativas em dinheiro, fazendo disputá-lo grande quantidade de organizações que buscam não apenas divulgação, que as permita anunciar a qualidade de seus projetos e conferir maior credibilidade ao trabalho

que desenvolvem, mas muitas vezes o próprio financiamento, necessário ao difícil custeio de suas atividades, sobretudo em se tratando de pequenas organizações.

No prêmio dirigido a professores, ao contrário, não se trata de um grande valor em dinheiro conferido aos vencedores (embora saibamos que, dado o estado atual dos salários dos professores da rede pública, por menos que seja, o dinheiro sempre é uma ajuda bem vinda). A promessa ligada à premiação vem no sentido, então, de estimular e divulgar trabalhos realizados pelos professores que, não fosse o prêmio, permaneceriam anônimos, além de propiciar discussões acerca da temática envolvida. Os critérios de premiação, que conhecemos apenas neste caso, são a qualidade do trabalho, a região de origem do trabalho e a cor da pele do professor. Ou seja, embora seja inerente à própria idéia de prêmio, a intenção anunciada não é estimular a concorrência entre professores, calcada em um critério de competência, mas conferir visibilidade e auto-estima a professores desprestigiados ou mesmo discriminados dentro do sistema educacional, promovendo a igualdade.

O prêmio, neste caso, vem acompanhado de outras atividades relacionadas: o evento de premiação, publicações e o acompanhamento posterior de projetos. O evento de premiação traz, além da cerimônia de entrega, mesas redondas, mini-cursos, oficinas, eventos culturais e debates, destinados a promover o debate acerca do tema do prêmio e promover a integração entre a comunidade participante. As publicações, uma sobre o evento, outra sobre os trabalhos finalistas, irão, além de divulgar o prêmio e atender a um de seus patrocinadores, compor o trabalho posterior de acompanhamento de projetos inscritos. No momento em que ocorreram as entrevistas, este acompanhamento ainda estava em fase de planejamento. Conhecemos seu objetivo que é voltar-se

prioritariamente aos trabalhos que, inscritos, foram considerados equivocados do ponto de vista conceitual, propiciando aos professores que ampliem seus conhecimentos e melhorem os trabalhos realizados sob aquela temática.

O acompanhamento dos projetos após o prêmio ocorre também em outra organização, porém, de modo sistemático a todos os inscritos, por meio da distribuição de materiais educativos e outras formas de assistência.

As oficinas educativas

As oficinas são atividades com uma finalidade educativa específica, que pode ser a aquisição de alguma técnica ou habilidade prática, o aprendizado ou a discussão de um assunto determinado. São em geral de curta duração, por um período de, no máximo, alguns dias. Sem exceção, todas as ONGs estudadas faziam uso de oficinas em algum momento de seu trabalho educacional.

Nas ONGs que realizavam atendimento exclusivamente direto, as oficinas eram voltadas aos jovens e crianças atendidos, ou ainda, a pais de alunos e pessoas da comunidade, e eram o principal meio utilizado para os trabalhos educacionais da ONG. As oficinas, nestes casos, sempre envolviam alguma forma de atividade cultural, como *break*, grafiti, e outros elementos da cultura *hip-hop*, ou ainda origami, cinema e vídeo, *móbile*¹⁵, como descreve um dos psicólogos entrevistados:

¹⁵ É importante destacar que uma das psicólogas entrevistadas atuava nas duas ONGs citadas aqui, e que as características das oficinas realizadas nestas ONGs aproximavam-se em alguns aspectos.

A gente tem as chamadas oficinas. Por exemplo, uma oficina de grafiti, que é uma coisa que faz parte da cultura *hip-hop*, que é uma coisa que eles gostam. Pega-se um grupo de dez meninos, coloca-se dentro de uma sala, coloca um grafiteiro, um educador que saiba grafitar. A função dele é ensinar a técnica do grafiti, mas junto tem ao lado dele também o psicólogo, que é esse coordenador local. A gente busca, então, discutir o que eles quiserem, os grafitis são feitos tematizando as discussões, na maioria das vezes. Então, o psicólogo tem essa função, de discutir certos temas, que a gente chama de temas transversais, que perpassam várias atividades, várias oficinas. Então, discutir esses temas, drogas, sexualidade. E também estar atento para como é que o grupo se configura, reproduz ali mesmo o que acontece na *Instituição*¹⁶ como um todo, reproduz a violência.

Nestas ONGs, sendo o próprio meio de contato entre os psicólogos da ONG e seu público, as oficinas assumem um caráter especial, local onde se operam não só as relações de aprendizagem, mas também as relações emocionais e institucionais. Na “ONG C”, as atividades culturais realizadas nas oficinas apareciam como forma de “dar mais alegria e prazer” aos adolescentes, enquanto propiciavam a realização de discussões que visam a conscientização política ou de outros temas, como cidadania e saúde, aumentando as chances de recuperação dos jovens frente à situação de risco

¹⁶ Conforme explicamos no capítulo anterior, empregaremos o termo “Instituição” genericamente, a fim de ocultar o nome da entidade envolvida.

social a que estão submetidos. A partir deste trabalho, surgem outros espaços de intervenção na escola, que colocam o psicólogo em relação direta com os professores, a escola e a instituição em que se encontram.

Na “ONG D”, as oficinas trazem consigo a própria finalidade do trabalho, que é ampliar o acesso dos jovens, alunos de uma escola pública de periferia, à produção cultural e artística. Assim, são trabalhados elementos da cultura popular, mas também da cultura erudita. Em uma dessas oficinas os jovens produziram um filme, um curta-metragem¹⁷, que participou de um festival internacional, envolveu a comunidade da escola e do bairro e gerou uma série de eventos relacionados, o que foi descrito com grande entusiasmo pela psicóloga entrevistada:

Participamos de um festival internacional, os meninos saem da periferia de ônibus alugado, vão para o *espaço cultural*¹⁸, uma coisa linda de ver. Os meninos no *espaço cultural* sendo aplaudidos. Foi uma coisa magnífica, a periferia era o centro. (...) Foi muito lindo. Isso trouxe pra nós, pra coordenação da *ONG*, isso trouxe para os meninos, isso trouxe para a escola e para a comunidade. Então, legal, nós

¹⁷ O curta-metragem, que tive a oportunidade de assistir em vídeo, era uma história narrada e encenada pelos alunos da escola onde eram desenvolvidos os trabalhos da ONG. O filme era muito bem elaborado, e contava um enredo simples, narrado de uma forma bastante original, mesclando estilos entre o trágico, o terror e o humor. A trilha sonora, encadeando belas músicas clássicas, a edição de cortes precisos e até mesmo os letreiros, impressionavam pela adequação e cuidado. O relato da entrevistada sobre a apresentação do filme à comunidade e sua participação no festival de cinema era emocionada, e mostrava o envolvimento dos alunos, da escola, dos pais, o crescimento da auto-estima da comunidade, o aumento de seu potencial de realização como resultados do projeto e conquista das pessoas do bairro.

¹⁸ Omitimos o nome do espaço cultural em questão.

queremos mesmo (batendo palmas), nós podemos, nós somos capazes. Isso trouxe uma autoconfiança que ninguém vai tirar desses meninos mais e nem dessa comunidade. Trouxe uma autoconfiança visível nos olhos dos meninos, na fala dos meninos. Toda a semana tinha uma reportagem, imprensa, jornal, TV, eles piraram com essa história.

Nessas oficinas, os jovens também produzem músicas, poesias, artesanato e são incentivados a buscar outras fontes de acesso à cultura.

No caso da “ONG E” que realizava tanto atendimento direto quanto indireto, as oficinas faziam parte dos projetos que envolviam o atendimento direto. Eram destinadas a trabalhadores que participavam de pesquisas realizadas pela organização, em empresas ou órgãos governamentais. Tratava-se, então, de capacitar trabalhadores para realizar uma tarefa específica no projeto ou de devolver aos trabalhadores os resultados obtidos com o estudo. Em ambos os casos, a oficina assumia para a ONG o significado de uma intervenção, entendida como parte integrante do trabalho de pesquisa (sem a qual a pesquisa perderia sua finalidade).

Nas ONGs de atendimento indireto, as oficinas destinavam-se principalmente à capacitação das pessoas envolvidas nas atividades-fim (o atendimento direto): professores, governantes, educadores ou coordenadores de ONGs.

No caso da “ONG A”, as oficinas integravam ou projetos educacionais contratados por governos – especificamente de formação de professores, de aceleração de aprendizagem ou de implementação de currículos – ou projetos destinados a outras ONGs ou entidades de atendimento direto, para seus educadores ou para

“empreendedores sociais”. Embora as entrevistas não tenham revelado com maior precisão os conteúdos que compunham estas oficinas, foram citados alguns exemplos, como “leitura e escrita” e “capacitação para a elaboração de projetos sociais”.

Na “ONG B”, as oficinas faziam parte do programa de gestão e financiamento para organizações que atuam junto à escola pública. Este programa conta com um momento de capacitação para os coordenadores de entidades ou projetos, que destina-se a ensinar-lhes técnicas de gestão financeira, planejamento de atividades, desenvolvimento de projetos e conteúdos educativos. Noutro programa, de mobilização de voluntários, as oficinas visam preparar profissionais liberais para atender crianças de baixa renda, dando informações sobre as regras do programa, legislação específica e problemas comuns à tarefa.

A formação de professores

Nas ONGs que prestavam atendimento indireto, as atividades educativas estavam voltadas sobretudo para o professor, seja por meio do prêmio, de publicações, oficinas, encontros de capacitação ou do estímulo financeiro a entidades que tenham nele seu foco de trabalho. À formação de professores são destinados programas ou departamentos exclusivos e projetos educacionais considerados inovadores.

A prioridade de que é investido o professor da escola pública, contudo, carrega uma dupla mensagem, a da importância e a da culpa. O sentido desta mensagem aparecerá, então, no modo como irá acontecer a relação entre a ONG e o professor e entre a ONG e a escola. A esse assunto nos ateremos apropriadamente mais adiante.

Publicações

As publicações apareciam com destaque como forma de atuação em duas das ONGs estudadas. Na “ONG A”, as publicações aparecem associadas a projetos de formação para professores em serviço, para lideranças comunitárias ou para educadores sociais. São descritas como a “vocação” da ONG. Tendo a organização elaborado livros didáticos apenas uma vez, no início de suas atividades, hoje, suas publicações visam atender apenas a projetos contratados. Os livretos, como são chamados, possuem características específicas:

A nossa produção tem uma cara, porque é uma cara, sempre são fascículos pequenos, é difícil ser um livrão. (...) A gente não produz livros, a gente tenta produzir livretos, como a gente chama, que são menores, mais concisos, com uma linguagem mais fácil, permeados de experiências, para servir mesmo para um apoio, de uma capacitação, de uma formação desses educadores, de uma forma geral. E a gente pensa em todo o Brasil, essa que é a verdade. Só pra você ter uma idéia. Sempre é ilustrado, sempre tem uns desenhinhos, sempre uma cara específica, a cara *ONG*¹⁹, mesmo. Porque tem essa preocupação forte de produzir coisas que tenham entendimento fácil, que seja de agradável leitura, que seja uma coisa mais curta, enfim. Não

¹⁹ Omitimos o nome da ONG.

é uma... a gente não publica livros, ou um conteúdo mais denso, porque nós não somos a academia, quer dizer, a gente não está na universidade, não é esse o nosso papel.

Quando destinadas à escola pública, as publicações, que contam com algum financiador, são distribuídas gratuitamente para as escolas. Contando com grande alcance territorial, esta distribuição recebe acompanhamento e avaliação de impacto posteriores.

Na “ONG E”, existe um grande volume de publicações. Nas entrevistas apareceram três tipos diferentes de publicação: um, associado a projetos ou assessorias de pesquisa desenvolvidos pela ONG; outro, de livros didáticos e paradidáticos sobre o tema de especialidade da ONG e, por fim, publicações relacionadas ao prêmio educacional.

As publicações relacionadas a pesquisas desenvolvidas pela ONG visavam, em um dos casos, retornar aos trabalhadores de uma determinada categoria profissional os resultados de uma pesquisa sobre os efeitos da doença laboral estudada; e em outro, elaborar um “termo de referência” para pesquisadores de uma organização de caráter nacional.

Havia duas publicações vinculadas ao prêmio: um dossiê, contendo informações sobre o evento de premiação, e um livro de experiências, contendo o relato das experiências finalistas do prêmio. Se por um lado estas publicações irão atender à divulgação do prêmio, nas entrevistas surgem outros objetivos, como repassar conhecimentos sobre a elaboração de um evento, divulgar contatos das pessoas que

participaram do evento de premiação e utilização na formação de professores inscritos no prêmio.

Na “ONG B” também utilizava-se publicações, mas não com finalidade educativa. Tratava-se de folhetos de divulgação de programas, propaganda dos parceiros ou relatórios de prestação de contas.

Intervenções na escola

Os objetivos e métodos utilizados nas intervenções realizadas junto à escola eram diferentes em todas as três ONGs em que aconteciam.

Na “ONG A”, as intervenções eram bastante pontuais, resumindo-se à observação em sala, à realização de diagnósticos sobre os problemas da escola e estímulo para que os professores discutissem seus problemas e idéias nos HTPCs²⁰, uma vez que a intenção não era de oferecer soluções para os problemas trazidos pelos professores. Apenas eventualmente, havia indicação de bibliografia ou “estudo de caso”.

Na “ONG C”, as intervenções visavam a melhoria das relações institucionais. Assim, os espaços de intervenção iam sendo criados à medida em que evoluíam as relações estabelecidas entre os psicólogos e os professores, direção e funcionários da escola. Dessa maneira, alcançavam formas de integrar as atividades e auxiliar os diversos atores a ocuparem da melhor maneira seus papéis na escola. Em uma das situações descritas:

²⁰ A sigla quer dizer Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo, instituídas nas escolas públicas com a finalidade de promover a discussão entre os professores, sob a coordenação de um professor coordenador-pedagógico.

...eu tenho entrado em sala de aula para fazer intervenções junto com outros educadores *da ONG*, discutir sobre sexualidade, principalmente, e sobre cidadania, desigualdade social. Essas coisas também, dentro de sala de aula. A partir daí, então, poder criar, ampliar espaços de intervenção dentro da escola. Então, conversar com o professor, para avaliar, e ver o que aquilo que a gente acabou de fazer com o menino traz para a prática dele, para planejar junto com ele as próximas atuações. E aí, estudar também a possibilidade de falar com o coordenador pedagógico, com a direção. Estamos lá com um grupo, do qual faz parte a diretora, os coordenadores pedagógicos, para decidir qual que é perfil que se quer para aquela escola, o perfil que se quer para os professores da escola, quais as melhores formas de interação ali entre os grupos.

Na “ONG D”, a intervenção tinha dois objetivos: auxiliar a direção da escola, através de um trabalho de supervisão, e a construção de um trabalho cultural conjunto com a comunidade, os alunos e a direção. As intervenções eram contínuas e freqüentes, uma vez que a atuação da ONG dava-se exclusivamente naquela escola, e eram caracterizadas por uma relação bastante amistosa dos membros da ONG com a direção da escola, com os alunos e com a comunidade escolar e do bairro.

Atividades educacionais exclusivas

Além das atividades descritas, comuns a mais de uma ONG, algumas outras formas de atuação em educação surgiram nas entrevistas, exclusivas no conjunto das organizações estudadas. Detere-mo-nos em duas delas.

Uma é a elaboração e a manutenção de uma página eletrônica na internet. Esta página, patrocinada por uma empresa do ramo de telecomunicações, contém assuntos ligados à educação, produzidos por diversos autores e selecionados por uma das psicólogas da ONG, tais como notícias, serviços úteis e eventos culturais, principalmente com entrada gratuita, uma vez que é destinada à escola pública, e também fóruns, bate-papo e dicas de aulas para professores. O número de acessos à página é monitorado, e são atendidos virtualmente os usuários que se comunicam com o projeto através dela.

Há um projeto de intercâmbio cultural associado à página em que algumas escolas brasileiras e outras, localizadas em países de língua espanhola (países onde há sedes da empresa que patrocina o projeto) trocam informações para a elaboração de um projeto cultural com uma temática comum. O objetivo almejado na manutenção da página é a formação de uma comunidade virtual. O projeto de intercâmbio embute duas intenções:

Mas é basicamente para eles usarem ferramentas de comunicação da internet, e-mail, fórum, bate-papo, *webcam*, que eles estão ganhando, “escanear” fotos, eles estão

ganhando todos os materiais. Então, como usar.(...) Não é só um pretexto. Ele também é um incentivo para a escola trabalhar na metodologia de projetos, tentando a transdisciplinaridade, tentando que outros professores se envolvam nesse projeto, que os alunos dialoguem com os professores, que eles possam ter uma relação mais horizontal, e não tão vertical de detentores de saber, porque os alunos na área da informática eles têm muita contribuição a dar, eles têm coragem para pegar e mexer, então vão aprendendo mais rápido. Ajuda mútua, entre professores e alunos.

Isso significa trazer para a escola os conceitos de uma educação moderna, informatizada, sem hierarquias e mais “individualizada”. A elaboração de bons projetos, conforme apontado na mesma entrevista, torna-se condição suficiente para a obtenção daquilo que se almeja em termos educacionais.

Outra forma exclusiva de atuação é um programa de gestão e financiamento de organizações que atuam na área educacional. O financiamento de projetos não é uma prática comum a organizações brasileiras, conforme apontamos anteriormente. Contudo, na “ONG B”, que optou por não realizar atendimentos diretos na área educacional, este tornou-se seu principal programa de atuação na área. Captando recursos principalmente junto ao empresariado, a ONG os repassa a organizações selecionadas, que passando por um processo de avaliação, vão contar com o acompanhamento e a gestão para a implementação dos projetos contratados:

São projetos que vêm de todo o Brasil pedindo financiamento. Aí passam por um processo todo de aprovação. Assim que eles são aprovados eu entro na história, acompanhando esses projetos: fazendo o monitoramento, quer dizer, ver se aquilo que ele está prometendo ele vai fazer, está fazendo; e dando o apoio técnico, que é fazendo formação em gestão e em educação. Então, às vezes, muitas vezes, a gente dá toques, mesmo, sugere leituras, e vai nas visitas, redireciona os projetos, metodologicamente falando, para que ele consiga cumprir o objetivo dele.

A prioridade do programa é dada a projetos de formação de professores, embora atendam também a outros projetos desenvolvidos na área da educação. Questões pedagógicas ou outras, de natureza prática ou teórica, são pouco consideradas, tanto no momento da avaliação, quanto de acompanhamento dos projetos. São priorizados aí os chamados critérios de sustentabilidade, ou seja, a capacidade da ONG em sobreviver financeiramente, tanto antes quanto depois de cessado o financiamento (que durava, até o momento da entrevista, no máximo dois anos), e também sua capacidade de atingir os objetivos prometidos quando da apresentação do projeto. O acompanhamento, nesse sentido, envolve uma intervenção direta dos técnicos da “ONG B” na entidade financiada, com poder para alterar cronogramas, métodos e direcionamento da verba obtida.

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

A educação assume diferentes papéis no discurso, que veremos reproduzidos pelos psicólogos das ONGs estudadas. Reunimos aqui algumas das finalidades, que surgiram em uma ou mais entrevistas, concebidas para a educação:

- Forma de “melhorar o povo”, tornando-o capaz de um melhor discernimento;
- Associada à ascensão profissional;
- Como meio de reduzir as desigualdades econômicas, sociais, culturais e raciais;
- Como parte de políticas públicas de saúde;
- Como direito, cujo acesso é necessário garantir.

Em íntima relação às finalidades concebidas para a educação, observa-se que também o processo educacional é visto de diferentes maneiras.

Quando fala-se em “turbinar” a aula, ou em “acelerar” a aprendizagem, apreendemos que, passíveis de alhear-se enquanto fenômeno tipicamente humano, as relações educacionais, sob este enfoque, passam a compor o campo das técnicas, onde, de forma mecânica, é possível adicionar os componentes capazes de fazê-las correrem mais rápido e, em consonância com os tempos modernos, proporcionar mais e mais informações. Informação, não reflexão, por mais que se defenda e afirme o pensamento e o discernimento.

De modo contrário, ao enfatizar as relações estabelecidas no processo educativo, as ONGs, sobretudo as que realizam atendimentos diretamente junto a seu público, irão priorizar outros valores: a democracia estabelecida no grupo e na instituição, a ética, a compreensão, a resistência. Assim, a solidariedade é capaz de oferecer um contraponto aos critérios de competência postos a competir e a educação é concebida efetivamente como um processo, no qual o educador transforma-se, mas também é transformado.

A competência, que não é de todo abandonada, mas defendida em alguns casos, é vista como garantia de qualidade do material que se pretende oferecer, capaz de sustentar o trabalho realizado pela ONG:

Acho que a competência tem que ser um dos critérios para esse trabalho, eu sempre pensei isso. Competência e pessoas que topem esse trabalho. Pessoas que puxem o trabalho, que escutem os meninos, mas que tenham delicadeza quando for preciso, mas pulso firme para decidir, também (...). Precisa ter esse querer. Acho que uma característica de uma equipe é que seja uma equipe que também seja desejante. Mesmo com todas as dificuldades do trabalho, que ela também queira ver nascer dali algo, porque se a equipe não acredita nisso, é melhor nem começar. Eu sou muito exigente com o trabalho, assim, se faz, faz direito.

Procuram, dessa maneira, assegurar que não será inferior o trabalho do qual participará o pobre:

...acho que as ONGs caem num erro enorme, quando começam a oferecer um trabalho pobre, porque o trabalho é para pobre. Acho que isso é um grave erro. Os meninos já conhecem o que é feio. Quem gosta... quem já viveu a miséria, não quer saber dela. Acho que tem que oferecer o que é bonito, mostrar outras coisas para esses meninos.

A visão que exhibe a educação como um grande mecanismo, tão coeso e funcional que capaz de ser melhorada com a aplicação de precisas técnicas pedagógicas, foge à questão quando tratamos de sua mais grave faceta, a da exclusão. Os problemas de aprendizagem, salvo um único e excepcional caso dentre as ONGs diretamente inquiridas, não figuram como objeto de preocupação das organizações. Problemas de aprendizagem são problemas do professor, da coordenação pedagógica, da escola, apresentados com a dimensão de situações particulares, ocasionais e fortuitas:

Bom, isso seria uma demanda de professor, né? ‘Não consigo ensinar fulaninho porque ele é disléxico’. A gente tentaria mudar a prática desse professor, para ver se é mesmo, porque às vezes eles rotulam muito facilmente a criança.

Ou,

(problemas de aprendizagem) Que a escola enfrenta, né? A gente chega na escola, às vezes o professor está um pouco desamparado, um pouco perdido. A gente tenta ajudar a escola na sistematização de seu espaço interno: usar o HTPC, discutir os seus problemas. Porque a gente não tem a resposta para os problemas.

De outro modo, em uma das ONGs os problemas de aprendizagem são concebidos como parte integrante das relações produzidas no interior da escola. Embora não mencionados explicitamente sob este termo, são trazidos à alçada de problemas relativos à instituição escolar e colocados no contexto em que ocorrem. Assim, a proposta educativa que por vezes fracassa ao ser apresentada pelo educador é tomada na relação construída com o aluno dentro da instituição, onde importam os papéis sociais e institucionais assumidos por cada ator, bem como a tentativa de romper com os estigmas criados.

Sob esses olhares, diferentes diagnósticos serão apresentados para o sistema educacional brasileiro, bem como diferentes propostas e alternativas para melhorá-lo. É importante ressaltar que não há caso em que o atual sistema educacional seja defendido.

Em apenas uma das ONGs, contudo, a crítica atingirá o ponto de defender explicitamente a flexibilização das atribuições do governo na área educacional – no caso, através da terceirização na formação de professores. Nas demais ONGs, embora de um modo ou de outro todas estejam agindo como terceiros personagens na prestação de serviços educacionais, o discurso sobre a responsabilidade do governo em garantir educação universal aparece mantido.

Em um dos casos, a explicação defendida para o problema da educação refere-se à má utilização dos recursos públicos; questão para a qual a ONG pretende apontar solução ao gerir projetos de baixo custo que atinjam grande quantidade de crianças. Essa quantidade importa mais na medida em que se constata a dimensão da miséria econômica do país:

A *ONG* até hoje, nesses 12 anos de atuação, têm beneficiado e continua beneficiando aproximadamente 900 mil crianças. Só que na realidade nacional isso ainda é muito pouco. Quando você fala que tem quarenta e tantos milhões de crianças e adolescentes vivendo na linha ou abaixo da linha de pobreza, aumentar a escala também é um dos nossos objetivos.

Em outro caso, o problema, de origem histórica, é relacionado à universalização do acesso à educação, que teria resultado na diminuição da qualidade do ensino. As dimensões do problema são postas como justificativa para que a ONG proponha-se tão somente a *ajudar*, e não *mudar* a educação. As soluções, neste caso, viriam em duas frentes: a ação na escola, através da formação de professores em serviço, rápida e a baixo custo; e a ação fora da escola, em que os alunos, permanecendo em entidades de assistência nos horários extra-classe, encontrariam a melhoria de suas chances de sucesso escolar.

As outras ONGs, mais ocupadas do atendimento direto ou de um recorte específico para sua atuação, trarão críticas em relação às próprias instituições em que

atuam, de modo que sua visão do sistema de ensino complementa-se com a situação particular em que se encontram e com a qual estão envolvidas.

Na instituição em que atua a “ONG C”, onde o sistema educacional revela seu pior viés – violência, exclusão, opressão, disciplinamento – encontramos a contraposição ao instituído através de uma ação de resistência, capaz de revelar brechas e apontar uma outra forma de ação no campo educativo. A missão da educação, aqui, é política. Espera-se, por um lado, mudar a instituição a partir de seu interior, e por outro, resgatar a cidadania de pessoas que, sob aquela condição, dificilmente encontrariam chances de viver com dignidade.

A instituição onde atua a “ONG D”, de modo bastante diferente, aparece descrita como uma maravilhosa escola pública, onde o empenho da direção e da equipe de professores e funcionários são determinantes para o sucesso. Nessa escola, a ação da ONG não vem contrapor-se à instituição, mas trazer novas possibilidades educativas em um ambiente onde as pessoas podem participar da melhor maneira. Aqui, o governo será cobrado para que sustente as transformações e os projetos implementados.

Na “ONG E”, em que o recorte temático de atuação na área educacional gira em torno da discriminação e da promoção da igualdade racial, os projetos desenvolvidos sobre o tema por professores na escola são vistos como a reação possível à discriminação que, muitas vezes negada no discurso oficial, persiste no interior da escola. A dificuldade do próprio governo em tratar o tema é vista como parte do tabu que cerca toda a sociedade, e que precisa ser rompido através da mobilização e da discussão. A atuação da ONG virá, então, no sentido de tornar a escola um ambiente de promoção da igualdade, ao invés de reproduzir a exclusão.

A mobilização e a necessidade de organização da população são apresentadas como estratégia de conquista e pressão para a melhoria do quadro social e educacional em quatro das ONGs pesquisadas. Em uma das ONGs, esta aparece sob a forma do *marketing social*, necessário para emprestar visibilidade às ações implementadas, seja pelo governo ou pela iniciativa privada.

A visão sobre os meios educacionais implementados nos projetos são coerentes com o modo como os psicólogos conceberão, em suas respectivas organizações, o processo educacional. Se de um lado encontramos a defesa de alternativas de ensino à distância, por meio da internet ou de livretos de baixo custo, com conteúdo facilitado para melhor atingir professores e educadores mal escolarizados que espalham-se pelo país, de outro lado encontraremos psicólogos mergulhados na relação educacional, empenhados em melhor conhecer seu público, em trazer dos alunos e professores o desejo e a cultura que comporão atividades motivadoras, apoiadas no debate e no fazer. Fazer música, fazer cinema, fazer excursão, atividades que envolvem e proporcionam prazer.

Em duas ONGs os conteúdos educativos embutidos nos projetos vão aproximar a orientação da organização às demandas dos educandos, conjugadas em atividades que “dêem mais Ibope”, como diz um dos psicólogos, ao reproduzir a linguagem dos adolescentes com os quais trabalha. Em outra ONG, embora o tema esteja posto de antemão, a atividade é composta por experiências vindas dos professores, com as quais se pretende estabelecer um diálogo. Em outras duas organizações, ao contrário, os conteúdos são apresentados de antemão ao seu público.

Nestas últimas, encontraremos conteúdos que, ofertados aos “agentes-meio” – professores, educadores, coordenadores de projeto ou empreendedores sociais, como são chamados em um dos casos – envolvem de gestão financeira a elaboração de projetos. Nas duas primeiras ONGs os conteúdos envolvem ensino e prática de atividades culturais, como hip-hop, cinema e temas de cidadania e prevenção de saúde, que são discutidos com os alunos.

A multidisciplinaridade, enquanto método de trabalho, entendida como a participação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento no desenvolvimento dos projetos da organização, é vista sempre de modo positivo. É apresentada como vantagem para o desenvolvimento de políticas públicas e também como contraposição à segmentação do conhecimento em áreas diversas, problema apontado como característico da academia. A multidisciplinaridade é vista, ainda, como forma de superar o isolamento resultante de uma visão clínica da Psicologia, sinônimo de diversidade. Os sentidos variados de multidisciplinaridade empregados, conforme citados por Ivana FEIJÓ (2000) trazem a Psicologia, de um lado, para o suporte da Pedagogia enquanto técnica, uma vez que as ONGs definem a princípio o objeto e os objetivos do trabalho, e de outro, para o entrelaçamento de experiências e olhares diversos, apoiados em uma concepção central de homem como ser histórico.

Os conceitos e teorias que irão nortear o trabalho das ONGs não serão nomeados explicitamente na maior parte das organizações. Podemos afirmar que a Psicanálise exerce grande influência junto a algumas organizações, ao passo que o Construtivismo é mais expressivo em outras. A busca da igualdade e da cidadania, em suas diferentes gradações, é comum à maior parte das ONGs.

É importante destacar que os psicólogos entrevistados não mostraram, durante as entrevistas, possuir divergências em relação às concepções educacionais que apareceram norteando os trabalhos desenvolvidos pela organização em que atuavam.

CONCEPÇÕES SOBRE O PÚBLICO ATENDIDO

O público com o qual se relacionam as ONGs pesquisadas pode ser classificado de duas formas: público indireto, ou seja, público ao qual se destina o atendimento realizado por ONGs que prestam atendimento indireto; e público direto, que é o público atingido por ONGs que prestam atendimento direto, mais os “agentes-meio” das ONGs que prestam atendimento indireto.

No caso das ONGs que prestam atendimento indireto, o público indireto são crianças e adolescentes institucionalizados, em escolas ou entidades que prestam assistência no período chamado de complementar à escola. E o público que chamaremos de “direto”, ou “agentes-meio”, são professores do ensino fundamental, educadores ou coordenadores de projetos sociais.

No caso das ONGs que prestam atendimento direto, o público são crianças e adolescentes institucionalizados, a própria instituição e, em um caso específico, trabalhadores aos quais se destina o projeto realizado.

Assim, quando falarmos a respeito do que os psicólogos em suas organizações trazem como imagem e opinião a respeito de seu público, é importante destacar que, no caso das crianças e jovens, por exemplo, há uma diferença no modo como aparecerão

descritas nas ONGs que prestam atendimento direto e nas que o fazem através de outra entidade ou categoria profissional.

Um personagem presente no trabalho de todas as organizações, e que merece que discorramos um pouco mais a seu respeito é o professor. Considerado peça-chave na grande maioria dos projetos educacionais desenvolvidos pelas organizações estudadas, a imagem que o professor terá na organização dirá respeito às próprias concepções de trabalho da ONG no campo educacional.

As posições a respeito do professor são, a despeito da importância que lhe é conferida no processo educativo, bastante contraditórias: entre o vilão e o herói, entre desamparado e desinteressado, entre a ignorância e o saber, sempre pobres em meio à falta de condições de ensino, de trabalho. Isso nos leva a pensar que o professor, sobretudo da escola pública, ao receber tamanha carga de projetos, em especial relacionados à sua formação, recebe conjuntamente uma grande carga de responsabilidade sobre o fracasso do ensino público no país.

Em uma das ONGs onde a dubiedade dessa visão aparece de modo mais revelador, como citado anteriormente, vemos atribuídos ao professor adjetivos como “desamparado”, “um pouco perdido”, ao mesmo tempo em que acusado de “rotular facilmente o aluno” e de “não aceitar o aluno que ele tem”:

Bom, isso seria uma demanda de professor, né? ‘Não consigo ensinar fulaninho porque ele é disléxico’. A gente tentaria mudar a prática desse professor, para ver se é mesmo, porque às vezes eles rotulam muito facilmente a criança. (...) Mas, a gente

acha que antes do professor estar rotulando que o problema é o menino, porque o pai bate na mãe, a gente acha que é esse o aluno que ele tem. O aluno que ele tem vem da favela, é pobre, às vezes a família é o que eles chamam de desestruturada, então tem que aprender a dar aula para esse menino, porque a função desse professor é ensinar, e que alguém aprenda. Tem uma fala na *publicação da instrução* que é assim: ‘ensinar eu ensinei, mas...’ Assim, fica três pontinhos. Então, ele sente que ele já fez o serviço dele: ‘eu ensinei’. Mas, o que a gente quer que ele perceba é que se o aluno não aprendeu, ele não fez. Ele não cumpriu a missão dele. E não é fácil, não. A gente fala, mas se eu estivesse no lugar deles... não é fácil.

Ao mesmo tempo em que se descreve o professor vindo animado para as atividades de capacitação, agradecido pela “ajuda” recebida através da organização, diz-se que ele, por receber compulsoriamente o material doado pela ONG, seria menos interessado do que o professor da escola particular. Esse material, por ser destinado a professores de todo país, precisa adotar um conteúdo facilitado para alcançar compreensão. O mesmo professor, com medo de perder sua função, recusaria-se a abrigar novas tecnologias...

O diagnóstico é bastante claro: o professor não tem condições para exercer sua função, seja por ser mal formado, seja por não saber relacionar-se com o aluno, por resistir à mudança ou simplesmente por não ter interesse. E a proposta para resolver esta situação é uma só: formá-lo, de modo rápido, em quantidade e a baixo custo.

A mesma situação de penúria do ensino é observada por uma outra ONG, com outro enfoque: o do esforço empreendido pelo professor para, em condições tão adversas, conseguir realizar seu trabalho. Uma mudança significativa de visão a respeito de seu público, que vai gerar um tratamento e uma proposta de trabalho educacional substancialmente diferentes (apesar do caráter de ajuda permanecer subjacente nas relações estabelecidas com ele).

Em outro caso, em que o trabalho se desenvolve dentro da escola e diretamente junto ao seu público, vemos o professor, sem romantizações, compreendido e atendido a partir de uma visão das relações estabelecidas na instituição, a partir de seu contexto. Visto assim, como parte fundamental de um processo que o envolve, mas não se esgota nele, o professor é compreendido em suas dificuldades, e estimulado a também ele olhar de outro modo para seu trabalho e para seu aluno. Tarefa dificultada, porém, pelo fato do professor integrar de modo pungente a teia de relações produtoras do fracasso escolar, especialmente em uma instituição onde os alunos já vêm marcados pelo estigma deste fracasso. Aí, o professor encontrará dificuldades não apenas para desvencilhar-se da culpa, mas também para encontrar incentivo institucional, e ainda, para localizar instrumentais que o auxiliem em seu difícil trabalho, os quais, de modo paradoxal, o psicólogo tentará suprir:

E aí tem o trabalho junto com os professores, de tentar refletir um pouco o papel, o lugar, o quão difícil é realmente essa educação, mesmo quão necessário ocupar esse lugar de educador. O educador que vai ter que se haver a todo momento,

dá trabalho, resolver, estudar, fazer, refazer, voltar, dá trabalho.

A disponibilidade nem sempre é muita, mas também conseguimos avanços junto com alguns professores, a ponto de falar ‘Olha, realmente, os meninos gostam de uma aula... gostam de novidades, não dá para fazer a aula do mesmo jeito. Eu percebi que preciso mudar e fazer coisas diferentes. Livro, música, poesia.’ (...) E por sua vez angustiadíssimos porque não conseguem trabalhar, angustiados, porque não conseguem desenvolver o que sabem.

A escola pública, genericamente, é vista como o espaço da pobreza. A ela, deve-se destinar o gratuito, o fácil. Ou o belo, quando se trata efetivamente de resgatar seus cidadãos. Em todo caso, em um espaço carente, toda ação é ajuda e parece (destaquemos o parece) bem-vinda. A criança e o adolescente pobres, os alunos (assim como os professores), serão vistos como incorporando os atributos da pobreza. Receberão, desse modo, diferentes tratamentos a partir das diferentes visões que os cercam.

Em um dos casos, uma visão bastante negativa. O aluno que a escola pública tem é o aluno da favela, portador de uma família desestruturada, sobre quem a expectativa de aprendizado deve ser necessariamente menor, relativizada pelas circunstâncias (a avaliação relativa, neste caso, é sinônimo de uma baixa expectativa de resultados).

Em outro caso, simples omissão, as crianças e adolescentes atendidos não são qualificados, uma vez que a ONG, gerindo projetos de modo indireto, ocupa-se prioritariamente da quantidade de crianças e jovens atendidos.

A visão de “preventiva” do atendimento destinado ao pobre irá permear mesmo práticas emancipadoras. A criança de periferia, assim será pensada como destinatária para os trabalhos da ONG graças à visão do risco de envolvimento com drogas:

...eu atendi (...) durante dois anos, usuário de crack, e ele era praticamente vizinho do bairro em que eu morava. Então, aquilo... Eu tenho que ir pra lá, os meninos que estão na rua, que vão morar na rua, eles vêm da periferia, atuar aqui é muito mais difícil. É melhor, mais coerente, atuar lá, para que eles não venham para cá.

Em três casos, surgem visões positivas das crianças e adolescentes pobres, não devido à sua situação de pobreza, mas às possibilidades de se desenvolverem. Assim, na “ONG D”, o produto do trabalho conjunto realizado na escola torna-se prova da capacidade, da criatividade dos jovens e da comunidade, motivo de orgulho e de festa.

Na “ONG E”, a criança inserida em uma sociedade que discrimina, é capaz, sobretudo com a participação da escola, de superar o estigma, o preconceito, tornar-se autoconfiante e construir relações onde não haja discriminação.

Na “ONG C”, o adolescente, abrigado em uma instituição que visa discipliná-lo, trará consigo a marca da violência, da crueldade, da marginalidade, que os psicólogos que atuam por meio da ONG, lutarão para romper. A intenção, postulado que os jovens são capazes de escapar ao ócio, à morte e ao estigma, é de que eles produzam, sejam criativos, possam refletir e tornarem-se cidadãos mesmo sob condições tão adversas. As relações baseadas no respeito são intrínsecas ao trabalho desenvolvido; consideram a

história, os desejos, o momento emocional, o interesse dos adolescentes. E também os conflitos colocados para aos outros atores da instituição que serão atingidos, através do trabalho posicionado ao lado dos meninos.

Controversa dentro da própria ONG, mas também anunciada, a crença é de que o próprio algoz, enquanto personagem que está ali a cumprir seu papel institucional, e que sofre, adocece com as mazelas do trabalho, é capaz de humanizar-se e alterar seu desempenho junto aos demais.

Os educadores e coordenadores de projeto também não escaparão ao estigma da pobreza nas relações estabelecidas com as ONGs que trarão ajuda – relações que farão deles personagens de menor valor. No caso da “ONG A”, os educadores são apresentados como pessoas de baixa escolaridade, às quais deve-se destinar poucos conteúdos e muitas vivências; pessoas que, na qualidade de “empreendedores sociais”, devem aprender a elaborar projetos como forma de resolver seus problemas sociais e econômicos (a ação coletiva aqui ganhará outro significado: poder de pressão para aumentar a eficiência por resultados). No caso da “ONG B”, ao mesmo passo em que os coordenadores de projeto surgem nos encontros de capacitação entusiasmados, capazes de motivar a todos, aparecem na relação diária com a ONG como receptores passivos, amedrontados perante o saber e o poder capaz de alterar o destino de seus projetos.

Na situação única em que trabalhadores são o alvo dos projetos educacionais, a ONG em questão atuará posicionando-se ao lado dos trabalhadores e contra a situação que os faz adoecerem.

RELAÇÕES COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

As mais importantes relações estabelecidas entre as ONGs estudadas e demais organizações não-governamentais são de dois tipos. A primeira, trata-se da situação em que a ONG recebe financiamento para seus projetos, que envolve, na maioria dos casos, organizações internacionais. A segunda, refere-se à situação em que as ONGs realizam atendimento através de outras organizações, que é caracterizada como uma relação de apoio ou de ajuda.

Todas as ONGs pesquisadas receberam, em algum momento de seu trabalho, financiamento de alguma organização internacional, seja multilateral, empresarial ou sindical. Apenas uma das ONGs mencionou ter recebido financiamento ou patrocínio também de organizações nacionais.

O apoio ou a ajuda a outras organizações ocorre de diferentes maneiras nas duas ONGs onde aparecem. No caso da “ONG A”, a relação qualificada como ajuda tem um caráter técnico, e vem na forma de oficinas de capacitação e publicações, elaboradas especialmente para esse fim. As organizações assistidas entram para o programa através da inscrição no prêmio. Como a premiação é em dinheiro, as vencedoras receberão uma verba para ser destinada ao desenvolvimento de seus projetos. O conjunto das organizações inscritas receberá a assistência técnica da ONG para atender crianças e jovens no período chamado de complementar à escola, na forma de publicações educativas e capacitação aos educadores, para elaborarem projetos que formalizem demandas da comunidade. Assim, acontece repasse de recursos financeiros para as

organizações premiadas, e as demais, terão à sua disposição pessoal e materiais de capacitação.

No caso da “ONG B”, as organizações que receberão seu apoio por meio de seu programa de atendimento em educação passarão por um processo de seleção, e também por um acompanhamento que venha garantir a viabilidade financeira e administrativa do projeto. As organizações selecionadas receberão não apenas o chamado aporte técnico, através da presença de pessoal que participe da sua gestão, mas também o aporte financeiro, que possibilite a execução do projeto no período em que dura o apoio. Os coordenadores dos projetos de todas as organizações passam por encontros de capacitação em educação e gestão de projetos. Espera-se que as organizações realizem, dessa forma, um atendimento eficiente, cumprindo os objetivos propostos, e que alcancem sustentabilidade financeira após findo o aporte recebido, que dura no máximo dois anos.²¹

Do ponto de vista financeiro, as duas ONGs diferem quanto à forma de relacionamento com as organizações de atendimento direto. Excetuando-se as situações de premiação, enquanto a “ONG A” transforma o financiamento que recebe em assessoria técnica para as demais organizações, a “ONG B” irá repassar parte desses recursos²² para que as organizações administrem seus projetos, desde que garantidas, através do chamado aporte técnico, as condições para que este seja verdadeiramente

²¹ Esse prazo tem sido revisto pela ONG em função de suas metas de alcance quantitativo. Planeja-se aumentar para quatro anos o prazo do aporte se, com isso, obtiverem um aumento significativo no número de crianças atendidas pelo projeto.

²² Apenas 34% dos recursos totais recebidos serão repassados para outras organizações, segundo informa a publicação *ONGS no Brasil: perfil e catálogo das associadas à ABONG*.

aplicado no projeto, com planejamento adequado, de modo a fazer alcançar a meta acordada.

Em programas menores, a “ONG B” também oferece auxílio a projetos desenvolvidos por outras organizações na formação de jovens voluntários em comunidades, projetos na área cultural e em um projeto específico de capacitação de jovens carentes em alta tecnologia, patrocinado por uma empresa da área de informática.

Outra forma de relação entre ONGs, que surgiu em um dos relatos, refere-se à parceria para a realização de um projeto comum, em que um projeto de grande alcance, no caso, financiado por uma instituição de apoio à pesquisa, conta com a participação de ONGs especializadas em diversas áreas para oferecerem suportes de conhecimento específico ao projeto implementado.

A palavra parceria assume sentidos diversos na fala dos entrevistados: como sinônimo de divisão de tarefas, de modo equânime ou desigual; discussão ou elaboração conjunta de um projeto ou como sinônimo de financiamento.

Três das organizações terceirizavam serviços por meio de outras ONGs, ou eram contratadas por ONGs para realizar tarefas específicas. Estas tarefas envolviam desde a avaliação de projetos implementados por outra organização até a assessoria técnica e a elaboração de materiais temáticos.

PROJETOS POLÍTICOS DAS ONGs

A primeira questão que aparece, do ponto de vista do projeto político presente nas organizações, é a própria identificação da ONG enquanto organização não-

governamental. Ao passo que algumas organizações passavam quase ao largo desta auto-identificação, o que nos faz pensar que esta não é relevante ao trabalho que irão desenvolver, em outras o diálogo com o conceito de *organização* que tem sido colocado em pauta parece importante para localizá-las no cenário em que atuam as ONGs.

As organizações que maior relevância deram ao tema trouxeram significados bastante diferentes a seu papel como ONG. Em uma das organizações, a preocupação surgiu no sentido de afirmar seu caráter não reivindicatório – característica associada ao termo ‘ONG’ – para afirmar, em contraposição, a natureza “técnica” de seu trabalho como prestadora de serviços na área educacional. Em outra ONG, a preocupação maior veio no sentido de diferenciá-la de ONGs maiores, com maior infra-estrutura e financiamentos vultosos, que teriam características de atuação mais “empresariais”, em um sentido pejorativo.

Nos demais casos, o tema restringiu-se a aspectos jurídicos. Importava aqui, principalmente a incorporação dos termos da lei 9.790/99, que possibilita o acesso a financiamentos governamentais. Uma das ONGs, então, estava em processo de obter a legalização enquanto OSCIP, enquanto outra não iria fazê-lo, justamente por não fazer uso de recursos governamentais diretos, mas apenas indiretos, através de doações subvencionadas pelo fisco, que não exigem adequação àquela lei.

Em relação ao posicionamento político, duas ONGs apareceram como apartidárias (uma delas, identificada genericamente como “mais à esquerda”), enquanto psicólogos de duas outras mostraram coincidência de princípios (mas não de atuação) com o Partido dos Trabalhadores. Em outra ONG, não mencionou-se o assunto.

Em duas ONGs apenas os espaços de participação pública eram valorizados, e considerados importantes enquanto instrumentos de difusão de idéias e pressão política. Foi mencionada a participação em fóruns ou outros espaços políticos, como fóruns temáticos, fóruns de ONGs, movimentos sociais ou conselhos instituídos pelo governo para defender direitos específicos e/ou promover atuação em determinada área de assistência. Nestes casos, considera-se parte integrante da atuação das ONGs a participação política e a defesa pública de princípios, além das intervenções, atendimentos e outras formas de atuação realizadas.

Em uma das ONGs, ao contrário, a própria difusão de seu trabalho é entendida como ação política, enquanto conteúdo técnico adequado à melhoria da qualidade do ensino, o que revela um modo bastante autoritário de compreender a emancipação pleiteada através da educação. Em outras duas ONGs, o tamanho e o alcance proporcionalmente restritos das ONGs vão fazê-las priorizar a ação localizada. Nestes casos, os princípios que as norteavam vinham no sentido de incentivar a emancipação política e cultural das crianças e jovens atendidos, promovendo relações mais igualitárias no seu âmbito de alcance e também entre os funcionários da ONG.

Das ONGs que privilegiam a ação ampla, a “ONG B” enfatiza a necessidade de interlocução com o governo seja no embate, na crítica e ou em parceria. Um dos pilares de seu trabalho é a mobilização para que outras pessoas e entidades atuem em defesa da bandeira que apregoam. Sua atuação é baseada sobretudo na legislação: a Constituição do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como estratégia busca, num primeiro momento, a construção da identidade da organização e o reconhecimento social, sobretudo através da mídia, para, num segundo momento, que coincide com o

atual, aumentar o volume de atendimentos realizados, sem aumentar a estrutura física da organização.

A “ONG E” , trazendo marcas de sua origem nos movimentos sociais, defende a ação inclusiva também na escola e a necessidade de conjugação de esforços e compromisso entre os três setores – governo, trabalhadores e empresários – na promoção da inclusão e da igualdade. A desigualdade, focada na temática desenvolvida pela ONG, é afirmada como um problema pertinente a todos, uma vez que da esfera das relações sociais estabelecidas.

Das ONGs que atuam localizadamente, na “ONG C”, o trabalho político aparece permeando todo trabalho desenvolvido pela organização. A ONG não anuncia presença em espaços de participação pública, mas a política é posta como eixo de sua ação, contraditória e subversiva em relação à instituição em que atuam. A democracia defendida, que envolve a compreensão do contexto histórico, a igualdade, a vida em grupo, o respeito aos outros e às regras, irá aparecer não apenas como conteúdo educativo, mas como norte para as relações de trabalho e educacionais que se procura desenvolver. Procura-se, através do trabalho, resgatar a cidadania, incentivar a reflexão e o pensamento.

Na “ONG D”, o principal veio de atuação política acontece na relação estabelecida com os alunos e a comunidade, onde se procura incentivar a luta por direitos e propiciar o acesso aos bens culturais, sobretudo. A idéia é promover a relação e a aproximação entre o centro e a periferia (do ponto de vista humano e cultural), tendo como princípio a igualdade de direitos e a distribuição equânime de recursos.

Em uma das entrevistas, caso aparentemente único, ocorreu a negação de participação da ONG em qualquer conselho ou área próxima ao governo quando, entretanto, era de conhecimento público, no momento em que se realizou a entrevista, a participação de sua diretora em um conselho instituído pelo governo na esfera federal.

Os objetivos ou a “missão” das ONGs apareciam de forma bastante genérica nas entrevistas. Em três das ONGs, relacionados à defesa de um ou mais direitos e/ou à promoção da cidadania. Nas demais situações, os objetivos mencionados coincidiam com os objetivos do trabalho educacional realizado.

Valores de mercado apareciam, de uma forma mais ou menos ‘agressiva’, permeando o trabalho de todas as ONGs, postos em relação com outras organizações ou com seus financiadores e interlocutores. De um ponto de vista ‘externo’, enquanto uma das ONGs assumia e defendia explicitamente a concorrência entre as organizações (o que não deixa de ser curioso, quando consideramos que um dos pilares do conceito de terceiro setor é o da independência em relação aos mercados), em outra ONG, a vantagem obtida com seu crescimento aparecia como privilégio, perante a visão de que outras ONGs da mesma natureza enfrentam dificuldades para operar. De um ponto de vista mais ‘interno’ ou organizacional, a eficiência aparecia como critério comum de trabalho. Ao lado da competência, era garantia para a manutenção dos contratos de todas as ONGs. Num dos casos, a normatização e padronização das ações acompanham o crescimento da organização, no mesmo passo em que a racionalização dos recursos, sobretudo financeiros, é fundamental ao funcionamento da organização e à avaliação dos projetos que apoia.

Outros valores surgiram como particulares às ONGs em que foram citados, merecendo destaque. Em um dos casos, o combate ao preconceito dirigido, curiosamente, ao empresariado. Noutro caso, a crença no ser humano e em suas potencialidades, mesmo quando cercado na instituição que coíbe ou dificulta sua revelação em sentido amplo. Em outra ONG, a defesa de um trabalho belo e de qualidade oferecido à população pobre, diante da política “pão e circo” implementada por muitas organizações que realizam trabalhos sociais; nesse sentido, a priorização da qualidade em detrimento da quantidade da demanda. Também surgiu como valor, entendido comum às organizações não-governamentais de um modo geral, a necessidade de intervenção associada à produção de conhecimento, e a necessidade de incorporar os movimentos sociais aos projetos desenvolvidos.

5. ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Procurou-se, ao longo das entrevistas, compreender a natureza do trabalho realizado pelos psicólogos nas organizações não-governamentais estudadas. Assim, pretende-se responder nesta exposição às questões: qual a trajetória profissional dos psicólogos, e que razões motivaram suas escolhas? Que tarefas o psicólogo realiza na organização? Quais as características desta atuação? Como acontecem as relações profissionais estabelecidas na ONG? Quais as conseqüências deste trabalho para o profissional? Como o psicólogo se relaciona com o trabalho que desenvolve?

Iniciaremos apresentando aspectos da trajetória pessoal e profissional dos psicólogos entrevistados, de modo a melhor conhecê-los e a compreender, não apenas que características profissionais são valorizadas nestas organizações, mas, principalmente, quais as motivações destes psicólogos, ou seja, o que os levou a trabalhar em uma organização não-governamental e quais suas expectativas. E, assim, encontrar o fio das razões que cercam sua satisfação profissional e as reflexões que serão geradas a partir da sua prática.

Destacaremos, então, além dos aspectos gerais deste trabalho, aqueles que foram evidenciados pelos próprios psicólogos ao longo das entrevistas, tentando nos aproximar o melhor possível dos significados atribuídos por eles ao trabalho que realizam.

APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Participaram desta pesquisa onze psicólogos. Trabalhavam em suas respectivas organizações há períodos variados, de um a quatorze anos. Alguns dos psicólogos que possuíam maior tempo de casa eram, também, os de maior nível hierárquico no interior da organização, acompanhando a organização desde seus primeiros anos.

Os psicólogos atuavam em funções variadas no momento da entrevista, contratados como assistentes técnicos, pesquisadores ou coordenadores de áreas ou projetos específicos. Quatro psicólogos entrevistados ocupavam funções relacionadas à direção na organização em que atuavam, em cargos de gerência ou coordenação geral. Uma das psicólogas atuava simultaneamente em duas organizações, ocupando postos diferentes em cada uma delas: em uma das organizações atuava na direção e, em outra, como contratada.

Os psicólogos descreveram diversos aspectos de sua formação, ressaltando partes do currículo acadêmico e cursos específicos que influenciaram de algum modo sua trajetória profissional. A maioria relatou possuir em algum momento ou ainda manter uma relação mais próxima com a Psicanálise e/ou com a área Escolar, por meio de estágios, especializações, mestrado ou mesmo como opção de estudos. Dos entrevistados, dois psicólogos haviam realizado alguma especialização e três haviam

feito ou ainda faziam pós-graduação em Psicologia, dois na área Educacional e uma na área Clínica.

A maior parte dos psicólogos entrevistados teve sua primeira experiência de trabalho em ONGs na própria organização em que estavam atuando, o que representava, em alguns casos, vários anos de trabalho. Em apenas duas situações os entrevistados haviam trabalhado em mais de um ONG anteriormente. Nestes casos, foram citadas as áreas ambiental, assistencial, de educação infantil, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, atendimento a meninos de rua e cultura e educação de jovens.

Apenas uma das pessoas entrevistadas possuía relação com movimentos sociais antes de ingressar na organização. Duas psicólogas já haviam residido no exterior. Quatro possuíam experiência em pesquisa, em projetos de iniciação científica ou pós-graduação. Em dois casos, as pesquisas relacionavam-se a uma organização não-governamental. Em um deles, o trabalho em pesquisa permaneceria como foco de atuação também na ONG em que o entrevistado se inseriu.

Exceção feita aos psicólogos que trabalhavam na “ONG E”, todos os demais entrevistados contaram ter chegado à ONG por um interesse ou experiência profissional anterior na área da educação.

Em parte desses casos, tratava-se de um interesse difuso, que orientou a prática profissional, em primeiro lugar, para a área educacional, depois – e de forma ocasional – para o trabalho em ONGs. Como relata um dos entrevistados:

Eu me formei em 92 e já trabalhava numa fundação, numa autarquia estadual, com alfabetização de jovens e adultos. E, de lá para cá, esses dez anos de carreira profissional que eu tenho foram dedicados à educação, seja de jovens e adultos, ou educação ambiental, ou educação fundamental. (...) Então, acho que a minha carreira é muito curiosa por causa disso, ela foi sendo construída, não foi intencional, sabe, ‘vou ser um profissional do ‘terceiro setor’ , eu nem sabia o que era isso em 92.

Duas psicólogas, apenas, disseram ter deliberadamente buscado o trabalho em ONGs, por razões diferentes. Em um dos casos, porque a psicóloga via na organização não-governamental uma alternativa ao trabalho em escolas particulares, voltadas ao atendimento de crianças da elite:

Eu estava procurando algo que fosse no terceiro setor, que trabalhasse com criança ou com adolescente e que priorizasse a infância. E que tivesse mais a ver com aquilo que eu estava procurando, enquanto expectativa profissional, que não era trabalhar em uma escola de elite, dando aula ou sendo coordenadora.

Em outro caso, por vislumbrar na ONG uma possibilidade de desenvolver um trabalho próprio de pesquisa, que desejava fazer distante da academia e mais próximo de uma possível intervenção prática:

(...) então, como eu saí da faculdade, eu queria escrever um projeto para entrar em alguma ONG e trabalhar com isso. Queria ONG por causa da intervenção, não queria a academia, não queria fazer o mestrado, que é o que todo mundo falava, ‘por que você não vai fazer o mestrado?’ E eu sempre tive essa coisa da intervenção, de estar num lugar, de estar fazendo, mesmo, com a mão na massa.

Somente em um dos casos, uma psicóloga entrevistada descreveu sua chegada à ONG educacional como mero acaso, atribuindo sua permanência à natureza e ao gosto pelo trabalho que posteriormente viria realizar.

Todos os psicólogos que declararam ter optado deliberadamente pela educação como área de atuação profissional vislumbravam alcançar realizações coletivas a partir deste trabalho. O sentido social ou político deste trabalho assume, contudo, diferentes matizes. Alguns exemplos são bastante reveladores dos ideais que anunciavam em seu início.

No relato de uma das entrevistadas, a educação tem o significado de uma atuação abrangente, capaz de atingir um número maior de beneficiários do que o trabalho clínico, um instrumento de melhoria do povo:

... eu já tinha um interesse na área da educação desde o início da faculdade, porque é uma coisa que sempre veio na minha cabeça: do jeito que está o país hoje em dia, a educação é prioridade. Quanto mais pessoas virem a trabalhar na área da educação, melhor, porque só com educação você pode melhorar alguma coisa, é básico. A economia pode melhorar, mas se a educação não melhorar, o povo não vai melhorar. Ter mais dinheiro para comprar e não ter idéia na cabeça, não ter discernimento, não sabe pensar direito... Eu sempre pensei assim, educação é prioridade. Foi por isso, também, que eu nunca pensei em fazer clínica, sempre quis ir para a área da educação. Pode ser um preconceito meu, mas eu achava um pouco chatinho ficar dentro de um consultório tratando do problema de uma pessoa sendo que tem uma multidão que a gente pode ajudar com a educação.

No relato de outro psicólogo, o trabalho educacional envolve uma motivação política ao voltar-se para o público da periferia:

Quando eu entrei na graduação em Psicologia, também comecei a dar aulas como professor. A princípio por questões de sobrevivência: eu dava aulas à noite, a faculdade era o dia inteiro. Mas depois, acho que fui tomando gosto pela coisa, por educação e por educação de adolescentes, basicamente. Pelo desafio que isso representava, e por adolescentes de periferia,

também isso, porque depois eu dei aulas para adolescentes não de periferia e não curti nada, não achei nada interessante. Faltou uma motivação política, você perde a motivação política, eu acho. E acho que isso me influenciou bastante também para escolher a área da Psicologia para a qual eu iria me dirigir (...).

Aparece ainda como possibilidade de volta às raízes. Na fala de uma das psicólogas, o trabalho realizado pela ONG representa um retorno, uma volta do aprendizado alcançado “do outro lado do rio Tietê” à sua comunidade de origem, e a possibilidade de suprir a carência de meios encontrada no bairro da periferia que já habitara:

Meus pais sempre atuaram em movimentos sociais, movimentos populares nas comunidades, e ajudaram a construir o bairro em que eles moram e que eu morei muito tempo, também, me constituí sujeito. Quando eu nasci, eu já nasci em movimentos sociais, depois que eu fui entender tudo isso. Tinha sete, oito anos eu já ia com a minha mãe na igreja, nas comunidades eclesiais de base, fui crescendo com isso, as pessoas se juntando, se organizando para atuar na comunidade, para discutir partidos, discutir política. (...) Foi interessante porque, na verdade, eu fui atuando, e na época eu era jovem demais, lia algumas coisas, não tinha muito contato ainda com Paulo Freire, por exemplo. Foi na faculdade que eu fui entender como a gente já agia com o método de Paulo Freire mesmo sem saber,

conversando com as pessoas. Eu trabalhei durante bastante tempo na comunidade, trabalhei um tempo na escola da comunidade, na escola pública, eu atuava lá. Então, eu conhecia os alunos, eu me situava ali. Aí, fui fazer faculdade e me distanciei dos trabalhos de lá. (...) Tem um divisor de águas da periferia pra cidade, você atravessa o rio Tietê é outro mundo. Daí, eu fui descobrindo um monte de outras coisas que lá não tinha, atividades culturais, não tem nada lá. Daí, após a faculdade, eu queria conhecer, queria entender muitas coisas que eu tinha feito. Eu fui me distanciando um pouco dos trabalhos, porque eu comecei a estudar mais, estudava fora de lá, algumas coisas que eu fazia de pintura, de arte, não tinha lá, eu me distanciei um pouco dos trabalhos. Mesmo morando lá, eu me distanciei da comunidade para estudar, mas esse percurso, esse trabalho com adolescentes da periferia sempre me interessou. (...) Na época em que eu trabalhava na rua com os meninos, já era um desejo muito grande meu, até porque era um bairro muito distante que eu morava lá no *Bairro*²³, o desejo de pensar um trabalho de qualidade, um espaço de qualidade e cultura lá, na comunidade. Eu vivi lá, sei como é duro, sair de lá, pegar ônibus pra ir a um cinema, um teatro, acaba tarde, não dá para voltar.

²³ Omitimos o nome do bairro em questão.

A partir dos ideais e experiências que vão continuamente moldando ao longo de seus caminhos, os psicólogos vão revelando o sentido e o colorido da ação que irão construir nas organizações não-governamentais às quais se vinculam. Nas palavras de uma das psicólogas:

Essas experiências foram me dizendo um caminho, trabalhar com arte, cultura. É um caminho de organização, do que quero ser, do que posso ser.

FUNÇÕES EXERCIDAS E TRABALHOS REALIZADOS POR PSICÓLOGOS

Todas as atividades educacionais implementadas pelas organizações presentes neste estudo contavam com a participação de psicólogos em algum momento de sua realização.

Em quatro das cinco organizações presentes no estudo os psicólogos não se diferenciavam dos profissionais de outras áreas ao assumir funções dentro da organização. Assim como outros profissionais, integravam equipes multidisciplinares ou ocupavam postos abertos, de modo genérico, a profissionais da área de Humanas.

Em apenas uma das organizações os psicólogos encontravam atribuições de cargos específicos para a formação em Psicologia, não por acaso, uma organização fundada por um grupo de psicólogos. Neste caso, os psicólogos assumiam os postos de coordenação e/ou eram encarregados de participar de atividades que envolviam algum tipo de intervenção institucional, educacional ou terapêutica.

Na maior parte das ONGs, porém, os psicólogos assumiam tarefas, que, com o passar do tempo, passavam a compor um perfil do profissional no interior da organização. Assim, o psicólogo vai desempenhar, ao longo de sua carreira, funções para as quais entende-se que ele possua “pontos fortes”, experiência, interesse e/ou habilidade.

Em três das ONGs estudadas os psicólogos contratados eram encarregados, no momento da entrevista, de projetos específicos, que desenvolviam, coordenavam, e pelos quais respondiam perante a organização. Esses projetos envolviam a aplicação de novas tecnologias em educação, a realização de pesquisas, realização de atividades de arte e cultura, intervenções na escola, produção de eventos e a elaboração de materiais educativos.

Em outras duas ONGs, por outro lado, os psicólogos, contratados, tinham cargos fixos e funções pré-definidas dentro da organização, como assessoria, acompanhamento de projetos externos e coordenação das atividades da ONG em determinado nível de atuação.

Três psicólogas relataram ter ingressado na organização na qualidade de estagiária ou *trainee*, ainda durante o curso de graduação ou logo após formadas. Nestes casos, as diferenças relacionadas à concepção de estágio presente na ONG trouxe conseqüências às tarefas que as psicólogas realizavam à época de seu ingresso.

Na “ONG A”, as tarefas de estágio, de natureza burocrática, envolviam atividades como tirar xerox e organizar materiais, que iam sendo abandonadas à medida em que a psicóloga conseguia participar de tarefas mais diretamente relacionadas aos aspectos técnicos educacionais da ONG, conseguindo galgar outros postos.

Na “ONG B”, de modo inverso, o estágio acontecia em um programa de avaliação de projetos externos, deixado no momento em que a psicóloga candidata-se a uma vaga interna, passando a atuar em outra área da organização; nesse caso, é a partir deste momento que ela começa a realizar mais tarefas de caráter burocrático, relacionadas ao trabalho de assessoria que passa a exercer.

Na “ONG E”, o estágio irá compor a própria política de formação de profissionais implementada pela ONG; assim, os trabalhos realizados no período de estágio já envolvem atividades de pesquisa que posteriormente a psicóloga irá desempenhar como profissional.

A realização de trabalhos burocráticos figura como queixa comum nas ONGs de maior porte. Em geral, estavam associados ao desenvolvimento de projetos de grande alcance, à estrutura da organização (dividida em várias áreas e departamentos), ao relacionamento com agentes institucionais externos e à prestação de contas por financiamentos recebidos.

Atividade comum à grande parte dos psicólogos trata-se da realização de oficinas educativas. Como exposto no tópico “Atuação em educação”, as oficinas educativas se fazem presentes em vários momentos da atuação das ONGs pesquisadas. O trabalho que os psicólogos realizarão ao ministrar as oficinas, porém, excedem, em muitos casos, as funções pedagógicas. Em três casos, alguns dos mais detalhadamente descritos, o psicólogo vinha trazer às oficinas habilidades relacionadas diretamente à prática psicológica.

Na “ONG B”, por exemplo, o psicólogo é contratado para desenvolver jogos e dinâmicas, devido, especificamente, à sua formação em Psicodrama, realizando

atividades que visavam a integração e a facilitação de grupos em encontros de formação. Na “ONG C”, as oficinas, além do caráter formativo, irão fornecer aos psicólogos espaço para que auxiliem os adolescentes a expressarem seus sentimentos, a superarem estigmas, encontrarem novos papéis sociais e produzir reflexão, além de possibilitar aos psicólogos que intervenham na instituição a partir do trabalho que desenvolvem ali. Aqui, a escuta, a terapêutica de grupo, as técnicas corporais e a compreensão do contexto e das relações institucionais são ferramentas importantes de trabalho citadas nas entrevistas. Na “ONG E”, os psicólogos irão trabalhar também com aspectos emocionais nas oficinas, no sentido de sensibilizarem os participantes para temas considerados tabus, e envolvê-los do ponto de vista emocional e subjetivo.

A elaboração de projetos figura como a segunda maior atividade desenvolvida por psicólogos nas organizações estudadas, presente – em diferentes momentos do trabalho dos psicólogos – em todas as organizações. O desenvolvimento desta tarefa, contudo, envolvia diferentes graus de autonomia e possibilidade de criação do psicólogo em cada uma das ONGs: limitados, ou a partir da própria organização interna da ONG ou, principalmente, pela influência dos financiadores nos projetos que serão implantados.

Do ponto de vista financeiro, os projetos educacionais eram gestados a partir de dois movimentos: os financiadores buscando a organização para concretizar determinada proposta ou a ONG elaborando um projeto e partindo em busca de financiamento.

No primeiro caso, os psicólogos participavam destes projetos em três momentos: na transformação da idéia proposta pelo financiador em projeto passível de

concretização – tarefa restrita, em algumas ONGs, aos níveis hierárquicos superiores –; no planejamento operacional do projeto; e em sua execução, que envolvia, dependendo do caso, oficinas, elaboração de materiais, participação em reuniões, intervenções na escola e/ou entidades, realização de pesquisas, produção de eventos e outras.

No segundo caso, dois modos diferentes de elaboração de projetos foram mencionados. Em um deles, o psicólogo elaborou um projeto, pensado a partir dos valores e concepções teóricas defendidos pelo psicólogo e pela organização, e apresentou a um possível financiador, que recusou o financiamento sem maiores explicações. Em outro, os coordenadores da ONG elaboram um projeto de grande alcance, calcado em valores consolidados na organização, e, já contando com bastante experiência no mercado, buscam financiamento a partir de uma estratégia determinada, de pulverizar o número de financiadores e as quantias recebidas em cada financiamento, a fim de minimizar a influência dos financiadores nos rumos do projeto.

Uma atividade mencionada com frequência nas entrevistas é a elaboração de materiais de capacitação e publicações. Entretanto, foram fornecidas poucas informações acerca da qualidade da participação dos psicólogos nesta tarefa. Apenas em um dos casos, a psicóloga descreveu com maiores detalhes sua participação na elaboração das publicações, redigindo o texto e definindo seu formato.

Uma atividade não relacionada à Psicologia para a qual psicólogos de várias ONGs eram bastante solicitados era a revisão de textos, atribuída a psicólogos que mostravam habilidade para a tarefa.

Em duas organizações, psicólogos atuavam ou já haviam atuado na área de Recursos Humanos. Em um dos casos, duas psicólogas participavam de modo

sistemático do processo de seleção profissional e avaliação dos funcionários da organização, e uma delas, superior hierárquica, cuidava também de tarefas relacionadas ao desenvolvimento das equipes e da instituição de um modo geral. Em outra ONG, uma das psicólogas entrevistadas, que atua prioritariamente em atividades de pesquisa, relatou uma situação em que foi chamada a desenvolver um processo de seleção ao lado de outras psicólogas da equipe. Nesta ocasião, enfrentou divergências de posição em relação aos métodos utilizados, por exemplo, na utilização de testes psicológicos, conseguindo que fosse adotado um sistema de seleção em etapas, que empregava entrevista, análise de currículo, dinâmica de grupo e redação.

Muitas das atividades realizadas pelos psicólogos entrevistados eram bastante específicas e restritas a organização determinada. Algumas destas atividades foram descritas no capítulo de “atuação em educação”. Outras, serão abordadas a seguir. É o caso do trabalhos de produção de eventos, de representação institucional e de administração financeira.

A psicóloga que atuava na produção de eventos oferece um exemplo interessante. Embora tenha atuado, conforme descrito na entrevista, em tarefas que a rigor não pertencem nem à Educação, nem à Psicologia, a psicóloga acaba encontrando o sentido de sua formação ao imprimir certas características ao seu trabalho. Ela ingressa na ONG para atuar no prêmio educacional que estava sendo promovido, e assume as tarefas relacionadas ao evento de premiação, desenvolvendo trabalhos como contato com oficinairos, montagem de quadros e confirmação de presença dos participantes. O evento durou vários dias, e contou com diversas atividades culturais, educacionais, comemorativas e políticas. Assim, o evento exigiu uma certa infra-

estrutura, que a ONG teve de providenciar ou conseguir junto a seus patrocinadores. O local onde ocorreria o evento foi fundamental para seu acontecimento, assim como os equipamentos fornecidos pela entidade que dispôs-se a sediá-lo. Era imprescindível, portanto, que fatos imprevistos não resultassem na perda do apoio desta entidade. Assim, uma das principais funções da psicóloga no evento era “cuidar da relação” entre a ONG e a entidade, de onde pode-se depreender o sentido de “psi” em seu trabalho. Na prática, isto significava acompanhar as situações em que ocorria o relacionamento entre membros da ONG e funcionários da entidade, evitando que possíveis atritos ganhassem maiores proporções.

Outra atividade realizada por psicólogos incluía, também, a representação em congressos, comissões ou órgãos de representação. Nas ONGs em que a atuação política configurava parte de seu espectro de ação, era grande o número de psicólogos que, voluntariamente ou atendendo à solicitação da ONG, participavam desta tarefa.

No caso de uma dirigente entrevistada, surgiu também, como atividade do psicólogo, a administração financeira. Embora não ficasse claro na entrevista até que ponto estendia-se a responsabilidade da psicóloga em captar ou efetuar a contabilidade dos recursos da organização, evidenciou-se o gosto e o interesse da profissional pela área, que, com maior ou menor alcance, passou a gerir.

A descrição de algumas atividades educacionais realizadas por psicólogos em suas organizações mereceriam maior aprofundamento em função da riqueza de detalhes presente nas entrevistas, que, sem dúvida, nos ajudam a compor um quadro descritivo da forma como estes psicólogos têm desenvolvido essas atividades em seu dia-a-dia. Dada a natureza deste trabalho, contudo, detere-mo-nos em uma situação particular, que

julgou-se exemplo interessante do modo como o psicólogo fará uso dos instrumentais da Psicologia para desenvolver seu trabalho e atingir os objetivos e ideais educacionais propostos.

Nesta situação, a psicóloga descreve o modo como irá fazer uso da lousa para dialogar, escutar e reconhecer o estado emocional dos jovens que participam em uma oficina, de modo a provocá-los e propiciar um ambiente que permita criem e redescubram suas potencialidades, objetivo do trabalho proposto:

Esse lugar pede muito que você crie e recrie o tempo todo, que você se desloque e que você se recomponha, porque senão eles não prestam atenção, eles não se interessam. Então, exige muita rapidez de pensamento, muitas vezes, muita perspicácia. Uma coisa que eu descobri no ano passado é o quanto que a lousa é importante. Eu tinha usado pouco e usei muito no ano passado. Acho que a grande coisa... os meninos, nas oficinas, ficavam medindo a gente com uma indiferença, apatia grande. Um dia, numa oficina com outro educador, que conta história, a gente tinha combinado que eles iam trazer histórias, e quase ninguém tinha feito. ‘Mas aí, como é que vocês estão?’ Eles, aparentemente indiferentes, ‘Não estou sentindo nada’. Aí, peguei o giz, eu falei ‘O que vocês estão sentindo?’ ‘Ah, estou cansado’, ‘Estou à pampa’, e nós fomos escrevendo na lousa. Eles foram ficando admirados, surpresos com aquilo. Aí um dos meninos do grupo falou ‘Mas eles estão escrevendo o que a

gente tá falando'. Eles falam, mas as pessoas não escutam, é essa a impressão que dá. E aí fomos escrevendo o que eles estavam falando e eles foram falando várias coisas de sentimentos. E aí, depois que acabou de ir anotando, eu sugeri 'Vamos dar corpo para isso, vamos produzir um texto'. Produzimos um texto, levei para os meninos, li para eles, perguntei se era isso o que eles estavam tentando dizer, incluindo a frase de todos eles no texto. Eles disseram que sim, ficaram tão surpresos, continuaram surpresos, 'Puxa, ficou legal', 'Gostei', 'Tri'. Então, a lousa, em qualquer atividade que proporciona desafio é um caminho que dá muito certo no trabalho da escola. Acho que em qualquer outro lugar, no trabalho comunitário, isso dá muito certo. Eles se sentem provocados, com coisas para superar. Isso às vezes, mesmo no diálogo, já cheguei a provocar os meninos no diálogo: 'Você faz? Então quero ver, faz aí, me mostra.' Aí eles fazem, produzem. E produziram, produziram um texto bastante interessante.

Vemos o psicólogo, então, relacionar-se com seu público não apenas de um patamar racional, necessário ao objetivo de conscientização e reflexão que propõem, mas somando a isto trabalho com as emoções, aproximando-se do jovem e valorizando sua participação no grupo. Esse aspecto de seu trabalho que, contraposto à vertente que se apresenta como condução e estereotipia, vem trazer contribuições importantes para a construção de uma educação integral, verdadeiramente emancipadora.

CONTRATOS DE TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

As relações de trabalho nas ONGs são caracterizadas pela informalidade. À exceção dos psicólogos que trabalhavam na “ONG B”, contratados sob as normas da CLT, nenhum outro psicólogo possuía registro em carteira de trabalho. De um modo geral, os psicólogos são contratados e remunerados em função da participação em projetos.

Em uma das ONGs, sequer havia remuneração para os trabalhadores da organização. Embora a psicóloga entrevistada não considerasse seu trabalho voluntário, inexistia, até o momento da entrevista, financiamento capaz de remunerar técnicos para o projeto implantado – havia apenas a perspectiva de receber através de um convênio que estava para ser celebrado com a Prefeitura da cidade.

Em outra ONG, o contrato de trabalho não era efetuado com o psicólogo diretamente, mas com uma empresa, que o psicólogo era obrigado a abrir. Através desta empresa, o psicólogo emitia notas fiscais de prestação de serviço. O que não eximia as psicólogas de cumprir jornada integral, de quarenta horas de trabalho semanais.

Na “ONG E”, embora fosse oferecido em determinado momento a uma das psicólogas entrevistadas a possibilidade de obter registro funcional, ela o recusou, ante a perspectiva de redução de salário, por causa dos descontos gerados por encargos trabalhistas, e por avaliar como precário o sistema público de seguridade social²⁴.

²⁴ Em alguns momentos da entrevista, a psicóloga pareceu confundir previdência e assistência médica.

Em duas organizações os psicólogos cumpriam jornada fixa de trabalho, em período integral. Em outra ONG, embora houvesse um acordo para que o psicólogo disponibilizasse vinte horas semanais para o trabalho, na prática esta exigência apenas balizava a relação entre a psicóloga e sua chefia direta, implicando em uma carga efetiva de trabalho variável o que implicava na necessidade de a psicóloga encontrar-se disponível permanentemente.

Apenas duas psicólogas atuavam em mais de uma ONG simultaneamente. Nos dois casos a situação era possível devido à flexibilidade de horário ocasionada pelo trabalho vinculado a projetos, e fazia-se necessária para que complementassem a renda mensal. Frequente, contudo, era a situação em que os psicólogos trabalhavam em mais de um projeto na mesma ONG, ao mesmo tempo – fórmula encontrada pela maioria das organizações para conseguir remunerar os técnicos de acordo com seu nível de qualificação.

No caso da “ONG B”, única em que os psicólogos possuíam registro de trabalho, a forma de contratação e a remuneração de seus funcionários, segundo a dirigente entrevistada, era justificada em função da necessidade da organização em manter-se coerente com os princípios defendidos, e também devido ao volume de trabalho que seria exigido dos profissionais.

A despeito da informalidade presente em grande parte dos contratos de trabalho, a maioria dos psicólogos considerava sua situação “estável”, sendo que apenas uma entrevistada revelou alguma preocupação com o desemprego. A preocupação, no caso, surge em dois momentos: quando a psicóloga ingressa na ONG, aceitando realizar um trabalho que não correspondia às suas expectativas iniciais; e no momento de transição

entre dois projetos, quando ela passa a negociar sua permanência na organização. A psicóloga, neste caso, trabalhava na organização há cerca de um ano, aproximadamente.

Em uma das entrevistas, surge explicação para a estabilidade sentida na organização:

Tanto faz ser de uma empresa ou ser de uma ONG, se você não se der bem com a sua chefe você está na rua, você vai embora. Com a diferença de que na empresa, isso eu diria também da minha experiência, não saberia falar das outras, a diferença é que em empresa você tem mais concorrência. Você é uma peça, mesmo, de uma engrenagem, e se você não estiver fazendo aquilo direitinho como seu chefe quer, você simplesmente pode ser despedido a qualquer horário, a qualquer dia, do dia para a noite, e na melhor das hipóteses você vai ganhar o bônus, como é?, a rescisão contratual, que isso não acontece em ONG. Mas, você tem uma vinculação muito mais frágil, você é uma peça muito mais descartável. Você pode ser descartado e simplesmente tem um monte de gente no mercado esperando sua vaga. Agora, numa ONG acho que não é tanto assim. As relações são muito mais pessoais, acho que os vínculos são muito mais estreitos. Até por conta dessa coisa de ser uma causa, de ser uma militância, então não é qualquer um que abraça uma causa totalmente, que compra um ideal, que compra uma causa, acho que é uma causa, mesmo, uma briga que você assume, você incorpora, mesmo, uma militância, mesmo. Então,

não é muita gente que assume isso, que se compromete tanto, então, você não tem tanta concorrência. Eu, por exemplo, quando a gente estava falando de estabilidade, eu me sinto estável nesse sentido. A *coordenadora, a ONG*²⁵, investiu muito em mim, conhecem muito de mim e precisam muito de mim de certa forma. Não dá para eu virar, nem que eu queira sair hoje, já é muito mais amplo, as conseqüências, não é um vínculo empregatício meramente. Não tenho vínculo empregatício, mas eu tenho um vínculo muito maior, um vínculo pessoal, um vínculo de causa, um vínculo de projeto, mesmo.

Particularmente entre as psicólogas da “ONG A”, a situação de desemprego vivida pelo país era tomada como fator a ser considerado no momento em que avaliava-se a satisfação com o próprio trabalho.

Em duas ONGs, o fato do contrato de trabalho estar baseado em projetos temporários não significava remuneração variável, mas ao contrário, “desviava-se” dinheiro de outros projetos para que se estabelecesse uma regularidade de salário aos psicólogos que nelas atuavam.

Os parâmetros para julgar a adequação do salário recebido pelo psicólogo variava bastante de organização para organização. Em três organizações, o parâmetro era dado pelo valor comumente pago a profissionais em outras ONGs. Nesses casos, os entrevistados julgavam seu salário maior do que o pago na média. Em duas

²⁵ Omitimos o nome da dirigente e da organização em questão.

organizações, o parâmetro era dado também pelo setor privado. Aí, o salário pago pela ONG em questão era considerado equivalente.

Houve dois casos em que psicólogas trouxeram parâmetros pessoais para avaliação do próprio salário. Em um deles, o parâmetro era dado pela situação social em que a psicóloga se encontrava: casada, com carro, nível social de classe média. Neste caso, o salário que recebia era considerado razoável para alguém em início de carreira, mas insuficiente para custear o conjunto de suas despesas domésticas. No outro caso, a psicóloga considerava como parte do valor de seu trabalho a entrega física e psíquica exigidas, e também os custos mantidos com a atualização de seus conhecimentos na área cultural – livros, cinema, arte – consumo caro e necessário para a manutenção do repertório de que fazia uso em suas atividades.

...o psicólogo (...) tem que ter um estofo. É preciso que ele conheça arte, tem que saber, tem que voltar e dizer, porque as coisas que parecem mais bobas dão margem para uma relação, dão margem para uma construção, dão margem para um vínculo com o grupo.

Aqui, o valor recebido não correspondia ao valor de seu trabalho. Alcança-se o ponto, então, em que a psicóloga passa a recusar ofertas de trabalho consideradas insatisfatórias a fim de poder criar e desenvolver trabalhos próprios.

Uma das explicações que desponta para a dificuldade em se atingir uma remuneração satisfatória em organizações não-governamentais é o fato de, no Brasil, o

trabalho social possuir vinculação muito forte com a Igreja e, conseqüentemente, à idéia de doação. Como contraponto aponta-se, então, para a busca do trabalho competente.

Apenas em uma das ONGs estudadas empregava-se voluntários com regularidade, no caso, em um projeto específico (não educacional) para profissionais liberais, que prestavam serviços a crianças de baixa renda. Também os dirigentes da organização (normalmente empresários) eram voluntários. Em outra ONG, voluntários dispunham-se a atuar em projetos pontuais no início das atividades da organização. Nenhuma das outras organizações possuía voluntários em seus quadros. Duas delas, por razões práticas: como não realizavam atendimento direto, precisavam apenas de trabalho especializado, no qual não se encaixam voluntários. Nas demais ONGs porque não se concordava explicitamente com a idéia de utilizar voluntários. Três organizações faziam largo uso do trabalho de estagiários.

Queixa comum entre os psicólogos era o excesso de trabalho, que o tornava cansativo, e que dificultava ou impossibilitava a conciliação com outras atividades profissionais e pessoais, dentre elas o estudo.

Apenas em uma das ONGs os psicólogos eram incentivados por sua direção a estudar, fazer mestrado, como meio de crescimento pessoal e profissional. Em outra ONG, o estudo subjazia ao trabalho, de modo que os psicólogos envolvidos em pesquisa, especialmente, eram compelidos a estudar no âmbito de sua pesquisa. Especialmente nas organizações de maior porte, porém, muitos psicólogos revelavam desejo de estudar, sobretudo de fazer pós-graduação, mas a instituição dava incentivos tão somente à realização de cursos instrumentais, como redação, línguas ou assuntos específicos, necessários à prática cotidiana.

RELAÇÕES DE TRABALHO E MILITÂNCIA

O trabalho assume um sentido bastante especial na vida dos psicólogos que atuam nas ONGs. Trata-se de um envolvimento profissional que excede em muito a mera contratação da força de trabalho.

O compromisso assumido pelos profissionais ante os objetivos da ONG é decisivo desde o momento da seleção e da contratação do profissional, e irão permear as relações de trabalho estabelecidas durante toda a carreira do psicólogo na organização. Diante dos objetivos postos, não basta a execução de um trabalho correto, é preciso identificação com os princípios, valores e métodos apregoados, e também coincidência de ação:

Eu procuro trazer sempre pessoas que possam estar contribuindo, trazendo novas competências aqui para a instituição, que possam se complementar. E checo, aí eu entrevisto também, aí eu troco idéias com a chefia direta, aí eu dou uma checada mais em caráter, também, de atitude, valores, principalmente. Eu acho super importante que os valores da pessoa batam, sejam os mesmos, ou muito parecidos com os valores da instituição. (...) Acho que valores de respeito, de solidariedade, de acreditar na causa, de ter um compromisso com a causa, não ter preconceito com o empresariado, por exemplo. Tem muita gente de esquerda que tem um pouco de

ranço, e aí não vai dar certo porque nós somos dirigidos por empresários, precisa ter um respeito mínimo, respeito à diversidade, enfim. Hoje em dia tá muito na moda as pessoas quererem trabalhar no terceiro setor. Porque tem causas boas, enfim, mas nem todo mundo pratica, também.

Em todas as entrevistas, os psicólogos revelavam esta identidade. Dessa forma, o contrato de trabalho torna-se, necessariamente, um compromisso assumido frente aos ideais defendidos pela ONG, um compromisso com a causa. O psicólogo torna-se um militante, ou, como expressa uma das entrevistadas, é obrigado a “vestir a camisa” da organização:

Então, exige uma dedicação, de meio que “vestir uma camisa”, falando em capitalism..., falando em linguagem de capitalista. (...) Até tem uma coisa que é engraçada, há pouco tempo atrás, na verdade, um desconhecido, ‘O que você faz?’, ‘Ah, eu trabalho numa ONG.’ A pessoa virou assim: ‘Mas qual a causa que sua ONG defende?’. (risos) Eu achei muito engraçado, na hora eu dei muita risada, esse jeito de falar “a causa”. Na verdade, é um pouco isso, as ONGs defendem uma causa. Nossa causa é a causa negra, mas, porque eu acho interessante, não só pelo termo ser engraçado, mas porque acho que isso reflete exatamente o que é trabalhar numa ONG, você ter uma causa. Então hoje, a dimensão da *ONG* na minha vida não é só meu trabalho, que eu vou lá e faço e volto para casa. (...) É a

coisa da causa. Por isso eu falei que me pegou muito essa frase que essa pessoa falou. Não é só porque é engraçado, fala muito do que é trabalhar numa ONG. É “vestir a camisa”, é o que eu chamei de “vestir a camisa”, é você ser aquilo. Não é que você trabalha com aquilo, trabalha naquele lugar. Você é. Eu sou *a ONG*. E às vezes me incomoda. Dá um puta orgulho, você vê que eu falo mais bem do que mal, porque eu acho que se não fosse assim, não seria.

Os limites entre o trabalho e a vida pessoal tornam-se, em razão desta dedicação, mais estreitos, uma vez que o trabalho passa a exigir maior envolvimento do psicólogo. Na experiência de um dos psicólogos:

E, assim, muitas vezes eu fiz um papel eminentemente político, de discutir. Muitas vezes eu me perguntei: “Eu estou sendo um psicólogo, aqui, ou estou sendo um militante?” E ultimamente eu tenho pensado, “bom, mas o psicólogo é um militante. Mas que militância é essa? Especificamente psicológica? Existe uma militância especificamente psicológica, ou não, que se serve de teorias psicológicas e técnicas psicológicas? Uma escuta psicanalítica, psicológica? Como é que é isso? Quais são os limites? Qual é a ética envolvida nisso?” Ter uma posição mais ativa... não sei. É legal. É uma responsabilidade, traz muita dor de cabeça, te faz trabalhar muito. O trabalho passa a ocupar uma parte muito grande da sua vida. Eu me pego pensando

nisso, trabalhando espontaneamente no domingo... (risos) Mas, enfim.

Para outra psicóloga, a própria flexibilidade de horário termina por relacionar-se a este compromisso, de um modo que a dedicação exigida resulta em pressões que implicam, em seu próprio caso e nos casos que observa na ONG, em perdas na esfera pessoal. O trabalho vai importar, dessa maneira, na opção de assumir ou não relacionamentos afetivos, de ter filhos, na relação com os amigos, na possibilidade de dedicar-se a uma religião.

As relações internas estabelecidas no interior das ONGs são bastante diferentes em cada uma delas. Em todas elas encontramos uma organização interna hierárquica, algumas mais rígidas, outras menos, com maior ou menor concentração de poderes. Em todos os casos, porém, as concepções e características pessoais dos dirigentes da organização exerciam grande influência sob o modo como o trabalho seria organizado dentro da ONG. Nas duas organizações onde os psicólogos mais se dispuseram a falar sobre o assunto, encontramos situações opostas. Em uma delas, o dirigente trabalhava para conseguir maior participação e debate entre os funcionários, e, na outra, a psicóloga deparava-se com o excesso de controle e centralização exercidos pela coordenação. Neste caso, os coordenadores e fundadores da organização eram considerados, sob certo aspecto, como “donos” da ONG. A centralização posta por eles como sistema de trabalho irá conferir-lhes maior poder de decisão e grande controle sobre as atividades desenvolvidas:

Acho que, na prática, quem acaba definindo é muito mais a (...) coordenadora da *ONG*. Ela é bem centralizadora, que eu acho também que é um pouco de vantagem e de desvantagens, porque tem os dois lados. O maior problema que eu enfrento dentro da *ONG* é a centralização dela, porque tudo tem que passar por ela. Tudo, tudo. A gente vai mandar uma cartinha, e-mail, para uma organização parceira, tem que mandar para ela primeiro para ela autorizar. Isso é um saco, às vezes, porque super burocratiza. E muito, acho que, pelo percurso dela profissional, porque ela trabalhou em empresa muito tempo. Então, ela tem um pouco essa mentalidade, às vezes, de rendimento, que você tem render, de cobrar (...) às vezes ela faz isso comigo: ‘Olha, você trabalhou pouco em cima disso, eu esperava mais’. Às vezes, ela elogia horrores, também, ‘Olha, eu adorei, você está cada vez melhor’. Ou eu vou lá, ela detona, também. Então, ela acaba virando a figura que é a patroa, mesmo, sua chefe, que, se você está nas graças dela, você está feito, se você não está nas graças dela, você está perdido. Tem essa coisa.

No primeiro caso mencionado, de outro modo, a construção da democracia no grupo coloca-se para o dirigente como um ideal, que envolve, contudo, uma série de dificuldades, incluindo os interesses de cada profissional. Um trabalho difícil, mas que o psicólogo encontra grande satisfação em realizar:

...atualmente a gente está vivendo uma crise de relacionamento, na equipe de trabalho, de esclarecimentos, de função, e especialmente de poderes... Não dá para extinguir isso, então a gente está passando por uma reconstrução do trabalho entre nós. Tem uma série de dificuldades. Principalmente porque a gente não quer trabalhar num modelo gerencial. A gente pretende, também entre nós, construir uma gestão coletiva do trabalho, porque a gente acredita que só assim a gente vai conseguir construir isso com os meninos, falar sobre isso com os funcionários. Então, apesar de todos os problemas e pepinos, eu sinto grande satisfação, porque eu sinto que é um trabalho que a gente está criando. A gente tem bastante terreno para experimentar, para ensaiar, para errar e para construir conhecimento em cima disso. Isso é bem legal, é bem interessante.

O sentido social ou político da ação realizada fará parte da recompensa alcançada pelo psicólogo em seu trabalho. Embora sinais de descontentamento surjam ao longo das entrevistas, as insatisfações, na maioria dos casos, eram minimizadas em virtude do benefício maior a ser atingido, mesmo que o psicólogo não participasse diretamente dos resultados concretos deste trabalho. Em graus diferentes, então, que variavam do gosto à paixão, todos os psicólogos disseram estar satisfeitos com o trabalho que realizam.

A motivação dos psicólogos para o trabalho em organizações não-governamentais é relacionada aos ideais sociais e/ou políticos que norteiam a atuação da ONG. Em todas as organizações o trabalho dos psicólogos terá para eles um sentido social, de melhoria da educação pública, de acesso à cultura e à saúde, promoção de melhores condições de trabalho, de redução da miséria ou de melhor distribuição das riquezas no país.

Encontramos, em algumas entrevistas, também, uma motivação política relacionada ao trabalho do psicólogo. Motivação que leva o psicólogo a buscar, junto com seu público e colegas de trabalho, condições para melhor compreender o mundo, refletir sobre ele, lutar por direitos e participar dele como cidadãos. O norte, aqui, será a crença no ser humano e em suas potencialidades, as quais buscar-se-á ampliar frente as condições sociais e institucionais dadas. São casos em que o psicólogo dispõe-se a interromper seu fazer cotidiano e abrir espaço para o pensamento, para *a práxis*. Esta atitude trará conseqüências significativas para a qualidade do trabalho realizado. No relato destes psicólogos, que esperamos ter alcançado ao longo deste capítulo, percebemos presente o diálogo com os valores que se dispõem a defender, um outro modo de olhar para seu público, desconstruindo estereótipos. Encontramos ainda a atenção para o modo como se propõem a agir, e um sonho, posto ao lado de uma visão realista do alcance e das possibilidades de sua ação – atitude mantida mesmo que às expensas da frustração diante dos limites postos, com a qual não raro estes psicólogos terão também de se haver.

6. REFLEXÕES FINAIS

Não queria recebê-la, e custava-me recusá-la. Olhei para o mestre, que continuava a ler, com tal interesse que lhe pingava o rapé do nariz. – Ande, tome, dizia-me baixinho o filho. E a pratinha fuzilava-lhe entre os dedos, como se fora diamante... Em verdade, se o mestre não visse nada, que mal havia? E ele não podia ver nada, estava agarrado aos jornais, lendo com fogo, com indignação...

Machado de Assis, *Conto de Escola*.

A atuação das organizações não-governamentais acontece em um contexto bastante específico – de crise do sistema educacional – que acompanha os desenhos de uma nova ordem mundial. A agenda que até então colocava o Estado como responsável por oferecer oportunidades iguais a seus cidadãos, especialmente na área da educação, será redefinida em novas bases, pautada pela crise financeira do sistema público. A exacerbação do individualismo, postulada pelos discursos que acompanham o novo cenário global, fará a educação assumir novos papéis, tanto do ponto de vista econômico – uma vez que destinada a preparar os indivíduos para a disputa do mercado de trabalho, e as nações para concorrência pelo desenvolvimento científico e tecnológico – quanto do ponto de vista político – uma vez que os “cidadãos” tornam-se exclusivamente responsáveis por uma participação “autônoma” no sistema democrático. Embora a

missão anterior atribuída à educação não tenha sido cumprida, advêm-lhe novos papéis, que continuam a fazê-la determinante critério de exclusão. A constatação de que não é suficiente preparar pessoas para um mercado de trabalho cada vez mais encolhido, ao invés de fazer retornar à esfera do direito em si e dos aspectos humanos que fazem particular o processo educacional, pelo contrário, torna a educação depositária de novas e pragmáticas finalidades de legitimação da ordem.

A constatação de que o Estado mostrou-se incapaz de exercer a tarefa de propiciar “educação para todos” servirá de argumento para a defesa de um modelo que lança à sociedade civil – imbuída assim de um inovador espírito público – as responsabilidades pelo provimento educacional. A “sociedade” será vestida para a festa com um bonito conjunto de qualidades: iniciativa, agilidade, boas intenções, responsabilidade, positividade. Logo, basta a ação, quantitativa, para a solução dos problemas sociais, que a despeito do fomento ao novo modelo, agravam-se a cada dia. Propõe-se, assim, uma espécie de trabalho de Sísifo: mais trabalho social, para combater os cada vez maiores problemas sociais emergentes.

A solidariedade, valor intrínseco à democracia, transmutada em responsabilidade social, será, a despeito do protesto de seus defensores, empregada para retirar as ações de resgate à população excluída do campo político da esfera comum. Isso vem acontecendo, no Brasil, num mesmo momento em que o agravamento da crise econômica – e da crise sindical que a acompanha – passa a apontar para novas necessidades de ação na área social. As organizações não-governamentais, assim, surgem e crescem numericamente no país, ocupando rapidamente o terreno dessa ação, sob o véu de uma elogiosa sensibilização da sociedade para com os desvalidos e de

interessantes propostas para a solução de nossas mazelas. As ONGs despontam cercadas de muitas intenções ocultas.

As organizações não-governamentais irão contribuir para a legitimação do discurso hegemônico, que fará delas símbolo do bom mocismo de uma sociedade afirmada ingênua, indelevelmente conduzida pelos descarrilos de governos historicamente incompetentes e mal-intencionados, ao mesmo tempo em que se encarregam de ocupar efetivamente espaços na terceirização do atendimento social prestado por um Estado economicamente enfraquecido.

O rearranjo do atendimento social regido por uma nova filantropia produzirá caminhos associados a interesses diversos, caracterizados pela ausência de parâmetros transparentes para o relacionamento (bem maior do que reza o discurso) entre o governo e as ONGs e, na área da educação, pela ausência de um projeto educacional consistente, de longo prazo e democraticamente estabelecido, capaz de que trazer norte à ação dessas organizações.

A forma de atuação das organizações não-governamentais seguirá uma configuração determinada, de caráter sobejamente técnico, em detrimento de uma ação apoiada em movimentos populares, mesmo quando originadas a partir deles. Isso, apesar de suas intenções – delimitadas pela própria missão democrática, da qual as ONGs se tornam agentes – possuírem caráter político fundante, pautado na defesa de direitos. O papel político das ONGs faz-se necessário mesmo para diferenciá-las da iniciativa privada, conforme apregoadado.

A diferenciação entre técnica e política, enfatizada pelo anúncio do interesse público, sem espaço delimitado possível na sociedade civil constituída sob o sistema

capitalista, uma vez que artificialmente construída, vai perdendo relevo ao confrontar-se com a prática. É emblemático o caso de uma das organizações estudadas em que não encontramos sequer a preocupação do anúncio de práticas militantes, ou seja, excetuando-se o fato de auto-proclamar-se não-lucrativa, as características apresentadas pela ONG a tornam símbolo de como opera uma organização privada exemplar.

Uma vez que as aqui chamadas organizações não-governamentais disputam não apenas conceitos, mas espaços próprios de ação que as caracterizem e lhes dêem forma, acabam por deparar-se com diversos outros atores sociais. Perante a Igreja, será necessário opor ou complementar atribuições civis. As ações não-governamentais serão diferenciadas das práticas caridosas fundadas apenas em ideários religiosos. É dentro dos patamares democráticos, no campo da ação leiga, que as ONGs se farão defensáveis como substitutas da ação governamental. Há ainda que se diferenciar do governo e da iniciativa privada, como aponta o discurso, e também, conforme mostrou a pesquisa, da universidade.

As diferenças que guardarão da universidade dirão respeito, principalmente, ao caráter de maior aplicabilidade e inserção social que a prática das organizações não-governamentais pretende instituir. Critica-se a universidade por seu descolamento e alheamento frente às necessidades da sociedade, pelo rebuscamento de seu linguajar e pelo aparte entre a natureza teórica do conhecimento que constróem e veiculam em detrimento de uma prática efetiva ou intervenção. Na área educacional, essa crítica terá diversos desdobramentos. Assim, os flancos abertos de uma falta de compromisso na história da universidade brasileira com a melhoria das condições de ensino nos

patamares anteriores abrem terreno e justificam o anúncio de uma concomitante produção de conhecimentos, divulgação e atuação engajada das ONGs.

A crítica, da qual as ONGs se tornam porta-vozes, de que a universidade apresenta-se incapaz de conciliar pesquisa e intervenção, poderá ser considerada em diferentes sentidos. Estes sentidos se relacionarão aos diferentes significados atribuídos à palavra intervenção. Ao ser tomada como “elo perdido” entre o conhecimento científico produzido e a sociedade, temos uma falaciosa apropriação do conhecimento para a afirmação dos diferentes degraus construídos entre a prática e o saber, como defesa de um pragmatismo inócuo. Por outro lado, a defesa da “intervenção” assume o sentido de uma cobrança dirigida à universidade pela realização de pesquisas capazes de relacionar-se às lutas e necessidades da população oprimida; e pela ocupação do espaço vazio, até hoje desinteressante à academia, existente no campo da extensão universitária.

Na busca pela delimitação de seus papéis sociais, as ONGs encontrarão finalidade ao portar a promessa de trazer solução aos graves problemas sociais enfrentados pelo país, dentre os quais destacam-se os problemas educacionais. O discurso porém torna-se ambíguo, na medida em que a finalidade pública, comum, será realizada, intencionalmente ou por força das circunstâncias, fora do campo de ação político, por meio da venda de serviços técnicos na área social: transação comercial essencialmente privada, independente de quem sejam os financiadores das tarefas executadas e de qual o caráter de seus gestos.

A ambigüidade do discurso irá refletir-se de diferentes maneiras nos vários modos de ação das ONGs: na relação com o governo, nas formas de atuação escolhidas, na relação com o público atendido, e também no trabalho dos psicólogos, que se

depararão com papéis sociais diferentes e exigências profissionais muitas vezes conflitantes.

Observamos, a partir da pesquisa, que algumas ONGs absorvem prontamente as atribuições que lhe reservam o discurso, bem como sua promessa, embora permaneça delegado ao Estado o papel de responsável pelo problema. São motivadas por interesses diversos, de modo que os grupos sociais que dão origem e sustentação à organização importarão sobremaneira na qualidade de sua ação e mensagem.

A missão institucional das ONGs, traduzida como defesa da educação pública, apresenta-se sob a forma de solução técnica e quantitativa. Na relação com o governo, a atuação destas organizações irá figurar como alternativa à ineficiência, oferecendo a mão donde surge ao mesmo tempo contraposição e ajuda, tecnicamente fundada, passível de contratação terceirizada ou de subvenção fiscal. A crítica apresentada frente à atuação governamental será feita de um ponto de vista aparentemente neutro, orientada sobretudo para três aspectos: o mal uso do dinheiro público (uso incompetente, perdulário ou corrupto); a “falta de vontade política”, denominação genérica para o que é considerado uma priorização equivocada dos gastos públicos, os sociais especialmente; a falta de competência técnica na administração e execução dos programas. Assim, o ponto de vista dessas organizações coincide com uma pauta empresarial, que defende a diminuição dos impostos associada à melhor aplicação dos recursos governamentais, para os quais a atuação destas ONGs aponta fórmulas.

Os problemas sociais, desta feita, parecem reduzidos a uma questão administrativa: basta sermos eficientes e fazermos mais para resolvê-los. Se concordamos com a crítica que, de fato, há muito a ser melhorado no campo da gestão

pública, principalmente no que se refere a recursos financeiros, decerto não podemos condensar a problemática social em aspectos meramente administrativos: isto seria tomar por causas os fins. A história nos mostra que a invasão do público pelo privado, e não o contrário, funda nosso governo e sua relação com os cidadãos. Assim, a “responsabilidade social” que será manifestada por intermédio de ações sociais e educativas, é preciso ressaltar, não pode coexistir com uma desresponsabilização política de grupos sociais e econômicos, que figuram benemeritamente financiando ONGs, perante males historicamente produzidos.

A diferença na atuação destas ONGs será expressa na via de acesso ao governo – e conseqüentemente ao poder – escolhida: ocupando espaços públicos de debate, participação ou representação política; através da imprensa (ambos meios para se veicular idéias e angariar conquistas, assumida a paternidade do segmento social que as ONGs representam); ou por meio de contratos para projetos e da realização de acordos de gabinete.

As organizações de menor porte, neste aspecto, encontram barreiras a transpor inversamente proporcionais ao seu tamanho. As vias de acesso a financiamentos, que continuam em grande medida em mãos governamentais, são abertas quando as ONGs mostram-se capazes: ou de exercer pressão sobre o governo – como resultado do poderio econômico ou de uma capacidade de mobilização social – ou de atender a programas que contam com a expressa anuência dos governos.

A ausência de um projeto global de enfrentamento da exclusão persiste. São premiadas iniciativas que desrespeitam os direitos dos trabalhadores, barateadas por conta da ausência de investimentos na área, uma vez que o Estado passa a custear apenas

projetos ofertados e realizados (em que não se pese, claro, os desvios gerados pela corrupção), eximindo-se da implementação de uma política concatenada de investimentos sociais. A “descentralização” na gestão do atendimento, assim, só ocorre enquanto o aparato de governo se revela incapaz de exercer uma fiscalização e um controle substantivo (e não apenas burocrático) dos projetos que subvenciona – dificuldade maior dado que a relação estabelecida entre o governo e as ONGs encontra-se fora de um planejamento efetivo de atuação nas áreas sociais. A atuação educacional acaba, então, expressa por um misto de focalização da atenção social com o anúncio de uma universalização do acesso à educação que não se concretiza.

Outras organizações não-governamentais conseguirão escapar à promessa e aos atributos que lhes foram tão esmeradamente destinados de dois modos. Ou de uma espécie de “antropofagia”, por meio da qual assume-se a tarefa, mas não o discurso, que será transformado em reflexão e subversão política; ou de um firme agarrar-se às raízes, histórias pessoais e de grupos, de onde se origina a motivação e a prática militante, transformados em missão institucional. Os caminhos percorridos na constituição e na trajetória da ONG irão refletir continuamente os compromissos assumidos.

Nessas organizações, a responsabilidade social, verdadeiramente expressa em práticas comprometidas com a emancipação, ao apontar contradições e desigualdades econômicas encontra inúmeras dificuldades para obter sustentação financeira. As sucessivas recusas e transformações nos projetos que relataram os psicólogos entrevistados mostram-nos que denúncia e reflexão não possuem apelo de marketing, exceto quando encerradas em limites sabidamente definidos a priori. A atuação política das organizações há de ser, então, ou secundária, custeada por meio de outros projetos

“rentáveis”, ou camuflada, realizada enquanto metodologia de ação direta, nas esferas mais cotidianas das instituições nas quais a ONG se propõe a agir. Devemos destacar que, nas ONGs que se encaixam nessa última situação, os recursos para as atividades realizadas era obtido quase que exclusivamente na relação direta com o poder público. A estas ONGs restará também a venda de conhecimentos técnicos, caso em que a diferença de posicionamento, postura e de relações propostas com o público atendido tornará atrativos como métodos de atuação social eficiente.

A ambigüidade persistirá como fio condutor da ação não-governamental.

Sob a concorrência imposta pelo crescente mercado não-governamental, constitui-se uma esfera própria de relações comerciais e políticas. As ONGs irão diferenciar-se neste mercado a partir de seu gabarito econômico ou de sua notoriedade técnica. Disputa-se financiamentos junto aos governos e à iniciativa privada, sobretudo junto às grandes empresas. Algumas ONGs financiam-se mutuamente, embora haja uma certa linearidade, cada vez mais rígida, no caminho percorrido pelos recursos captados, onde as organizações internacionais, seguidas das grandes organizações nacionais, exercem maiores influências.

O desejo, portanto, é de colocar a ONG cada vez mais presente em sua área de atuação. Ao vender conhecimento técnico, as ONGs fazem de sua ação também meio de divulgação para suas realizações. A divulgação torna-se, dessa forma, central na atuação das ONGs não apenas para garantir eco a suas idéias, mas como garantia de sobrevivência financeira e de legitimação, um modo de apresentá-las como referência em suas respectivas áreas. A divulgação realiza-se sob várias formas, mais ou menos agressivas, e irá permear a inserção da ONG em diversos espaços políticos comuns, em

congressos, fóruns, na mídia, bem como sua forma de atuação educacional, influenciando na decisão de se realizar prêmios e publicações, dentre outras.

A educação aparece como uma das áreas de maior interesse para a ação não-governamental. O atendimento educacional prestado pelas ONGs mostra-se consistente com o papel político que almejam individualmente sob este cenário. É importante destacar, então, que mesmo ao declarar-se essencialmente técnica, a ONG sempre mostra intenção de exercer alguma influência nas decisões governamentais relacionadas à educação, seja para encontrar representação ou participação política ou simplesmente para alcançar mercados.

A atuação das ONGs será voltada, de modo direto ou indireto, para a rede pública de ensino, realizada não como prática de ensino formal, mas no apoio a este, por meio de projetos culturais, de educação para a cidadania, de prevenção e saúde, dentre outros, destinados principalmente às crianças e aos adolescentes, com especial atenção à formação de professores.

O atendimento indireto é sempre uma opção financeira interessante para a ONG, e também para quem a financia – o governo, no caso –, por terceirizar (mais uma vez, quando o governo aparece como financiador primeiro) a atividade mais pesada e dispendiosa de execução da tarefa, ao mesmo passo em que divide responsabilidades e custos com a organização fim. Quando voltado à formação de professores, o atendimento indireto também parece eficiente ao atingir agentes “multiplicadores”, que em tese aplicarão os conhecimentos obtidos na melhoria da qualidade do ensino para o grande contingente de alunos com os quais trabalham, sem que se mexa nas condições estruturais da escola que os abriga.

Justificadas por um diagnóstico superficial, que repõe explicações turvas para o fracasso escolar, muitas ONGs atuarão junto a um professor apontado como co-responsável pelo descalabro educacional. Apresentado como mal-escolarizado, mal-remunerado e desmotivado – características de um funcionário público conformado - afirma-se que o professor é incompetente para educar os difíceis alunos pobres, favelados, oriundos de famílias desestruturadas. “Favelizados” junto com seus alunos e sua escola pública, normalmente esquecidos partícipes, os professores tornam-se, entre o temor diante da imposição estranha e a gratidão pela ajuda recebida das ONGs, espécies de “mendigos da educação”. A ajuda não-governamental virá, nesse cenário, muitas vezes de forma autoritária, buscando “recuperar” nesses professores uma capacidade de educar, por meio de projetos recheados de conceitos pedagógicos “modernos” e técnicas inovadoras de ensino e aprendizagem.

A autoridade esvaída do professor abre espaço às propostas de horizontalização da relação entre professor e aluno, como se os alunos fossem capazes de aprender por si, e os professores fossem meros facilitadores dessa aprendizagem. Abandona-se os alunos a sua própria sorte, rompe-se o vínculo da tradição.

A tarefa postulada de antemão não comportará o atendimento de problemas estruturais que atingem a escola. Problemas de aprendizagem, por exemplo, serão considerados irrelevantes, ou melhor: problemas particulares, de responsabilidade exclusiva dos professores da escola e de seu corpo técnico, consequência da má formação reinante.

No caso das ONGs que prestam atendimento direto, as relações com o público ao lado do qual trabalham, assim como os trabalhos que os psicólogos realizam, diferem

substancialmente daqueles implementados por ONGs de atendimento indireto. A proximidade da relação estabelecida entre os psicólogos das ONGs estudadas e os alunos, pais, professores e funcionários da escola ou da instituição em que atuam, oferece, aos profissionais atentos, contraponto a muitas das disposições ideológicas anunciadas. Os diversos atores encontram, na convivência mútua, possibilidade de localizar-se ante o contexto educacional, social e institucional em que se encontram. O trabalho dirige-se à recuperação do papel social do qual esses atores se vêem destituídos nas instituições educacionais, inclusive os professores. O tempo de permanência da ONG na escola contrapõe-se à rapidez e à concisão de uma Pedagogia apoiada em projetos.

O “projeto” está intrinsecamente relacionado ao discurso e ao modo de ação das ONGs. Projetos educacionais são necessariamente temporários, programados com objetivos bem definidos e custos otimizados, por vezes curtos, a-históricos. Como técnica pedagógica, sua forma sobrepõe-se ao conteúdo, que por sua vez sobrepõe-se às pessoas. Os projetos, ou também chamados “empreendimentos sociais”, elaborados com base em uma ciência que lhes dá propriedade e eficiência, são apontados como solução para problemas das mais diversas naturezas, inclusive para a correção de mazelas sociais. Vemos, então, esses projetos redefinirem critérios de exclusão com base na capacidade dos grupos excluídos elaborarem projetos capazes de alcançar bons financiamentos...

Projetos comportam pressupostos educacionais bastante divergentes. São adequados ao marketing social, dão espaço à iniciativa das empresas e fundações empresariais que desejam associar sua marca a práticas sociais. Justificativa pedagógica,

então, sempre se encontra, inclusive para uma revolucionária incursão de novas tecnologias, exemplificada com a elaboração inovadora de sites com conteúdos educativos, capazes de promover intercâmbios culturais, ícones da modernidade a alcançar nosso sistema de ensino. Exemplo que bem cabe nas palavras de Olgária MATOS (1997): sob os sentidos inéditos da trilogia humanista, a fraternidade passa a ser entendida como “convivência virtual”...

A prática educacional dos projetos é, por excelência, a oficina. A oficina abre leques de assuntos variados, comporta características flexíveis de tempo, metodologia e público. O trabalho é pontual, e as reflexões não contam com maior espaço para aprofundamento. Complementam-se ao ensino tradicional, admitem programas de treinamento, figuram no centro ou complementando um projeto, como seu braço educacional interventivo.

A multidisciplinaridade elogiada, colocada como diferencial a uma universidade acostumada à fragmentação do conhecimento, poderá ser compreendida sob os mesmos parâmetros que avaliam sua configuração acadêmica. Projetos, oficinas, a multidisciplinaridade são atravessados, então, pelas perguntas: em que medida estes se constituem apenas como novas técnicas? A serviço de quê, ou de quem são apregoados? Sob o signo da concorrência, prêmios colocam ideais educacionais como desafio à competência de outras organizações, seus pares. Estímulo a práticas estipuladas por atores externos, embutem em seu escore o sofrimento dos que não o alcançam. Concorrência, aceleração: a educação é turbinada, como uma grande engrenagem em movimento, capaz de, assim como as máquinas da produção fabril, dobrar o homem ao seu ritmo.

De um modo geral, a atuação das ONGs na área da educação oferece soluções pontuais ou localizadas de enfrentamento aos problemas do ensino público. As ONGs ocupadas de uma maior reflexão sobre sua prática encontrarão grandes obstáculos para implementar suas propostas sob as condicionantes de financiadores, das instituições que lhes dão abrigo e também dos instrumentais que trazem à mão. Limites, imposições e até mesmo boicotes de diversas ordens, extremados sob a ameaça permanente de diversos “nãos”, deixarão às ONGs perspectivas muitas vezes restritas de colaboração com seus “parceiros”. Além dos próprios conflitos institucionais, aparecem, explícitos ou latentes, os conflitos com o poder econômico e com o poder público.

Encontramos as possibilidades de uma ação educativa transformadora, então, no empenho, experiência e criatividade dos profissionais que atuam nas ONGs. Florescem quando, firmemente posicionados ao lado do oprimido, conseguem aproveitar-se das brechas oferecidas dentre as rígidas regras de poder e mercado – que impõe maiores ou menores limites – para realizar trabalhos de reflexão conjunta, verdadeiras trincheiras a exigir trabalhos árduos e propósitos firmes.

São encontradas, então, fórmulas para contrapor os poderes instituídos, desenvolvendo práticas cheias de significados, revalorizando as pessoas, desenvolvendo novos conhecimentos, criando espaços de debate e construindo alternativas conjuntas, consistentes, belas.

É na reaproximação com os movimentos sociais ou no envolvimento direto com o público com o qual se realizarão os trabalhos que encontramos possibilidades para a criação, a superação das condições que dificultam a práxis. Esta aproximação faz comum o grande empenho com o qual os psicólogos dedicam-se ao seu trabalho. O

trabalho é muito, exige reflexão constante e os embates são rotineiros, diários. As possibilidades de ação para o trabalho do psicólogo se farão mais ou menos restritas em virtude das características institucionais operantes no local onde atuam ou na própria ONG.

De um modo geral, os psicólogos encontram maior espaço para a atuação, paradoxalmente, nas ONGs que possuem menor esfera de ação. Aí, livre das amarras organizacionais, construindo novas formas de trabalho, os psicólogos alcançam maior liberdade para inaugurar relações e olhares com as pessoas que constituirão o público de seus projetos. Nas organizações de maior tamanho, embora os psicólogos não figurem como meros executores, seu campo de ação é, em grande parte das vezes, restringido pela centralização que a divisão de poderes configura em seu interior.

O diálogo estabelecido entre os profissionais e as ONGs será permeado pelos projetos políticos anunciados e desenvolvidos pelas ONGs em que atuam. Projetos que sempre aparecem, coesos e coerentes, norteando a atuação de cada organização e de seus profissionais na área educacional. Assim, a menos que esses projetos contemplem a participação dos funcionários e/ou do público em sua gestão e definições, eles tornam-se amarra poderosa, frente à qual os psicólogos parecem muito pouco potentes.

A coincidência entre as concepções educacionais das ONGs e dos psicólogos será uma constante nos depoimentos. As características militantes do trabalho realizado pelos psicólogos embutirão os dilemas de uma atuação profissional que se procura instituir em meio à ambigüidade de papéis onde se tenta consolidar a ação não-governamental. Diante de um engajamento profissional necessário, parece chegado um

momento em que não basta ao trabalhador vender sua força de trabalho, é necessário que ele venda também suas convicções.

Se no campo da atuação educativa as ONGs figuram portando a promessa de solução para os problemas da educação no país, no campo das relações de trabalho as ONGs surgirão portando a promessa de emprego, valiosa manchete em um mercado de trabalho escasso, e ainda, são uma possibilidade de associar lucro com boas intenções e produção de conhecimento com intervenção direta, oferecendo relações amistosas de trabalho, maior liberdade e flexibilidade de jornada e satisfação profissional. Dessa maneira, ilusões de variadas naturezas vão atingindo os profissionais que buscam alternativas de trabalho nas ONGs, como se estas tivessem sido postas fora dos moldes que efetivamente caracterizam o trabalho no mundo atual.

Ao constituírem-se como substitutas da ação governamental em determinadas áreas, as ONGs oferecem vagas a profissionais liberais, sobretudo voltados para uma atuação social, que se faziam cada vez mais raras nos órgãos de governo, e até então escassas nas empresas privadas. A ampliação do mercado de trabalho neste campo surge no sentido de oferecer alguma cobertura diante do enxugamento da máquina estatal. As demais promessas vêm embaladas pelo canto da sereia da flexibilização das relações de trabalho propostas em todos os níveis como fórmula para a redução dos direitos dos trabalhadores e conseqüente redução do “custo país”.

Os psicólogos se lançarão nessa seara com a convicção de cumprirem um papel social importante na área educacional. Convicção esta que faz com que se sujeitem a condições de trabalho bem menos interessantes do que o anúncio, que eles muitas vezes esforçam-se para fazer coincidir com a realidade. A essas condições de trabalho, o

voluntarismo soma-se como ingrediente, reduzindo os salários oferecidos aos profissionais da área social e entrelaçando-se ao discurso do “basta fazer mais”, que desvaloriza o trabalho que os psicólogos almejam realizar com qualidade. A responsabilidade em assegurar direitos trabalhistas é transferida direta e individualmente aos trabalhadores, que passam a buscar junto à iniciativa privada, quando seu nível salarial permite, planos de saúde e previdência capazes de oferecer alguma salvaguarda para as situações em que estejam impossibilitados para o trabalho. O reconhecimento dos direitos dos trabalhadores e dos deveres das organizações será afirmado apenas quando as ONGs, dispondo de suficiente constância de recursos, utilizam a regularidade destas relações como componente de seu marketing social. Ou, de outra maneira, quando as ONGs estabelecem relações de trabalho “pessoalizadas”, em que o vínculo de trabalho aparece reforçado por uma estreita comunhão de objetivos entre a organização e seus profissionais. A irregularidade do trabalho “por projetos”, se não chega a causar a sensação de instabilidade profissional, justifica a pessoalização das relações trabalhistas. Essa informalidade transmuta-se em liberdade, e, num círculo vicioso, passa a ser necessária ao psicólogo diante das constantes exigências – de aprimoramento profissional, comprometimento, excesso de trabalho e, também, de busca por outras fontes de rendimento que complementem a baixa remuneração oferecida em alguns casos.

Se os sacrifícios exigidos de um trabalho militante fornecem recompensa ao esforço empregado, a adesão frente às teses apregoadas por algumas ONGs, ou a simples reprodução de práticas irrefletidas, porém, surpreende em algumas situações, a ponto de fazer pesar a constatação de que o sentido social que o psicólogo deseja emprestar a seu

trabalho, em muitos casos, perde-se em meio a convicções ideologicamente postas fora de lugar. Simultânea e coerentemente à nossa inefável condição social e suas contradições, assistimos alegres a esforços dignos de enorme respeito, por meio dos quais os psicólogos alcançam resultados emocionantes e surpreendentes no campo de sua atuação profissional.

A diferença, encontramos nos momentos em que os psicólogos dispõem-se a ultrapassar a mera concessão de informações e desenvolvimento de técnicas, buscando pela superação dos rígidos papéis que se lhes permite desempenhar em cada instituição. Assim, os psicólogos, refletindo sobre seu trabalho, sobre as circunstâncias que o cercam, sobre as condições às quais está submetido e sobre as formas encontradas para fazer frente ao estabelecido, podem reencontrar-se com seus próprios sentidos. Conciliando a reflexão e o fazer, no enfrentamento às condições que geram o trabalho alienado, os profissionais conseguem apropriar-se do próprio trabalho e conduzir alternativas de atuação, encontrando na Psicologia não um conjunto de técnicas, mas auxílio para pensar e superar contradições.

Na relação estabelecida entre a ONG e a instituição onde opera, relações de poder por vezes inversas – de acordo com os modos de ação das diferentes ONGs – os limites ou possibilidades colocados ante a atuação do psicólogo levarão a variados caminhos. Chama a atenção a busca que se faz pelo melhor desenvolvimento dos trabalhos realizados, que conduz a uma necessária resistência, ou, em última instância, à construção de novas trilhas, como expressa uma das psicólogas: “olha, não tá dando

mais para plantar os milho aqui, então é melhor pegar os milho e plantar noutro lugar”²⁶. Busca-se enraizar o trabalho em solos férteis. Esses psicólogos não temem embrenhar-se por terrenos esquecidos pela “boa moça” sociedade, mas dispõe-se a trabalhar efetivamente pela inclusão de pessoas que, por meio de seu trabalho, podem vislumbrar alguma escolha, e, quem sabe, trazer sementes que possibilitem a todos nós superarmos a opressão que nos cerca.

Os limites éticos do trabalho realizado pelos psicólogos serão estabelecidos em proporcional relação às possibilidades de emancipação oferecidas nas diversas ONGs e instituições. A fertilidade desejada para o trabalho enraizado, se alcança apenas com esforço, ou, metaforicamente, no arado do solo. Mas o trabalho duro, necessário, não é suficiente. A atenção, o compromisso e a sensibilidade, que buscamos fazer escapar aos embotamentos de nossa percepção, precisam ser constantes, para que não se despeje suor em terreno de pedregulhos.

²⁶ Os “erros” de concordância forma mantidos no texto como forma de preservar as ênfases dadas oralmente pela entrevistada.

ANEXO A – ENTREVISTA COM PAULA

Paula trabalhava simultaneamente como psicóloga em uma ONG e como coordenadora em outra ONG, ambas incluídas no presente estudo.

Meu primeiro contato com Paula se deu por telefone, em dezembro de 2002. Na ocasião, ela encontrava-se bastante atarefada e às vésperas de suas férias, de modo que optei por retomar os contatos no mês de janeiro, quando conseguimos agendar a entrevista. Fui apanhá-la em seu apartamento e a trouxe até minha casa, onde realizou-se a entrevista. Ainda ao telefone, antes de apanhá-la, perguntei: “Você está preparada?”, ao que ela respondeu, em tom jocoso: “Por que, eu vou ter de fazer algum teste?”. Embaraçada, esclareci que não...

Embora eu tivesse optado por entrevistá-la devido ao seu trabalho na “ONG C”, em grande parte da entrevista ela dedicou-se a falar da “ONG D” – criada por ela e onde atua com grande paixão.

Após a entrevista, ela mostrou-me revistas da escola em que trabalha através da “ONG D” e um vídeo-clipe gravado na instituição em que atua por meio da “ONG C” – este último trata-se de um projeto financiado pelo Ministério da Saúde. E deixou emprestado um outro vídeo, um curta-metragem gravado na escola em que “a ONG D” atua, para que eu assistisse depois.

Paula mostrou muito orgulho das atividades que desempenha, e explicou com grande entusiasmo como foram feitos os vídeos, as dificuldades, as recompensas. Contou que em uma das instituições onde atua, por exemplo, apesar dos ótimos resultados alcançados, houve muitas dificuldades, principalmente devido à falta de

coordenação motora dos meninos institucionalizados. As impressões que tive desse vídeo são de que foi bem produzido, com esmero e dedicação, valorizando e mesclando ritmos brasileiros, em particular o rap e a toada de capoeira, de forma criativa e inusitada. As letras do rap desenvolvido eram bem escritas, e quase faziam esquecer o caráter preventivo relacionado ao projeto.

O curta-metragem era uma história narrada e encenada pelos alunos da escola em que atua através da “ONG D”. Embora eu não seja bastante apta a fazer uma crítica de cinema, percebi um filme muito bem elaborado. O enredo era interessante, a trilha sonora encadeava belas músicas clássicas, a edição trazia cortes precisos e até mesmo os letreiros impressionavam pela adequação e cuidado. O relato da apresentação do filme à comunidade e sua participação em um importante festival de cinema, mostravam o grande envolvimento dos alunos, da escola, dos pais, o crescimento da auto-estima da comunidade e aumento de seu potencial de realização como resultados do projeto e conquista das pessoas do bairro. No momento em que devolvi a fita de vídeo em sua casa, ante a pergunta sobre o que eu havia achado do filme, minha resposta elogiosa fez os olhos de Paula brilharem com grande alegria.

LUCIANA: Eu queria que você contasse um pouco do seu histórico profissional.

PAULA: Tá. Meus pais sempre atuaram em movimentos sociais, movimentos populares nas comunidades, e ajudaram a construir o bairro em que eles moram e que eu morei muito tempo, também, me constituí sujeito. Quando eu nasci, eu já nasci em movimentos sociais, depois que eu fui entender tudo isso. Tinha sete, oito anos eu já ia com a minha mãe na igreja, nas comunidades eclesiais de base, fui crescendo com isso, as pessoas se juntando, se organizando para atuar na comunidade, para discutir partidos, discutir política. E aí eu fui atuando, fui crescendo com isso, com grupos, com jovens, trabalhos em favelas. Eu morava na periferia, também, de São Paulo, e aí com quinze, catorze anos eu já estava atuando, na verdade, coordenando grupos, dirigindo trabalhos, organizando movimentos. Foi interessante porque, na verdade, eu fui atuando, e na época eu era jovem demais, lia algumas coisas, não tinha muito contato ainda com Paulo Freire, por exemplo. Foi na faculdade que eu fui entender como a gente já agia com o método de Paulo Freire mesmo sem saber, conversando com as pessoas. Eu trabalhei durante bastante tempo na comunidade, trabalhei um tempo na escola da comunidade, na escola pública, eu atuava lá. Então, eu conhecia os alunos, eu me situava ali. Aí, fui fazer faculdade e me distanciei dos trabalhos de lá. Aí eu fui fazer faculdade e um pouco antes eu saí um pouco de lá e fui fazer outras coisas, na verdade. Tem um divisor de águas da periferia pra cidade, você atravessa o rio Tietê é outro mundo. Daí eu fui descobrindo um monte de outras coisas que lá não tinha, atividades culturais... não tem nada lá. Daí eu comecei, após a faculdade, eu queria conhecer, queria entender muitas coisas que eu tinha feito. (interrupção pela passagem de um vizinho na porta) Eu fui me distanciando um pouco dos trabalhos porque eu comecei a estudar mais, estudava fora de lá, algumas coisas que eu fazia de pintura, de arte, não tinha lá, eu me distanciei um pouco dos trabalhos. Mesmo morando lá, eu me distanciei da comunidade para estudar, mas esse percurso, esse trabalho com adolescentes da periferia sempre me interessou. Eu fui trabalhar com adolescentes. Trabalhei numa favela lá na *Avenida*²⁷, com meninos também, durante um tempo. Depois trabalhei em órgãos públicos...

LUCIANA: Isso durante o período em que você estava na faculdade?

PAULA: Na faculdade. Mesmo durante o período em que eu estava na faculdade, de adaptações, eu trabalhava na *Empresa pública*, eu trabalhei na *Empresa pública*, eu já estava ligada a esse trabalho, a minha questão era essa. O uso da faculdade, também da Psicologia. Eu peguei um período de professores muito bons em Guarulhos, depois o ensino foi ficando muito ruim, muita coisa que eu ouvia não conseguia ver aquilo dentro da realidade, mas ‘o que eu vejo na comunidade não é isso, que história é essa?’. Né, o ensino muito distante da prática, a coisa muito forte da faculdade de teste, teste prá lá, teste prá cá, teste PMK... aquilo foi me irritando muito, aí eu mudei de faculdade, foi a minha salvação, porque eu conheci professores psicanalistas que me apresentaram intervenções possíveis de trabalho. A Psicanálise possível, a escuta próxima de qualquer

²⁷ Alguns nomes próprios serão substituídos no texto da entrevista por termos genéricos grifados em itálico, de modo a preservar os partícipes da pesquisa, conforme exposto no Capítulo 3. Os nomes de pessoas serão todos trocados por nomes de mesmo gênero.

classe, de qualquer espaço. Isso para mim foi muito bom, tanto que são pessoas com quem eu tenho contato, faço interlocução até hoje dos trabalhos. Aí, eu estava trabalhando no órgão, estava na *Empresa pública*, mas foi um período também em que eu sentia que eu sabia trabalhar com as pessoas. Eu fui procurar a Psicologia por isso. Eu preciso entender melhor os grupos, eu gosto de trabalhar com as pessoas, eu gosto de atuar com as pessoas. Quando eu trabalhava em CEBs, eu atuava em CEBs, eu cheguei a ser Ministra da Palavra, coordenava, super evangélico, fui lá e tal, reunião dos ministros, várias pessoas que também decidem, que também ministram a celebração da missa. Então – muito interessante da gente trabalhar. Mas aí, esse período da *Empresa pública*, eu parei um pouquinho também porque eu sabia que eu gostava daquilo, mas eu estava cansada do trabalho social, porque é um trabalho que cansa muito, dentro das instituições, sempre com as dificuldades de dinheiro, tal, tal, tal. Aí, eu deixei um tempo de dois anos, três anos desse trabalho. (pequena interrupção para que Paula atendesse ao telefone celular). Essa área social dos meninos é que eu gostaria, eu queria atuar, entender melhor. Aí, saí da *Empresa pública* e voltei, na verdade, a fazer um curso que eu já tinha começado a fazer, que já era uma marca minha, fui trabalhar com adolescentes em situação de rua na *Associação* de São Paulo. Os meninos estavam em situação de rua, muito deles estavam fora da suas famílias e moravam, acabavam tendo a rua como casa, como o espaço deles, o espaço público que eles acabavam habitando. Eu fiquei dois anos na *Associação*, trabalhando lá... Qual era a pergunta mesmo?

LUCIANA: Do histórico...

PAULA: Eu fiquei dois anos na *Associação* e aí só fez acentuar...

LUCIANA: A *Associação* não funciona como ONG?

PAULA: Não, é uma associação, é uma associação. Eu fiquei dois anos na *Associação*, e junto com isso eu já fui pensando em pesquisa, já fui pensando em entender melhor essa questão, a delinquência, que é uma questão que eu tenho. Quais são as possibilidades de intervenção com os jovens na delinquência? O trabalho na *Associação* foi um trabalho difícil, mas muito bonito, porque eu fui aprendendo a intervir com os meninos. Eu os atendia na rua, então atender na rua, ‘como é que é atender na rua?’ Eu ia conversando com eles e tentando escutar muito o que eles falavam. Eu fui percebendo que era possível atuar ali, naquele espaço, na calçada, na rua, era possível provocar ali algo do pouco do sujeito que tinha, que havia ali naqueles meninos. Isso foi sendo o norte para mim. Fui fazendo oficinas com eles, fui na casa. A *Associação*, a casa, funcionava assim: tinha uma equipe técnica, que era eu, a assistente social, o grupo de advogados e a coordenação geral. Depois de alguns meses eu fiz parte dessa coordenação geral junto com os educadores, que saíam e iam fazer contato com os meninos.

LUCIANA: Esse trabalho era remunerado?

PAULA: Era remunerado. E a tentativa era assim: os meninos da rua tentaram se meter, a gente pegava o endereço, que era o espaço da oficina. A busca de endereçamento, na verdade. Para ver o que dali poderia sair, se poderia voltar para o endereço – o que

poderia acontecer, a gente não sabia. Mas era uma aposta. Aí, ficamos lá dois anos. Senti que o trabalho foi empobrecendo um pouco. Acho que tem um grave, grave... acho que isso é construído historicamente, do que é o trabalho social no Brasil, do trabalho assistencialista, acho que as ONGs caem num erro enorme quando começam a oferecer um trabalho pobre porque o trabalho é para pobre. Acho que isso é um grave erro. Os meninos já conhecem o que é feio. Quem gosta... quem já viveu a miséria não quer saber dela. Acho que tem que oferecer o que é bonito, mostrar outras coisas para esses meninos. Eu lembro de um menino, ele foi ao *Museu*... a gente. Vivia na rua durante anos, e aí um dia ele chegou na casa vinte, que era o espaço onde eles ficavam, e começou a pintar a casa de luz. Eu vi aquilo e sabia que os educadores iam achar um absurdo, imagina pintar a caixa de luz. E eu fui conversar com ele: 'E aí, o que você está fazendo?' 'Ah, estou pintando.' Aí aconteceu uma coisa lá, com outro menino, que eu tive que sair. E o *Jeremias* ficou, pintou até umas tantas lá. Na semana seguinte, o *Jeremias* voltou e falou: 'Tia, eu vou terminar a minha pintura.' Eu falei, 'oba, pintura, isso está ganhando corpo!'. Mas, era um absurdo pintar a caixa de luz (risadas). Mas, eu dei corda para ver no que é que ia dar aquilo, "minha pintura" parecia uma coisa bastante interessante. Aí eu me aproximei dele... Na época, o trabalho estava meio sem rumo, então, para mim era muito claro, já que o grupo não tem proposta, ele tem. E se ele tem, ele que desenvolva, né? (risos) E aí, eu falei: 'Mas *Jeremias*, o que você está fazendo, que pintura é essa?' Ele falou: 'Sabe o que é, é que eu quero ser pintor, igual àquele do *Museu*.' Então, olha só, olha só. Essas experiências foram me dizendo um caminho, trabalhar com arte, cultura. É um caminho de organização, do que quero ser, do que posso ser. Aí fiquei na *Associação* durante um tempo, achei que o trabalho começou a cair numa coisa muito de "pão e circo", uma proposta assistencialista, complicada, um pouco. E o trabalho das entidades, eu acho que é uma demanda muito grande, todo mundo pede, e é agora pra já, é agora pra ontem. Os meninos também pedem, eu brinco até que é uma boca aberta, que nunca fecha. Eu acho um grande equívoco das instituições querer atender tudo, não tem que atender. Tem que escutar primeiro o que esses meninos estão querendo dizer. Muitas vezes, pede uma coisa e quer outra, não é aquilo que está pedindo. Alguns pedem dinheiro na rua, você quer conversar e eles querem falar de outra coisa, e não de dinheiro. Eu acabei saindo de lá por conta de isso, também. Acho que o trabalho da entidade, por conta de muitos pedidos, fica nesse fazer pelo fazer, e não fazer, refletir e fazer. Paulo Freire já falava disso, é importante fazer e saber o que está se fazendo. Isso é o que me incomoda bastante em algumas entidades; e a *Associação* estava se distanciando um pouco desse processo de reflexão do trabalho, e aí começa a empobrecer o trabalho. Daí, saí de lá e fui trabalhar onde? Na época, eu fazia um trabalho já com meninos de vários grupos de hip-hop da periferia de São Paulo, que é um *projeto*. A *ONG* me convidou para participar da criação, na verdade, desse projeto, e convidou para ajudar a pensar isso. Aí, montamos vários trabalhos, várias intervenções, com vários meninos, foi muito interessante. Tinha um tema, e em cima desse tema nós discutíamos, fazíamos um encontro com vários meninos, sempre tentando discutir, pensar, refletir. Ajudá-los também. Muitas vezes eles vêm carregados de preconceitos, com medo de ousar, porque estão num lugar da periferia em que às vezes atravessar o rio dá medo, então ficam na periferia. E a idéia do grupo era, acho que na verdade era um grupo de manos e academia, manos e academia juntos na mesa, discutindo, pensando. Eu fiquei dois anos, eu acho, nesse trabalho,

fizemos várias intervenções: Carandiru, uma aconteceu lá numa escola pública, na *EMEF*, no *Bairro* (mesma escola em que ela hoje atua através da “ONG D”), um trabalho muito bonito. Fui fazer com os meninos. E nesse mesmo momento veio um convite para participar da “ONG C”, que é o projeto em que eu trabalho hoje. Na época em que eu trabalhava na rua com os meninos já era um desejo muito grande meu, até porque era um bairro muito distante que eu morava, o desejo de pensar um trabalho de qualidade, um espaço de qualidade e cultura lá, na comunidade. Eu vivi lá, sei como é duro, sair de lá, pegar ônibus pra ir a um cinema, um teatro, acaba tarde, não dá para voltar. Eu ia porque... loucura, eu era muito teimosa, mas é muito difícil. Porque o que tem de bom, de legal, é muito longe, mesmo, e é caro, também. Aí surgiu essa vontade. Saindo da *Associação*, eu falei, ‘olha, não tá dando mais para plantar os milho aqui, então é melhor pegar os milho e plantar noutro lugar’ (risos). Aí, já tinha esse desejo, de fazer um trabalho de arte lá, no *Bairro*. Isso veio muito à tona no finalzinho da *Associação*, e junto com um grupo de amigos também insatisfeito com o trabalho, comecei a pensar como é que poderia ser um trabalho de arte, de cultura na periferia. Mesmo porque, eu atendi, no período da *Associação*, durante dois anos, um usuário de crack, e ele era praticamente vizinho do bairro em que eu morava. Então, aquilo... Eu tenho que ir pra lá, os meninos que estão na rua, que vão morar na rua, eles vêm da periferia, atuar aqui é muito mais difícil. É melhor, mais coerente, atuar lá, para que eles não venham para cá. Eu estava começando a pensar o trabalho que é a “ONG D”, que é um trabalho que hoje eu faço, também, trabalho na “ONG C” e na “ONG D”. A “ONG C” é uma associação, hoje está constituída como uma OSCIP, que tem em sua grande maioria psicólogos, educadores das mais diversas formações, artistas, músicos, por aí a fora. Atuamos com cultura e arte, lá na *Instituição*, com os meninos privados de liberdade. É um trabalho difícil, por conta de uma instituição que tem a estrutura que tem, culpa da própria política de mudar aquilo, na verdade. Algumas intervenções mútuas, que vão surtindo efeito. Aquilo foi construído dentro de um modelo militar que ainda está aí, têm filhos ainda dessa ditadura espalhados por aí. E tem outro trabalho, que é a “ONG D”, né, que tem também... é constituído como associação, que é a parceria com uma escola pública de São Paulo lá no *Bairro*. Nós fazemos, atuamos, na verdade, auxiliamos a comunidade. Então, começamos em 2000, ficamos com a comunidade em 2000 discutindo o que seria essa parceria, e o que seria trabalhar com a comunidade. Então, a gente fazia discussões entre a gente, comunidade, direção, ficamos pensando, discutindo algumas coisas. Em 2001, começamos oficinas, quatro oficinas para a comunidade. A equipe da “ONG D” é multidisciplinar, eu sou a única psicóloga no momento no grupo, tem um historiador, dois arquitetos. É interessante, essa coisa multi. Cada um ficou responsável por várias oficinas, oficinas de origami, móbile, oficina de hip-hop com os meninos – são vários grupos da região de lá - oficinas de cinema e vídeo e oficina de grafite. A de cinema e vídeo os meninos produziram um curta. Tivemos uma parceria com a Prefeitura que viabilizou financeiramente isso acontecer e os próprios meninos criaram uma história, um roteiro. Cada menino criou um roteiro e um roteiro foi escolhido. E eles filmaram lá no *Bairro*, ficou muito legal, do lado da escola, e o filme foi para um festival internacional no ano passado. Foi exibido num festival. O filme está aí, estamos divulgando, então o filme tem uma vida útil, longa.

LUCIANA: Foi esse que você trouxe?

PAULA: Isso, que eu trouxe. E atualmente, eu tenho feito um trabalho... Então, na verdade, minha vida sempre foi permeada de instituição, comunidade, educação. É o que eu sei fazer direito, é atuar com esses meninos. E tenho me detido a pensar as contribuições que a Psicanálise tem a dar a essas questões todas. Tenho refletido bastante sobre isso, porque vai ser assim mais ou menos a pesquisa. E na “ONG C”...

LUCIANA: Você está pensando em fazer mestrado?

PAULA: Exatamente. Eu tentei, na verdade, eu prestei no final do ano, mas eu não passei no inglês. Eu tentei com a *professora*, mas eu não pude fazer a prova, eu não passei no inglês. Mas, eu vou fazer um curso agora na Social, com o Afonso, falei com o Afonso, apresentei um projeto, inclusive ele é doutorando, então, me sinto passada (risos). Então, estou com o documento escrito para desenvolver a pesquisa e prestar novamente o mestrado. Na “ONG C” eu estou atuando desde o ano passado em escola pública. Escola pública, do Estado, dentro da *Instituição*. Então, sempre chamo a atenção para o equívoco, né, falo que é uma escola **na** *Instituição*, e não uma escola **da** *Instituição*. Porque você vê a relação dos professores com os alunos, ela parece a relação dos monitores com os meninos. Então tem um grande equívoco aí, de lidar com posicionamentos. Trabalhar com os meninos, eu acho, é de uma riqueza enorme, mas de uma dificuldade ainda maior. São meninos que ficam testando o educador o tempo todo. Eles levam um tempo para confiar, é como se nada na vida dele tivesse dado certo, por que com você vai dar? Estar com eles numa roda, você é de fora, quando eu chego, eu sou representante dessa merda social que está aí, então toda raiva, toda bronca, é descarregada no grupo que está lá com os meninos, e a gente tem que ter muito tato, muita técnica, muita sensibilidade para ir desviando dos mísseis, ‘ôpa’ (riso), para ir conseguindo se segurar nesse lugar e conseguir fazer um mínimo de trabalho com eles. É muito árduo. No ano passado, na escola, os meninos testavam a gente o tempo todo, mas é possível desenvolver alguns trabalhos com eles, de leitura, de reflexão. Alguns grupos construíram histórias, construíram as suas histórias, os meninos escreveram suas histórias. Num outro grupo, eles escreveram positivamente uma outra história, mas muito difícil, acho que é um grande desafio, pensar numa educação, pensar numa aula que faça sentido, porque o lugar do educador... eu me considero educadora. Na verdade, na verdade não, antes de ser psicóloga eu já fui, comecei a ser educadora lá na CEBs, eu nem sabia que eu já era educadora. Educadora e psicóloga, isso veio depois. Esse lugar pede muito que você crie e recrie o tempo todo, que você se desloque e que você se recomponha, porque senão eles não prestam atenção, eles não se interessam. Então, exige muita rapidez de pensamento, muitas vezes, muita perspicácia. Uma coisa que eu descobri no ano passado é o quanto que a lousa é importante. Eu tinha usado pouco e usei muito no ano passado. Acho que a grande coisa... os meninos, nas oficinas, ficavam medindo a gente com uma indiferença, apatia grande. Um dia, numa oficina com outro educador, que conta história, a gente tinha combinado que eles iam trazer histórias, e quase ninguém tinha feito. ‘Mas aí, como é que vocês estão?’ Eles, aparentemente indiferentes, ‘Não estou sentindo nada’. Aí, peguei o giz, eu falei ‘O que vocês estão sentindo?’ ‘Ah, estou cansado’, ‘Estou à pampa’, e nós fomos escrevendo na lousa. Eles

foram ficando admirados, surpresos com aquilo. Aí um dos meninos do grupo falou ‘Mas eles estão escrevendo o que a gente tá falando!?’ . Eles falam, mas as pessoas não escutam, é essa a impressão que dá. E aí fomos escrevendo o que eles estavam falando e eles foram falando várias coisas de sentimentos. E aí, depois que acabou de ir anotando, eu sugeri ‘Vamos dar corpo para isso, vamos produzir um texto’. Produzimos um texto, levei para os meninos, li para eles, perguntei se era isso o que eles estavam tentando dizer, incluindo a frase de todos eles no texto. Eles disseram que sim, ficaram tão surpresos, continuaram surpresos, ‘Puxa, ficou legal’, ‘Gostei’, ‘Tri’. Então, a lousa, em qualquer atividade que proporciona desafio é um caminho que dá muito certo no trabalho da escola. Acho que em qualquer outro lugar, no trabalho comunitário, isso dá muito certo. Eles se sentem provocados, com coisas para superar. Isso... às vezes, mesmo no diálogo – já cheguei a provocar os meninos no diálogo: ‘Você faz? Então quero ver, faz aí, me mostra.’ Aí eles fazem, produzem. E produziram, produziram um texto bastante interessante na aula passada. E lá pelas tantas, um grupo da sala - uma empatia grande também, aquele lugar horrível, é difícil, eles estão privados de liberdade, de ter voz e tal com esse grupo – eu estava conversando com os meninos, eu e o Zé, acabando de escrever, e um grupo tirando um sarro da nossa cara, foi impressionante, assim sabe? Aquilo me bateu, foi me dando uma raiva, assim, impressionante, eu fui respirando fundo, tentando não ficar de psicóloga, o Zé estava na lousa. Aí, um dos meninos da carteira, sentado, eu lembro que um falou assim: ‘Esse cara nem escreve o que a gente fala’. Eu olhei para esse cara e falei ‘Levanta você e vem escrever’. Ele me olhou com uma tremenda raiva, assim, sabe? Aquele olhar de... Aí o Zé também, muito atento ao discurso, ouviu, pegou o giz e falou ‘Vai lá, escrever você, então’. Aí a sala inteira ficou olhando para ele, porque ele tinha se colocado numa situação em que ele ia ter que responder (risos). Ele se viu obrigado a ir. E acabou indo. Esse grupo de três, foram terminar. Então, esse lugar de educadora é muito difícil, porque às vezes você planeja a atividade, chega lá o grupo está de outro jeito. E aí, tem que ter sensibilidade, tem que ter sensibilidade, tem que ter escuta, tem que ter muita paciência para deixar claro os limites, mas para possibilitar que aqueles meninos façam um mínimo de criação na situação em que eles estão. Acho que essa é a grande questão, poder propiciar aos meninos, que são os mediadores de uma violência produzida historicamente, discutir com os meninos essa questão, por que acontece isso tudo. Por que a corda arrebenta pro canto deles, como é que é isso para eles? e ajudá-los a se posicionar com isso também, não com arma, com a arma do tiro, mas com outras armas. É poder saber ver, pensar, sacar as coisas, conseguir entender, fazer a leitura do mundo, também, que eles já tem na realidade. Eles têm uma imensa leitura do mundo para a pouca idade que eles têm, mas ajudá-los a fazer a leitura do que é dito, também, das palavras, dos jornais, como é que eles podem se situar diante disso tudo. Eles podem descobrir o que eles têm, inteligência, descobrir o que eles têm de capacidade, de criatividade e virar a mesa, parar de morrer, porque vão todos morrer. Acho que isso é o grande desafio do trabalho, pensar uma educação que faça sentido, uma educação que desloque esses meninos da ociosidade, do delinquente, do marginal e do menino que passou na *Instituição*. E aí tem o trabalho junto com os professores, de tentar refletir um pouco o papel, o lugar, o quão difícil é realmente essa educação, mesmo quão necessário ocupar esse lugar de educador. O educador que vai ter que se haver a todo momento... dá trabalho, resolver, estudar, fazer, refazer, voltar, dá trabalho. A disponibilidade nem sempre é muita, mas

também conseguimos avanços junto com alguns professores, a ponto de falar ‘Olha, realmente, os meninos gostam de uma aula... gostam de novidades, não dá para fazer a aula do mesmo jeito’. Eu percebi que preciso mudar e fazer coisas diferentes. Livro, música, poesia...

LUCIANA: Os professores que dão aula em outras escolas atuam lá também?

PAULA: E atuam lá também, atuam lá também. E por sua vez angustiadíssimos porque não conseguem trabalhar, angustiados porque não conseguem desenvolver o que sabem. Alguns não sabem muito, também, alguns também nem querem saber, mas enfim.

LUCIANA: Os professores são contratados pela *Instituição*?

PAULA: São contratados pela *Instituição*. Mas alguns estão para terminar os estudos, estão começando a estudar, são novos, são todos os tipos. E a dificuldade do olhar... porque quando se trabalha com adolescente, qualquer que seja, ainda mais os meninos que estão nessa situação de abandono, de infração, de desamparo, é preciso ter uma delicadeza com o olhar e com a escuta. E estar destituído de alguns preconceitos. A questão do olhar, olhar esse menino como um menino, como um jovem, não olhar com medo para um delinqüente, porque isso já é um primeiro sinal para vai dar errado o contato. E é impressionante, os meninos percebem, quando você se dirige para eles com medo, e com esse grau de preconceito, eles percebem. E se eles percebem, quebra ali a possibilidade de trabalho. Se isso fica posto, exigir um trabalho do educador é muito árduo para voltar a tentar estabelecer um contato. Então, eu digo que é simples, mas não é fácil, porque o simples não é fácil. Olhar, olhar o jovem, que tem uma história, que tem algo que antecede ele estar ali – aconteceu algo para que ele fosse parar ali. Mas, ele não é o infrator, não é o delinqüente, ele tem nome. Cometeu uma infração naquele momento, mas ele é aquilo, mesmo? Como é que isso? Se você já define, já der um lugar para ele, já está posto ali naquele lugar. Será que é só aquilo? Acho que tem que ter um trabalho aí com os meninos de... nós não podemos privá-los das palavras, nós temos que... olha, eles se acham, porque ‘Não, nós somos delinqüentes, infratores...’. O que mais? Quem disse? Que história é essa? Eu acho que o nosso trabalho é fazer as palavras andarem com os meninos, porque eles não produzem espaços. As palavras são coisas e só podem ser aquelas coisas. As palavras podem ser o que a gente quiser. As palavras podem dançar, deslocar – o trabalho com eles é de ajudar a brincar com as palavras. Então, hoje está assim, estamos atuando em quatro unidades lá na *Instituição* e remando contra a maré. E tem feito muito sentido. Eu, particularmente, não acredito na *Instituição*, mas acredito nos meninos, que estão lá em alguns momentos. O poder de criação que esses meninos têm... Temos hoje que criar um espaço propício para a aprendizagem que eles não têm. Acho que é o educador desejando ensinar, provocar o desejo que eles aprendam. Isso acontece, isso é possível.

LUCIANA: Qual seria o objetivo desse trabalho que vocês fazem?

PAULA: O objetivo da “ONG C” é trabalhar a noção de educação, cultura, saúde, só isso. O objetivo para essa população específica, privada de liberdade. O objetivo da

“ONG C”, na verdade, é muito subversivo, porque a instituição que nos paga para fazer esse trabalho é a mesma que bate. É a mesma que os priva de ter uma vida mais decente. E a gente pensa que nosso trabalho é subversivo porque a gente coloca os meninos para pensar nessas questões todas, nesse contexto social, de estrutura social que está aí. Então, o objetivo é poder ter uma cidadania, é poder dizer pros meninos que eles são sujeitos de direitos, que eles têm direito a uma vida decente, têm direito a uma cultura decente, e não é porque a “ONG C” é legal, não é porque a *Instituição* é legal, é porque é lei, é porque é lei da Constituição, é porque é lei do Estatuto. Acho que nosso grande objetivo é que os meninos se percebam sujeitos desse processo que está aí, é que eles fiquem vivos – acho que essa que é a grande questão – é que se percebam enquanto seres de desejos e de direitos, e pra que fiquem vivos, é super realista. É isso.

LUCIANA: E como fica a relação de vocês com a instituição, que os paga e deixa vocês subverterm?

PAULA: É... (risadas) Pois é. Há uma interlocução com a *Instituição* dentro do possível. Eu, por exemplo, acho que um dos princípios da “ONG C” é responder pelo trabalho. Então, o que a *Instituição* sabe do trabalho é o que a diretora da escola sabe. E a diretora da escola, que é a pessoa que eu tenho contato constante e, possuo uma reflexão, é uma pessoa que solicita, que hoje solicita a gente para pensar algumas questões da escola. Então... assim, há uma confiança, há um lugar atribuído pra “ONG C” aí, depois de muito trabalho, muita labuta. Isso não foi dado, isso foi conquistado com muito trabalho, porque no começo eles boicotavam o trabalho da gente, boicotavam, sabe, era penoso, frustrante. E eu com a equipe de educadores, assim: ‘vamos tentar entender isso dentro dessa instituição’; a gente sofreu muita frustração. E começamos a trabalhar. O melhor jeito de dizer é fazendo, ‘vamos trabalhar’. Não dá para discutir... não dá para discutir, você abre mão da discussão por um tempo e vamos trabalhar. Isso foi uma estratégia interessante porque do trabalho veio a necessidade, veio a demanda para conversar (riso). Então, aí eles começaram... aí eles começam a querer conversar. ‘Ôpa, bacana!’ E isso permanece até hoje. Com a escola há uma interlocução que está sendo construída, então é muito interessante. Poxa vida, eu tenho uma que fala: ‘Olha, Helena, eu tenho algumas questões, como é que faz?’. Nosso trabalho na “ONG C” não é decidir por ela, mas ajudá-la a ocupar também o seu lugar e direito, de dar as direções, decidir algumas coisas, dar um tom para poder fazer com que os outros dêem a nota certa, o acorde certo da orquestra. Eu lembro de um exemplo – acho que respondendo como é a relação com a instituição – eu e o Pedro, nós íamos dar uma oficina de saúde para os meninos, de prevenção, e na sala já havíamos combinado pro nosso segundo encontro e aí eu cheguei um pouquinho antes. No dia anterior, conversando um pouquinho com a Selma, que é diretora, ela dizia: ‘Ah, eu estou precisando de vocês, eu estou um pouco distante da “ONG C”, estou querendo conversar mais. Vocês insistem em conversar com a gente, eu acho que isso é bom, mas queria estar mais presente com vocês’, tal. Eu abri a agenda, ‘às 3 horas como é que você está’, ‘Ah, não tenho nada’. ‘Então... é uma oficina, você está querendo participar...’ (risos) ‘vamos lá’. Aí, ela ficou um pouco sem saída (risadas). É igual o menino que reclamou da lousa, ‘bom, falei, agora...’. ‘Então, vamos deixar pré-agendado, duas e meia eu passo aqui e te aviso’. Antes, eu pensei, ‘bom, preciso falar com a professora, perguntar se é confortável a diretora estar presente’. Eu

falei com a professora ela falou ‘Não, tranquilo’. Eu preciso falar com os meninos, também. O combinado era ir uma psicóloga. Aí, encontrei com ela, falei: ‘Vou falar com os meninos, para ver se tudo bem da sua presença lá’. Percebi que ela ficou um pouco assim, uma coisa meio estranha. Aí fui na sala falar com os meninos, ‘tudo bem’, ‘tudo bem’, ‘beleza’: ‘Então, gente, a Selma é a diretora, não sei se vocês a conhecem, ela está querendo participar da oficina da “ONG C”, para conhecer como é que a gente trabalha com vocês, para ensinar, ela já ouviu falar bastante das oficinas que a gente tem feito aqui, está querendo participar. Tudo bem, galera, ela estar presente?’ Os meninos falaram: ‘Não’. (muitas risadas) Aí eu fiquei sem jeito: ‘Não?’, ‘Não.’ ‘Por que não?’, ‘Porque não’. ‘Ah, gente, ela vai me perguntar porque, eu preciso dizer a ela, então me digam vocês’. ‘Ah, porque ela não está próxima da gente, não faz nenhum corre’ - fazer um corre é fazer algo. ‘Não faz um corre, só fica dedando a gente pro diretor da unidade, deixa ela lá’. Eu falei ‘Rapaz, mas você não acha então que é um bom momento de estar próximo a ela e dizer para ela essas coisas? Vamos aproveitar esse momento para poder conversar, estar próximos à diretora? Vocês podem dizer isso para ela, é só eu chamar ela aqui.’ ‘Não, nós não queremos saber dela aqui, não, deixa ela lá’. Aí voltei para a sala e falei: ‘Selma, eles não autorizaram’. A escova dela murchou (risos). Como eu fui dar a oficina, eu voltei, eu avisei, vi que ela ficou branca, assim, pálida e falei ‘Depois eu passo aqui para a gente conversar’. E voltei para dar a oficina. Aí os meninos: ‘e aí, conversou com ela?’, ‘Não, não conversei porque ela está ocupada, mas depois passo lá’. Depois, quando acabou a oficina que eu falei ‘Nossa... Olha a inversão, pedir para a sala autorizar a diretora.’ (risos) Aí, falei ‘tsts’ (estalando a língua), azar que é a diretora. Fui falar com ela, ela estava pálida, assuntando, porque eu não entendi direito aquela estória, os meninos não autorizaram, eu achei pesado isso. ‘Olha, Selma, talvez eu não tenha sido feliz na palavra’. Claro que eu fui, eu sabia que a palavra que eu tinha usado. Eu falei ‘Olha, nós trabalhamos assim, nós temos um acordo com os meninos, e a gente sempre cumpre com os acordos. A oficina quem ia dar era eu ou o Pedro, então não poderia deixar você ir, isso é quebrar o acordo com os meninos, sem falar com eles. Nós trabalhamos assim, a gente sempre trabalha assim com os meninos’. E aí ela me pergunta porque eles não tinham autorizado, e eu digo para ela. E aí assim, foi como um *insight* para ela, ‘eu preciso estar mais perto desses meninos’. Então, aquilo foi muito interessante. (pausa para virar a fita) Eu comentei com ela: ‘Olha, é preciso olhar para esses meninos, um bom dia e um boa tarde faz toda a diferença. Para todas as pessoas, para eles principalmente.’ Aí ela começa a usar ela mesma esse exemplo, ela sempre repete essa coisa do olhar. É importante ter olhar, é importante, mesmo correndo, parar para falar com eles, como é que vai. Então, acho que esse é um exemplo de relação com a instituição. A partir desse momento, ela começa a ter um outro... a conduzir o trabalho com esse cuidado. Não só com os meninos, mas com os professores, também. Os meninos tiraram ela no chute. E nós acabamos mediando isso, essa que é a verdade. Isso não foi algo premeditado, planejado. Eu aproveitei a situação que aconteceu para fazer uma intervenção. Isso não tinha sido planejado.

LUCIANA: E foi até certo ponto arriscado.

PAULA: Completamente arriscado (risos). Completamente arriscado. Ela poderia falar simplesmente se joguem daqui, o que é que vocês estão pensando que vocês são? Vir me

dizer se eu posso entrar na sala ou não? Mas é um jeito de você... que educação é essa que se dá de cima pra baixo? Que os atores não podem participar disso? É um jeito de educar os meninos, ser subversivo, mesmo com a diretora também. E não é uma coisa que... ‘Ôpa, preciso estar mais perto’.

LUCIANA: E por que vocês acham que vocês são tolerados lá dentro?

PAULA: Porque nós somos bons. (risos) Porque nós fazemos um bom trabalho. Acho que nós temos uma preocupação ética, com competência. Acho que acontece, mas a gente não sai metendo os pés pelas mãos. Não estamos lá... não somos juízes, nem promotores da *Instituição*. Não estamos lá para encontrar culpados, puni-los, não estamos lá para isso. Estamos lá... acho que os sofrimentos são dos meninos, são dos funcionários, da diretora, todo mundo sofre naquele lugar, todo mundo sofre. E nós não estamos lá para condenar, mas para tentar ver que contribuiçõzinha que a gente pode dar para que as relações sejam minimamente melhores, que há outras formas de educar que não só na violência da palavra, e na violência da força física. Na verdade, isso não educa, isso não leva a lugar nenhum, há outras formas. Você possibilita o menino a criar coisas, mas a educação se dá, as relações melhoram, e porque resistimos, também, porque estamos conseguindo ficar vivos. Porque a *Instituição* é uma instituição que te põe pra fora, ela não é simpática. Ela não é nada simpática. Simpáticos somos nós, às vezes. Pior que não dá para ser simpático às vezes com eles também não. Mas o tempo todo ela te convida pra sair. Para entrar na *Instituição* é difícil, o segurança implica, não sei o quê implica, você marca horário para estar com o grupo, o grupo nunca tá lá, tudo atrasa, não tem giz, não tem nada... Tudo é difícil. Tudo. É impressionante. Tudo é difícil. Tudo é difícil. Você trabalha às vezes de teimosia, e aproveitar o pique que os meninos vão dando, também. Investir no interesse dos meninos, na curiosidade dos meninos. Isso que motiva, também. Porque eu acho que a *Instituição* não suporta. Nós estamos lá porque o trabalho é feito com muito cuidado, muito cuidado. E hoje nós atuamos como parceiros. De uma educação possível naquele lugar.

LUCIANA: Em que sentido seria bom o trabalho de vocês do ponto de vista desse financiador?

PAULA: Bom porque o trabalho que a gente desenvolve possibilita que os meninos criem coisas, que os próprios monitores também poderiam desenvolver, mas para desenvolver também tem que ter uma técnica, tem que ter um tato para desenvolver. E tem muitos monitores que fazem trabalhos excelentes lá dentro, também. Eu acho que uma marca que você tem que ter é ser teimoso, ser teimoso e ser chato, senão você não faz nada. Há monitores que fazem trabalhos excelentes. Então, acho que a *Instituição* paga o trabalho porque o trabalho é sério, é bom e possibilita que os meninos criem coisas. Hoje você vai andar, você vê produção de tambores que os meninos estão construindo, você vê jornal que os meninos estão construindo, você vê vídeo-clipe que os meninos estão construindo junto com a “ONG C”. A gente vai dizendo naquele oásis que ‘ó, aqui é possível pensar, é possível criar’. E vamos nos somando aos funcionários que também são teimosos como a gente. Vamos tentando infectar aos poucos. Por isso

que eu acho bom, nesse sentido. E a *Instituição* vê esse material, a *Instituição* tem acesso a esse material. Então, dá? Dá. Eu acho que é por isso que a gente está lá.

LUCIANA: Porque eles vêm a produção?

PAULA: Não sei se é só a produção. Acho que, assim, tem que ter um produto, na verdade, para os meninos também, tem que ter alguma coisa concreta. Senão, você fica com os meninos, eles falam assim ‘professora, ó, já tô legal de idéia, ó’ (estalando a ponta dos dedos). Eles precisam operacionalizar algo, eles precisam ver algo do que está sendo discutido, eles precisam do concreto. Eles precisam. Senão... Nós precisamos. Trabalhar e ver o dinheiro, poder comprar nosso sapato, nosso cinema, senão você fala ‘pôrra, eu não tenho nada’. Não é só o produto. Na verdade, o produto é algo que os meninos fazem. Mas, mais importante que o produto, é o processo. O processo é que subverte. Essa é a grande questão: é o processo. Como é que aquilo foi feito, entendeu?, os bastidores do processo. Isso é muito mais importante. O processo, o que cada um pôde se perceber, o que cada um pôde trocar, o que cada um pôde poder repensar a sua vida. O que ficou para os meninos? – porque essa é a grande questão, mais que o produto. O produto é algo do visível, do palpável. Mas, mais que o produto, é o processo. E a *Instituição* sabe um pouco. Um pouco do nosso trabalho, o produto também. Mas, para a gente, mais importante é o processo.

LUCIANA: E como funciona esse dia-a-dia de vocês, particularmente como psicólogos, nesse trabalho?

PAULA: Na “ONG C” a gente se divide entre coordenação geral, coordenação de atividades - que eu estou atualmente – e a gente tem supervisão com a *professora*. Uma vez por semana temos reuniões de todas as coordenações e reunimos com o grupo todo de educadores. E aí, cada um toca o seu grupo na sua área de trabalho e se organiza de acordo com a demanda do seu trabalho, da sua equipe, do seu grupo.

LUCIANA: É um trabalho terapêutico?

PAULA: Ah, bastante. O tempo todo. Acho que a minha escuta, principalmente precisa me ajudar o tempo todo. Não dá para fazer, sai, vai para as oficinas, também. O trabalho lá, junto com os meninos, é um trabalho que... esse trabalho não dá para ser um trabalho cem por cento psi, ficar num lugarzinho... não! Esse trabalho, com essa especificidade, ele exige... na verdade, eu estou com uma construção, ainda vou pensar melhor, mas eu tenho para mim algo que vai me dizendo cada vez mais, que o psicólogo tem que ter um *background* cultural. Ele tem que ter um estofo. É preciso que ele conheça arte, tem que saber, tem que voltar e dizer, porque as coisas que parecem mais bobas dão margem para uma relação, dão margem para uma construção, dão margem para um vínculo com o grupo. Então, é preciso, sim. Eu gosto muito de música, conheço um pouco de canto e percebo o quanto isso me ajuda no trabalho, o quanto isso é rico para o meu trabalho, sabe, trabalhar música, entender um pouquinho, minimamente, tocar algumas coisas com o grupo, o quanto é rico. Não dá para querer ser psicólogo, tal, sabe? Aquela coisa consultório é bom, um espaço mais limpinho, né, para trabalhar. Agora, com esses

meninos é um trabalho árduo. É um traquejo árduo, porque não dá para ficar ‘você mantém uma distância...’, mas às vezes também é necessário distância. Com os meninos você precisa estar presente, se fazer presente, com o corpo, com expressão. Eles falam muito de cabeça baixa, às vezes você tem que falar: ‘Ei, não estou te ouvindo, levanta, olha. Como é que fala assim, de cabeça baixa? Levanta o ombro.’ O trabalho passa por aí, com eles. Num grupo, estava lendo poesia, eles lêem poesia, ‘mas como é isso, como é que vocês querem ler poesia de cabeça baixa, resmungando desse jeito? Tem que olhar para as pessoas, esse ombro caído... Dignidade! Pelo amor de Deus levanta esse ombro, olha pra frente!’ Então, passa por teatro, passa por expressão corporal. É preciso que o psicólogo se atenha bastante aos livros, mas também se atenha a tantos CDs e um monte de coisas... Isso está ficando muito claro para mim, a necessidade da experiência cultural para trabalhar. Senão... Eles são muito inteligentes, se engana quem pensa o contrário. E é um desafio muito grande o trabalho, o tempo todo, sempre um desafio. Então... Qual era a pergunta, mesmo?

LUCIANA: Sobre o dia-a-dia do seu trabalho.

PAULA: Então, então é isso. Aí, cada um vai para a sua área e desenvolve, se vira com os horários, de acordo com os meus horários, do educador e da instituição, também, tento fazer um bom arranjo para ficar com um horário interessante para os meninos, também, há toda uma matemática aí, que entra em cena para pegar um grupo de meninos.

LUCIANA: Eles não têm um horário regular na escola?

PAULA: É, tem o horário que eles estão na escola, então não tem ninguém na unidade, tem que ser um horário que eles estão na unidade para poder dar as oficinas. Você está com uma pesquisa que muda muito de unidade para unidade. Muda bastante.

LUCIANA: Como é o grupo que você coordena?

PAULA: Grupo da “ONG C”?

LUCIANA: Isso.

PAULA: É um grupo de educadores, tem um analista, tem um psicólogo... É um grupo... eu gosto muito, é um grupo muito competente. Acho que a competência tem que ser um dos critérios para esse trabalho, eu sempre pensei isso. Competência e pessoas que topem esse trabalho. Pessoas que tomem pulso desse trabalho, que decidam, que escutem os meninos, mas que tenham delicadeza quando for preciso, mas pulso firme para decidir, também, não fique esperando, eu que coordeno tenho que decidir? Não. Vamos decidir juntos porque nos cabe, mas o trabalho é seu. Se aproprie dele e toque. Precisa ter esse querer. Acho que uma característica de uma equipe é que seja uma equipe que também seja desejante. Mesmo com todas as dificuldades do trabalho, que ela também queira ver nascer dali algo, porque se a equipe não acredita nisso, é melhor

nem começar. Eu sou muito exigente com o trabalho, assim: se faz, faz direito, ou então não faz.

LUCIANA: Você atua junto com os monitores da “ONG C”?...

PAULA: Educadores, nós chamamos.

LUCIANA: ...e com os professores da escola?

PAULA: Isso.

LUCIANA: O trabalho com os educadores é um trabalho que margeia o principal que vocês fazem?

PAULA: Exatamente. São atividades junto com o professor muitas vezes na sala de aula, oficinas junto com o professor e o educador.

LUCIANA: Você não acompanha o dia-a-dia da escola regular? Ministram oficinas dentro dessa escola?

PAULA: Acompanho bastante, tenho vários horários. Às vezes a gente faz aquelas andanças meio intencionais não-intencionais, pega um grupo de professores para conversar, aí você vai sintonizando, vai entendendo como é a coisa, vai se dando com diversos setores, as manobras de poder também, como é que vai acontecendo. Mas, acompanha. Tenho horários para estar com professor, com grupo pedagógico, com a direção. E aí, sempre dá pano para a manga. Você vai conversar aí ele traz angústia, traz raiva, traz que dá, que não dá mesmo. Sempre rende. E é nessas conversas de corredores que a coisa... que é rico, que é rico (risos). Você vai articulando as coisas, com setores, com os professores, que as armações vão se dando, na verdade. Você tá lá!... Às vezes eu falo com o Marcelo, parece que eles não estão ouvindo nada, mas você está ouvindo tudo, quase invisível aqui. (risos) Você chega, fica num cantinho invisível, mas daqui a pouco você começa a falar, vocês ouviram tudo (risos). E assim... saber chegar não é chegar invadindo, mas é chegar com cuidado, chegar pedindo licença, chegar percebendo que a coisa vai acontecendo aos pouquinhos, não é de uma vez. Acho que tem que baixar essa bola. Se não baixar essa bola, a chance é de chegar lá como se você... Chegar assim: eu sou uma estrangeira.

LUCIANA: No geral, é boa a relação que vocês têm com os professores?

PAULA: É sim. Acho que a gente tem conseguido legal. Antes, tinha mais uma coisa mais da desconfiança – era muito grande. A gente foi indo, foi diminuindo bastante, solidificando.

LUCIANA: Há quanto tempo você está na “ONG C”?

PAULA: Na “ONG C”, três anos.

LUCIANA: Você entrou logo no começo?

PAULA: Eu entrei logo depois que a “ONG C” começou. E aí, tem o trabalho na “ONG D”, também, que é um trabalho que tem crescido bastante, e eu acho muito bacana, também, e gosto de lá. Essa interlocução, né, com escola, pública, da periferia da cidade, a escola tem um trabalho muito bom, muito bom. Cultura, formação de vida coerente, essa preocupação com as pessoas. Estamos lá há dois anos, começamos o trabalho, e é uma marca da “ONG D”, essa.

LUCIANA: Foi mais ou menos o mesmo tempo?

PAULA: É. Quando eu comecei na “ONG C”, a “ONG D” já era... estava sendo gerado, era um filho guardado, digamos assim (risos), era um embriãozinho, já. (frase inaudível)... da coordenação que compõe hoje o trabalho. É um prazer esse trabalho com a *EMEF*.

LUCIANA: *EMEF* é a escola?

PAULA: É. *EMEF*. É uma *EMEF*, não é uma escola, o pessoal chama de *EMEF*. Escola Municipal de Ensino Fundamental. Uma coisa que nós sempre insistimos, também, que é princípio da “ONG D”, é: o trabalho tem que ser de qualidade. Sempre. Proporcionar o melhor para as pessoas, sempre, o que é bonito, o que é belo, o que é legal. As oficinas foram uma coisa muito interessante, na verdade, o trabalho tinha uma interlocução com a escola, com a comunidade, com os meninos da comunidade, mas eu fiz muito um trabalho com a Lídia de supervisão, na verdade, porque a Lídia trazia umas questões da escola...

LUCIANA: Lídia é a diretora?

PAULA: Lídia é a diretora. Algumas questões da escola, o que estava acontecendo, e a gente sempre tinha uma interlocução muito boa, de pensar junto, tal, e a gente tem até hoje, foi sendo construído. Na avaliação passada ela disse: ‘Vocês são chatos, mas vocês são muito legais.’ (risos) E uma coisa que ela... que ela, que... que a equipe da escola observou é assim: quando a gente for fazer um trabalho, a gente precisa tomar muito cuidado; uma coisa que a Lídia falou é: ‘É bom trabalhar com vocês, porque o que vocês se comprometem a fazer vocês fazem. Vocês têm um respeito muito grande, vocês falam, e o que vocês falam, vocês cumprem. E vocês fazem sempre da melhor qualidade.’ Então, se é um cartão, a gente quer fazer o melhor cartão. Estamos lá há três anos, e esse ano a gente precisa levantar dinheiro para continuar esse trabalho.

LUCIANA: É voluntário, esse trabalho?

PAULA: Não. Ano passado a gente conseguiu levantar uma graninha porque tinha um financiamento da Prefeitura. Mas, para conseguir financiamento, para receber que demorou tempo, e é um investimento alto que a gente faz. O trabalho, na verdade, é

assim, esse grupo se dá por teimosia, porque nós queremos muito esse trabalho e acreditamos muito nesse trabalho. E somos teimosos porque a escola merece um reconhecimento enorme, porque eles são guerreiros, entre as condições do ensino público hoje, em especial na periferia, a escola sempre tem arte, música, cinema, tem um grupo de bumba-meu-boi na escola, porque os meninos estão tocando, aprenderam a tocar o bumba-meu-boi, e as mães de final de semana vêm para a escola costurar as roupas dos meninos que vão tocar o bumba-meu-boi... que trabalho lindo, que trabalho! Você vai na escola tem vários Millôr, várias Cecílias Meireles nas salas de aula, porque é um ensino, um trabalho educacional, político, pedagógico que as crianças pensam. Vi moleque com sete, oito anos recitar poesia que ele mesmo criou. Eles fazem sarau naquela escola, isso é um show. Cantam. As roupas que eles usam para cantar, para dançar, na verdade, eles que criaram, eles que construíram. Que espetáculo que é isso! E a escola pára todo ano e mostra para os pais, e mostra para a comunidade o que eles estão criando juntos. Então, os pais, a comunidade, têm com a escola uma relação muito carinhosa. Eles cuidam da escola. Porque os pais falam... começam a entender. A gente tem discutido muito – a cultura é nossa, todo mundo tem direito. Você vê as crianças, eles brilham, você vê brilho nos olhos daquelas crianças. Eu estava lá em dezembro, e aí tinha festas em vários períodos, porque era o encerramento deles, estavam fazendo festa, tal, e chamavam a Lídia pra ver as danças, a Lídia descia e subia para ver as crianças dançando e cantando, isso foi após a mostra cultural, e aí, uma menina falava: “Dona Lídia, deixa eu entrar”, “Não, você não vai entrar”, “Só um pouquinho”, “Não, a sua festa foi de manhã”. (risos) Entendeu? “Não dá para ficar em duas festas, a sua foi de manhã. Você está de férias, já.” Imagina uma escola em que as crianças brigam pra ficar. Brigam pra ficar! A Lídia estava expulsando os meninos! Sabe, aquilo pra mim foi muito forte, a diretora expulsando, “Vão embora!” (risos), fechando o portão e eles não queriam ir embora. Uma criança, se não gostasse estava longe já, nem tinha ido. Que escola, que escola!

LUCIANA: Você acha que o papel dessa diretora é determinante para isso?

PAULA: Papel determinante, com uma equipe de qualidade, né, é claro, acho que ela também formou uma equipe boa para trabalhar, uma equipe competente.

LUCIANA: Equipe, que você fala...?

PAULA: Equipe de assistentes pedagógicas, administrativo, de professores, equipe como um todo, pessoas que vão comprando essa idéia. Determinante.

LUCIANA: Quando vocês começaram a atuar nessa escola vocês já conheciam essa linha de trabalho?

PAULA: Não. Na verdade, a coisa começou com uma mentira (risos). Porque nós queríamos atuar, queríamos esse espaço, eu queria voltar para o *Bairro*. Eu morava lá – nem lembro mais – e a gente não tinha espaço para atuar. Aí, a gente: ‘o que a gente faz, o que a gente faz?’, e aí a gente estava passeando por lá, encontrei o Manuel. O Manuel, ele foi, é professor de História lá da *EMEF*, está fazendo mestrado aqui na PUC. Aí,

conversei com o Manuel e fui embora. Manuel foi meu professor no segundo grau, foi meu professor no colégio, lá naquela região. Um dia, eu estava pensando, ‘Preciso de um espaço para atuar. Mas, o Manuel! Está no *Bairro*. Vou conversar com o Manuel.’ Aí, pegamos o projeto – e o Jorge, que também é um historiador – pegamos o projeto que a gente tinha, botamos de baixo do braço, eu liguei para o Manuel, marcamos. Fomos lá, apresentamos o projeto. Até então, só tinha no papel, mas era uma idéia, não era nada efetivo, nada aplicado, ainda. Aí, conversamos com o Manuel, o Manuel falou: ‘Olha, eu vou pensar a inserção de vocês na *EMEF*’. Aí, contou como era a escola, ‘Eu acho que faz sentido’. Aí, um dia estava no SESC, estava num show e toca o telefone, era o Manuel: ‘Vocês têm um arquiteto?’, ‘Não, mas por quê?’, ‘A escola está querendo um arquiteto, para fazer o projeto de um centro cultural’. Eu falei ‘Não tem nó, a gente pode parir’, (risos) ‘pode dar jeito’. Aí, ele falou, ‘Bom, então, é amanhã cedo’. Eu falei, ‘Nossa, é amanhã?’. ‘Você vai?’, falei: ‘vou, vou conversar’. Aí, eu lembro que eu cheguei, desci, comecei a descer a escada da escola, para entrar na escola: arquiteto, arquiteto... lembrei de um amigo, do Ricardo, que tinha sido ex-namorado, mas a gente tinha um contato, pá. Eu falei, ‘Ah, o Ricardo’. Aí, eu entrei na escola, sentei, a gente se apresentou: ‘porque a gente quer construir um centro cultural nessa escola...’. Então tá, a gente já se constituía como “O Projeto”, projeto de anos (risos) de estrada.

LUCIANA: Já tinha espaço e tudo?

PAULA: Nossa, já, já tinha até *site*, tudo, acabamos de fazer o *site*. Nem deu tempo para eu falar com as pessoas, porque eu falei com o Manuel tarde da noite. Então, ninguém nem estava sabendo dessa conversa de arquiteto, ninguém, foi uma conversa minha e do Manuel, só. E na escola, a gente foi para conversar e o Ricardo virou uma unanimidade daquela reunião, só falava do Ricardo. Durante o dia eu liguei para o Ricardo para conversar (risos). ‘Então, Ricardo, é o seguinte...’ (risos) ‘Olha, tem a idéia, tem o projeto, tem a escola, dã, dã, dã, precisa de arquiteto’. O Ricardo... hoje, ele contando, é até bonitinho ouvir ele falar, porque ele fala que ele topou porque ele achou que era mais uma loucura da minha cabeça, que ia durar uma semana: ‘Vai durar uma semana, duas, é maluca mesmo, vou lá ela pára de me encher’. Aí, nós fomos, começamos a fazer essa interlocução com a escola, onde ficamos, e ficamos, um ano conversando. A gente apresentou esse projeto arquitetônico e fizemos também a discussão do que seria esse espaço cultural e por que esse espaço cultural. A gente se apaixonou pela escola, hoje o arquiteto não quer mais ser arquiteto, quer trabalhar com o projeto, apaixonado por cinema, está podendo deixar a Arquitetura e voltar a olhar para Cinema e para os meninos, apaixonadíssimo pelo trabalho. É bacana porque não teve... acho que a educação que eu desejo é essa: você também é transformado. Você transforma um pouquinho, mas também é transformado. Começou com essa mentira – na verdade, mentira verdadeira, porque deu certo.

LUCIANA: Projeto imediato...

PAULA: É... Exatamente, mas que valeu a pena fazer. O projeto já está aprovado na Prefeitura, a construção do centro cultural na escola já tem uma posição para a

construção do centro cultural da comunidade e também da escola, já foi aprovado isso. Então, valeu a pena, a mentira.

LUCIANA: Você está lá há três anos?

PAULA: É. Na “ONG D”, até mais. Na escola há três, mas antes de estar lá eu já estava há um ano já nisso, pensando, construindo, fazendo as discussões... (frase inaudível)

LUCIANA: Lá você trabalha mais como educadora?

PAULA: Eu estou como coordenadora, na verdade. A gente tem uma coordenação.

LUCIANA: É um projeto bastante diferente da “ONG C”?

PAULA: É, completamente. Uma, que é preventivo. Melhor, menos desgastante, gostosíssimo de fazer, estar lá. Com toda a dificuldade, periferia, pa-pa-pa-pa-pá, os desafios também existem, mas é muito mais estimulante para mim, porque é um trabalho preventivo. Os meninos da *Instituição* também animam, mas a instituição desanima. E lá, não, lá tem uma escola que já tem um ABC, você não constrói todo dia tudo de novo. Na *Instituição*, muitas vezes eu tenho um pouco essa sensação, você constrói a todo o tempo tudo de novo. Lá não, já tem uma base construída. As pessoas, a coisa da arte para elas é muito forte. Na mostra cultural do ano passado, você via a secretária da escola junto com os meninos assistindo o espetáculo. Você vê as pessoas da escola envolvidas com o que está acontecendo. Você vê a moça na cozinha vendo o que está acontecendo. O grupo de cinema, a gente encontrava todo sábado. A Geisa – que cuidava da escola, da cozinha – todo sábado ela estava lá cuidando da gente com lanchinho, como está?, como é que não está? Essa ida, por exemplo... quando o filme ganhou uma projeção na Mostra Internacional, num festival internacional, os meninos, nem eles acreditavam que eles eram capazes. A gente fez o trabalho com muita dificuldade, pouco o dinheiro, mais reduzido...

LUCIANA: Quem financiou esse projeto?

PAULA: A Prefeitura financiou uma parte, a outra parte a gente foi tentando, resolvendo, pegando da conta luz (risos).

LUCIANA: Das próprias pessoas.

PAULA: É, para poder custear. A escola ajudou bastante, porque o dinheiro faltou, foi muito difícil terminar. Mas, enfim, era um código de honra a gente conseguir fazer esse filme. Na verdade, a idéia... eu sempre dizia que, quando acabássemos o filme, eu dizia, eu preciso descansar um pouco, eu estou muito cansada. Eu preciso descansar um pouco. Eu quero umas férias. E foi um ledo engano, porque o final do filme foi o começo de uma outra história, porque foi quando começamos a ganhar projeção. Participamos de um festival internacional, os meninos saem da periferia de ônibus alugado, vão para o *espaço cultural*, uma coisa linda de ver. Os meninos no *espaço cultural* sendo

aplaudidos. Foi uma coisa magnífica, a periferia era o centro. A periferia era o centro da discussão, o espaço físico, também. O centro tem um monte de coisa legal, a periferia também. Uma da “ONG D” é poder fazer o que tem no centro ir para lá e o que tem na periferia ir pro centro. É poder fazer, tentar fazer uma via de mão dupla com esses meninos. Não estamos reclamando que lá tem – bom que lá tem!, mas vamos trocar. A periferia também tem suas produções. Vamos fazer uma interlocução de culturas, de visões, de lugares. Foi muito lindo. Isso trouxe pra nós, pra coordenação da “ONG D”, isso trouxe para os meninos, isso trouxe para a escola e para a comunidade. Então, legal, nós queremos mesmo (batendo palmas), nós podemos, nós somos capazes. Isso trouxe uma autoconfiança que ninguém vai tirar desses meninos mais e nem dessa comunidade. Trouxe uma autoconfiança visível nos olhos dos meninos, na fala dos meninos. Toda a semana tinha uma reportagem, imprensa, jornal, TV, eles piraram com essa história. Chegou uma hora que eu falei não agüento mais, cansei dessa vida de... (risos) Mas foi muito importante, muito importante. Acho que isso para mim é um trabalho fundamental, acho que cabe à educação. Tirá-los desse lugar, de periferia de um lado, periferia tem que ser... não, o que é isso? Precisa o quê? São pessoas pensantes, criadoras, que merecem o melhor, e que têm que se organizar, precisam se organizar, se perceberem capazes e se organizarem para conseguirem mais e mais e mais e mais. Os meninos da equipe de cinema, do grupo, eles não conheciam a Paulista. Eles não vão ao cinema, não vão ao cinema! Aí, começamos a fazer passeios à Paulista, começamos a ir ao cinema com eles. Hoje, alguns já se viram, já estão no mundo, chegam em casa a uma da manhã. Que ótimo, que ótimo! Mas, eles mesmos falam que jamais pensaram em produzir algo de cinema. É distante da realidade deles. Não tem cinema na periferia. Acho que esse é outro lado importante dessa parceria com a *EMEF*, que é uma escola maravilhosa, super atuante, de respeito.

LUCIANA: O trabalho é destinado diretamente aos alunos?

PAULA: E convidados.

LUCIANA: Os pais que quiserem participar?...

PAULA: Tinha uma oficina de origami só para os pais...

LUCIANA: E a questão cultural, é o carro-chefe do trabalho?

PAULA: É, é, exatamente. É isso.

LUCIANA: Esse trabalho que você falou é custeado em parte pela prefeitura. Ele é remunerado, também.

PAULA: É, ele é remunerado no período em que ocorrem as oficinas.

LUCIANA: Vocês recebem por oficina dada?

PAULA: É. É meio um pacote que a gente faz, tem o projeto e o custo total. Por exemplo, nesse momento nós estamos na *via crucis* de abrir a associação, para procurar financiamento constante, periódico. Porque a gente também não sobrevive mais sem um financiador presente o tempo todo. É muito custo, tudo é gasto.

LUCIANA: Vocês utilizam a estrutura da escola?

PAULA: Para algumas coisas. Para algumas coisas, sim. Espaço físico e tal, mas telefone, gasolina e computadores são os nossos. Estamos dividindo entre nós da coordenação. Nós usamos, para dar a oficina, o espaço da escola. Gastamos todos nós. Para levar a criança, a escola custeia. Teve um convite... Teve uma mostra para passar o filme para a comunidade, então teve coquetel, veio a imprensa e tal. A escola fez a... cobriu as despesas de coquetel, de convite. Então, nos organizamos, fizemos os contratos. Mas a gente está precisando virar gente grande, já, está precisando, já está pedindo.

LUCIANA: Você consegue sobreviver desses dois trabalhos que você faz?

PAULA: É, é.

LUCIANA: Você tem alguma outra atividade paralela?

PAULA: Não, não dá. Tem um trabalho da “ONG C”, que é um projeto paralelo da “ONG C”, também, que eu fiz o ano passado e vou fazer esse ano, que é da “ONG C”, mas tem tempo determinado e tal. Então, eu faço, dou oficina para os meninos, tal. Esse ano vou fazendo isso, também, para complementar o que eu já ganho. Porque a “ONG D” está aprontando o trabalho ainda. Então, não paga porque não tem dinheiro por enquanto. Agora é que a coisa vai tomar outro rumo. Eu já estou apostando nisso. A Prefeitura já tem comprado, também essa idéia. E uma coisa que é o valor do trabalho, acho que tem o valor do trabalho. O trabalho também tem um custo, mesmo a gente dando o sangue. Tem uma certa exigência a isso, também. Nós dissemos para a Prefeitura, se você não vê sentido, não adianta vocês fazerem. Vocês têm que ver sentido para vocês entenderem o que está acontecendo. Foi um xeque mate para eles, ou vocês aceitam as condições ou então não há trabalho.

LUCIANA: Você se relacionou diretamente com a Secretaria da Educação?

PAULA: Exatamente. Diretamente. E as discussões foram quentes, mas importantes.

LUCIANA: Como você classifica essa relação que vocês têm com a Prefeitura?

PAULA: Olha, é uma relação importante, mas também difícil, porque, na verdade, eu sinto que tem muitas pessoas da máquina que são incompetentes. São incompetentes. Não tem *know-how* e tecnologia para tal coisa. E tem uma burocracia da própria estrutura da Prefeitura que também dificultou muito o trabalho. Eu acho que após alguns trabalhos desenvolvidos na escola, na *EMEF*, a Lídia conseguiu alguns avanços junto

com a Secretaria da Educação – que foi uma descentralização dessas burocracias. Isso tem nos beneficiado. Acho que nós vamos sentir os benefícios agora. Mas, mesmo assim...

LUCIANA: Você fala, assim, que a escola bancou esse coquetel, que ela teve condição de bancar esse coquetel... e em algumas estruturas, de algumas escolas, isso não seria possível...

PAULA: É, eu acho que depende muito da direção investir, também, no que ela considera importante, se é só fazer e ir embora... Tem que fazer, tem que fazer, né? Mas, dá também para investir em outras coisas.

LUCIANA: Desculpe, eu acabei te cortando.

PAULA: É isso, eu acho que a escola aposta alto, também, naquilo que vai fazendo sentido. Por exemplo, o coquetel, a escola bancando um coquetel, que absurdo! Que absurdo, nada! É preciso celebrar, celebrar dignamente o que as pessoas conseguiram. Você tem que olhar para isso simbolicamente. (pausa para troca de fita) É isso, estou cansada, já. É, vê se faltou alguma coisa aí, que eu deixei escapar.

(silêncio, enquanto eu lia a folha de questões)

LUCIANA: Você se considera satisfeita com o trabalho que você realiza hoje?

PAULA: Sim, sim. Eu penso que financeiramente a gente pode conseguir bem mais. Acho que é uma briga que... chega uma hora, profissionalmente... eu estou num momento em que, profissionalmente, eu sei do valor do meu trabalho. Então, eu não saio de casa para qualquer proposta. Acho que não é perda nenhuma que depois de algum tempo a gente pode começar a excluir algumas coisas. Se eu vou ganhar, às vezes, uma coisa muito pouca, eu posso pegar aquele tempo, criar um trabalho. Pegar aquele tempo e tentar criar um trabalho que possa dar um pouco da minha contribuição e que eu acredito. Então, eu estou muito nesse momento: eu sei o valor do meu trabalho, quero receber por ele, e ele tem um valor, ele tem um custo e não é barato, porque é um trabalho que exige, que exige muita formação, exige muita leitura, exige muita entrega em alguns momentos, física, psíquica.

LUCIANA: É difícil receber por ele?

PAULA: É difícil, mas é possível. Essa história das entidades sociais, muitas são ligadas à Igreja, então têm essa coisa da doação. Eu acho isso uma merda. Se tem que doar... trabalho bom, o trabalho recebe, não tem essa história de doação. Acho que não é por aí. O trabalho tem que ser sério e o trabalho sério tem valor, o trabalho bom tem valor. Acho que é uma escolha das ONGs também fazer isso, a gente tem que tomar esse partido e dar o valor para o trabalho delas. E algumas ONGs se valorizam muito pouco. De fato, no concreto, é muito difícil, mesmo, chegar. Mas eu acho que não tem que fazer tudo. Dá o recorte no que falta, faz direito. Não é? Porque senão não faz direito. É

porque você é um educador, hoje, bem informado... ele tem que poder ir ao cinema, ele tem poder que ver arte, tem que poder beber, vomitar arte, respirar arte e isso não é barato. Ele tem que poder ler livro e isso não é barato. Ele tem que fazer um trabalho bom para os meninos. Então, é uma escolha, paga decentemente para que ele possa fazer, também, decentemente. Eu espero ganhar mais, mas isso hoje para mim é muito, poder receber o meu valor.

LUCIANA: Você tem alguma sugestão para dar a psicólogos que vão trabalhar em ONGs?

PAULA: Uma sugestão? Olha, às vezes me coloco várias coisas em que às vezes eu acho que é escuta, sempre. Acho que se preocupar muito com a escuta, com o olhar refinado. A gente usa muito essa expressão: “uma escuta afinada e um olhar refinado”. É imprescindível. Estudo é constante, supervisão, também. Mas, que eles possam se despir dos preconceitos. Os grupos, não são fáceis. E entrar no universo da cultura, se firmar, olhar, assistir, entender antes de julgar e ver como é que as coisas se deram e se dão assim antes de sair criticando e tentar psicologizar, interpretar. Tentar ir com o sulfite em branco, com o que já sabe, é claro, mas tentar deixar uma parte para preencher lá, poder não interpretar o tempo todo, mas entender. E tomar muito cuidado com a instituição, porque às vezes a gente cobra, mas é preciso entender porque aquilo está assim, como aquilo se deu. E daí perceber o que dá para fazer. Não vai dar para fazer tudo, nunca, mas dar um recorte, ver até onde dá para ir e tentar fazer, tentar ajudar. Chegar ajudando, trabalhando junto. É muito comum, também, chega metendo o bedelho, eu vejo isso muito dentro das instituições, querendo dizer para os meninos com é que eles vão fazer ou deixar de fazer, já começa errado o trabalho. Você quer fazer o trabalho e já começa a decidir pelo grupo, já começa errado. Você tem que chamar as pessoas e fazer elas participarem. Entender vítimas, do outro, dos grupos das instituições. Muitas vezes não são más pessoas, usam a ansiedade para não ser frio. Acho que é isso. E pensar sempre em fazer bem feito, sempre. Fazer de qualquer jeito, fazer pobre porque é pra pobre... Por mais simples que seja, por menor que seja, faça sempre o melhor.

LUCIANA: Posso fazer mais uma pergunta? Que concepções políticas e teóricas você acredita que estejam por trás do seu trabalho?

PAULA: Concepções políticas e teóricas?... Políticas eu estou me lembrando da Clarice Lispector (risos). Ela fala meio assim, que o mundo, todo mundo (trecho inaudível), não só para alguns. Acho que política, uma sociedade mais decente, que se tem em comunidade de base, uma política que a periferia e todas as pessoas de lá sejam reconhecidas como seres de direitos, não de qualquer coisa, de sobras, de merendas escolares, da banana que é selecionada e é a menor que vai para a periferia. Eu nunca aceitei isso, nunca. Nunca aceitei esse lugar de que o pobre fica com pouco, de que não pode ter, nunca. Acho que é isso que eu combato, e essa questão é política. Todo mundo tem direito a uma sociedade decente, comer bem, arte, essa é minha concepção política de como transitar. As instituições, o PT, eu não sou filiada, não me filiei até hoje, não quero me filiar. Mas, acredito nessa proposta, que a sociedade pode ser para todo

mundo. A distribuição de renda pode ser... Acho que essa é a questão política que tem na sociedade. Mas, é preciso brigar muito, quem tem suas benesses não vai abrir mão disso tão cedo. Acho que a gente tem que brigar por isso, mesmo. E teóricas, acho que é a Psicanálise, Lacan, eu gosto bastante de ler, essa coisa do discurso ser estruturado como linguagem é algo que faz muito sentido. Acho que a gente tem que desconstruir justamente esse discurso que foi construído historicamente, que diz 'ah, você pode, você não pode, ah, você tudo bem, você não tudo bem'. Acho que essa coisa do discurso e da escuta para mim faz sentido porque a gente tem que desconstruir esse discurso. É importante. As minhas questões?... Antropologia, também. Eu tenho lido muito, estou lendo agora Manolli, é meu livro de cabeceira. Eu tenho um grupo, também, uma associação de Porto Alegre, APOA, uma Associação Psicanalítica de Porto Alegre, que conheço muito o pessoal de Porto Alegre, de jovem, delinquência, estou lendo, também, comprando as revistas deles. O Lugar de Vida, também tem um discurso, a Kupfer, também, gosto muito do Livro da Kupfer, faz sentido, também. Tenho lido bastante Sastre, ele fala um pouco sobre as construções de lugares das classes populares, ela é antropóloga. E eu acabei de ler a qualificação de um amigo da educação e entrei em contato com vários autores de filosofia da educação. Marlene Guirado, também, está muito presente. Acho que é só. O racial, também, está presente; Bourdieu... leio bastante Bourdieu, estou visitando... bastante presente ultimamente. Na verdade, a construção do meu trabalho se deu durante muito tempo na prática. Quando eu parei um pouco que eu fui dar nomes. Meu trabalho tinha toda a prática, era muito viva para mim, a prática. Esse percurso da teoria é de alguns anos para cá. Agora que eu tenho condições de falar, produzir um texto, fazer esse relatar. A prática sempre se sobrepôs.

LUCIANA: Você está se aproximando do mestrado?

PAULA: Ah, já, acho que há uns três anos. Primeiro o namoro, fazer a carteira. Agora já estou... acho que sempre, acho que eu sempre tive esse percurso, mais sistematicamente. Mas, sempre foi uma questão. Toda a experiência que eu tinha com os meninos eu sempre escrevia e deixava, está tudo guardado. Eu sempre fiz o registro. Às vezes eu estou, vejo alguma cena e escrevo a cena e deixo, guardo o papelzinho lá em casa, depois eu vejo. Acho que essa possibilidade do mestrado vai ser importante para isso, para juntar, dar um corpo para isso. Mas, eu sempre registro e deixo. Acho super importante fazer esse registro para puxar na memória, ver a cena. E tenho produzido algumas coisas em cima desses registros, tenho escrito, têm ficado bons. Na verdade, o próprio escrever e pensar – porque tem muitas experiências que têm muita violência nesse trabalho. Na *Instituição* tem uma carga de violência muito grande. Escrever é um jeito de diminuir, atenuar um pouquinho a dor, organizar. Não é fácil, não. Além de dar nome, poder priorizar, entender um pouco o que eu estou fazendo, tem esse efeito, de articular.

ANEXO B – Tabela “Relações com outras organizações não-governamentais

	ONG A	ONG B	ONG C	ONG E
Financiamentos obtidos junto a outras organizações	ONG internacional é uma das principais financiadoras.	Recebe financiamentos de outras organizações internacionais, especialmente fundações empresariais americanas.	Dois projetos financiados por uma ONG internacional; um menor (no início), outro maior, depois; Busca financiamento junto a uma fundação, mas projeto não é aprovado.	Financiamento de órgão público de fomento a pesquisa; Financiamento indireto de organização sindical norte-americana, através de uma organização sindical brasileira; Crítica aos projetos em que o financiador, único, assume a “cara” do projeto, procuram diversificar financiamentos ao elaborar projeto do prêmio, para evitar este problema; Patrocinadores compõe o júri na fase final do prêmio; ONG internacional disponibiliza o logotipo para material do prêmio; ONG nacional patrocina o transporte de oficineiros.
Terceirização de serviços	Contrata uma fundação para adaptar conteúdos educativos selecionados pela ONG à linguagem da internet.			Experiência pessoal de uma das psicólogas: trabalha em projeto da Prefeitura terceirizado para a uma fundação.
Assessorias prestadas	Faz avaliação de projetos para outra ONG nacional. Elabora material para uma organização multilateral sobre erradicação do trabalho infantil.			Realizam consultoria em pesquisa sobre direitos fundamentais do trabalho para organização ligada a uma central sindical, depois passam a acompanhar todo processo de pesquisa (parceria) desenvolvido.
Relações com ONGs internacionais	Desde o início. Obtém financiamento para o prêmio e publicações; tem papel decisivo na constituição da ONG e permanece financiando seus principais projetos (prêmio, publicações, ajuda às ONGs inscritas).	Muitos contatos com organizações internacionais, especialmente americanas; É parte de uma rede, que apoia programas fora dos EUA.	Projetos financiados por uma organização multilateral.	Financiamento indireto de organização sindical norte-americana; Patrocinadores compõem o júri na fase final do prêmio.

<p>Relações com ONGs nacionais</p>	<p>Possui na ONG um departamento específico destinado ao estabelecimento de relações com organizações não-governamentais nacionais; Outras ONGs realizam os projetos de atendimento direto; Faz ONGs concorrerem através do Prêmio; Relação de ajuda, não de parceria, oferece capacitação e distribuição de material (consideram um investimento no setor); Vê com desprezo a atuação de algumas ONGs, classificadas como “trocentos mil” “grupinhos e grupelhos” que se formaram desde a época em que a “ONG A” surgiu; Destaca algumas ONGs, apenas, que teriam um bom trabalho, sendo portanto capazes de concorrer com os trabalhos realizados pela “ONG A”.</p>	<p>Relacionamento estabelecido sofre influência da campanha do Betinho; Apoio técnico e financeiro a ONGs que atuam junto a escolas públicas; estes projetos passam por avaliação e análise de comitês técnicos, depois recebem o ‘aporte’, o acompanhamento do programa; Acompanhamento visa verificar se estão fazendo o que prometeram e redirecionar projetos; Apoio é de no máximo dois anos; agora estão pensando em ampliar para quatro para alcançar maior eficiência quantitativa; Coordenadores de projetos de todo país passam por encontro de formação em educação e gestão de projetos; Formação também para outro tipo de projeto, em outros programas, como formação de jovens voluntários, na área cultural e com capacitação em alta tecnologia; Idéia de intercâmbio, que as ONGs proponham programas ao governo e vice-versa.</p>	<p>Tem pouca integração com outras ONGs na instituição onde atuam; Quando acontece alguma relação, procuram dialogar, atuar em conjunto, dividir espaços ou aconselhar a atuar de outro modo; Sofre críticas de outras ONGs, que discordam da idéia de trabalhar dentro daquela instituição; Convidam ONG da periferia para dar palestra e para trabalhar junto com os jovens.</p>	<p>Projeto financiado por órgão público de fomento à pesquisa, tem a participação de várias ONGs, além da ONG E; Local de atuação é vinculado a uma central sindical; Diferencia-se das “King KONGs”, como chamam – que têm estrutura e funcionamento de empresa; ONG ligada ao governo abriga a sede da ONG em seu início; ONG patrocina transporte de oficinairos.</p>
---	---	--	--	--

Relações com entidades diversas	Da mesma forma que para algumas ONGs, elabora material para associações e EGJs (Espaços Gente Jovem, que chama erroneamente de CJ, antigos Centros de Juventude), com o objetivo de incentivar a função pedagógica na jornada ampliada para crianças e jovens.	Repassa recursos a entidades para que elas possam atender crianças e ampliar atendimento; Exige padrão de qualidade, prestação de contas e supervisão; Centro do Voluntariado e conselhos profissionais divulgam o programa, recebem voluntários e repassam para a ONG; Eventualmente, programa de aporte a projetos na escola atende Associações de Pais e Mestres.		
Participação em fóruns e outros espaços políticos	Coordenadora geral participa do Conselho da Comunidade Solitária.	É membro de um fórum nacional que atua na mesma área que a ONG, junto com o governo e outras entidades; Participa de conselhos municipais.		Tem forte relação com o movimento social, donde, inclusive, originaram-se seus coordenadores; Buscam o envolvimento de diversos movimentos sociais em projetos de pesquisa; Participam do Fórum Social Mundial, apresentam duas oficinas, aproveitam para lançar suas publicações sobre o prêmio e escrevem carta de intenções em oficina tripartite para implicar governo e sociedade civil na luta contra a discriminação; Psicóloga participa como representante da ONG no Conselho Regional de Psicologia.

Observação: Não foram relatadas na ONG D quaisquer formas de relacionamento com outras ONGs ou entidades que não fossem estritamente governamentais, relações estas que não compuseram a presente categoria de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. *ONGs no Brasil: Perfil e catálogo das associadas à ABONG*. São Paulo, ABONG, 2002.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos ABONG*. ONGs: Identidade e desafios atuais, n. 27, maio 2000. Campinas, Autores Associados.
- ARENDT, Hannah (1954). A crise na educação. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de M.W.B. de Almeida. 3^a ed. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- _____ (1958). *A condição humana*. Trad. de R. Raposo. 10^a ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.
- ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: HADDAD, S.; WARDE, M. J.; TOMMASI, L. D. (orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 2^a ed. São Paulo, Cortez, 1998.
- ASSIS, Machado de. Conto de escola. In: _____. *Contos Escolhidos*. São Paulo, Edições miniatura, v. 1, 1963.
- BLEGER, José. *Temas de Psicologia: entrevistas y grupos*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971.
- BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 6^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n.º 32, março de 1992.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Co-edição de L. Harris; R.M. Kiernan; R. Miliband. Organização da edição brasileira de A. M. Guimarães. Trad. de W. Dutra. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. B. et al. *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. 2^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- CARONE, Iray. Igualdade versus diferença: um tema do século. In: AQUINO, J. G. (org.) *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo, Summus, 1998.

- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 7ª ed. São Paulo, Cortez, 1997.
- _____. Fantasias da Terceira Via. *Folha de São Paulo*, 19/12/1999. Caderno Mais!, p. 6-11.
- COELHO, S. C. T. *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Ed. SENAC São Paulo, 2000.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre, L&PM, 1981.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO. *Psicologia: formação, atuação profissional e mercado de trabalho – São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estatísticas 1995*. São Paulo, CRP-06, 1995.
- FEIJÓ, I. S. C. *O discurso de psicólogos escolares sobre sua prática: continuidade e ruptura*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2000.
- FERNANDES, Rubem César. O que é o Terceiro Setor? In: IOSCHPE, E. B. et al. *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 25ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Trad. de L. CARLI. 2ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).
- FUKUYAMA, Francis. O fim da história? *Jornal da Tarde*, 28/10/1989.
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- GIDDENS, Anthony. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. In: MILIBAND, D. (org.) *Reinventando a esquerda*. Trad. R. Filker. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.
- GOHN, M. G. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo, Cortez, 1999.

- GRAMSCI, Antonio. Cadernos miscelâneos, 1929-1935. In:_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Edição e tradução C. N. Coutinho; co-edição L. S. Henriques e M. A. Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Concepção dialética da história*. Trad. de C. N. Coutinho. 5^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.
- HELD, David. Desigualdades de poder, problemas da democracia. In: MILIBAND, D. (org.) *Reinventando a esquerda*. Trad. R. Filker. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. de C. N. Coutinho e L. Konder. 6^a ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26^a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LANDIM, L.; BERES, N. *Ocupações, despesas e recursos: as organizações sem fins lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro, Nau, 1999.
- LEFÉBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. 2^a ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979.
- LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. 4^a ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1994.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.
- MATOS, O. C. F. Os descaminhos do aprendizado. *Calendário cultural da USP*, setembro de 1997.
- MEIRELES, Cecília. Educar! In:_____. *Crônicas de educação, 2*. Apresentação e planejamento editorial de L. A. de Azevedo Filho. Rio de Janeiro, Nova Fronteira / Fundação Biblioteca Nacional, 2001 (Cecília Meireles, obra em prosa).
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Seleções CEBRAP I*, São Paulo, Brasiliense, 1975.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Cultura e co-educação de gerações. *Psicologia USP*. São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, vol. 9, n. 2, 1998.
- _____. *Metodologia das ciências humanas*. Paulo de Salles Oliveira (org.). São Paulo, Hucitec / UNESP, 1998.
- PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.) *Democratizar a democracia: os desafios da democracia participativa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

- PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das crianças no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2000.
- PATTO, M. H. S. *Mutações do cativo: escritos de psicologia e política*. São Paulo, Hackers Editores/EDUSP, 2000.
- _____. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1993.
- _____. *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1984.
- PROENÇA, M. P. R. S. *A queixa escolar e a formação do psicólogo*. Tese de Doutorado. São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1996.
- _____. A queixa escolar na formação de psicólogos: desafios e perspectivas. In: TANAMACHI, E.; PROENÇA, M. & ROCHA, M. *Psicologia e educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.
- QUEIRÓZ, M. I. P. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo, CERU/FFLCH-USP, 1983 (Col. Textos, 4).
- ROCKWELL, Elsie. *Reflexiones sobre el proceso etnográfico (1982-1985)*. México, DIE-CINVESTAV/IPN, 1987.
- SANTOS, N. C. R. A. S. A formação dos psicólogos na década de 1990: uma leitura frankfurtiana. In: NENEVÉ, M.; PROENÇA, M.; RIBEIRO, R. (orgs.). *Psicologia e saúde na Amazônia: pesquisa e realidade brasileira*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- TEIXEIRA, A. C. C. *Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- WEIL, Simone. A vida e a greve dos metalúrgicos. In: _____. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Trad. de T.G.G. Langlada. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.